

ESTUDOS DOS SÉCULO

XX

número 23 • 2023

iu

ESTUDOS DOS SÉCULO

XX

número 23 • 2023

FUNDADOR

Luís Reis Torgal

DIRETOR

José Oliveira Martins

COORDENAÇÃO DO DOSSIER TEMÁTICO

Luís Trindade

CONSELHO EDITORIAL

Ana Leonor Pereira

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Ana Teresa Peixinho

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

António Sampaio da Nóvoa

Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da
Educação

António Pedro Pita

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

António Rafael Amaro

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Economia

António Rochette Cordeiro

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Carlos Camponez

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Carlos E. Pacheco Amaral

Universidade dos Açores, Centro de Estudos Interdisciplinares

Didier Francfort

Université Nancy 2

Eloy Fernández Clemente

Universidad de Zaragoza

Estevão Chaves de Rezende Martins

Universidade de Brasília

Fernando Matos Oliveira

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Joana Brites

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

João Paulo Avelãs Nunes

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

João Rui Pita

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Farmácia

Joaquim Ramos de Carvalho

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Juan Antonio Rodríguez Sánchez

Universidad de Salamanca

Luís Reis Torgal

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares

Maria Emília da Costa Prado

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Maria Isabel Festas

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

Maria Manuel Borges

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares

Mariano Esteban de Vega

Universidad de Salamanca

Mário Mesquita

Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Sara Dias-Trindade

Universidade do Porto, Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade
de Letras

Sérgio Dias Branco

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Sérgio Neto

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares

COMISSÃO EXTERNA DE ACONSELHAMENTO CEIS20

Alain Musset (Institut Universitaire de France)

Claire Birchall (King's College London)

Diana Gonçalves Vidal (Universidade de São Paulo)

Georgina Born (University College London)

Julio Perez Serrano (Universidad de Cádiz)

Olalla Lopez Costas (Universidade de Santiago de Compostela)

Olga Pombo (Universidade de Lisboa)

A Revista *Estudos do Século XX* é uma revista com
arbitragem científica e disponível em *Open Access*
(<http://impactum-journals.uc.pt/estudossecxx>)

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Marlene Taveira e Sofia Melim

PROPRIEDADE E SEDE DA REDAÇÃO

Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade
de Coimbra – CEIS20

Rua Filipe Simões, n.º 33

3000-186 Coimbra

Telefone: + 351 239 708 870

Fax: + 351 239 708 871

E-mail: publicacoes.ceis20@uc.pt

URL: <http://www.uc.pt/iii/ceis20>

ESTUDOS DOS SÉCULO

XX

número 23 • 2023

iu

Ficha Técnica

Edição e Assinaturas

Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua da Ilha n.º 1
3000-214 Coimbra

E-mail: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Design

António Barros

Infografia da Capa

Imprensa da Universidade de Coimbra

Paginação

Pedro Bandeira

Impressão e acabamento

Artipol

Periodicidade

Anual

ISSN 1645-3530

ISSN DIGITAL 1647-8622

DOI https://doi.org/10.14195/1647-8622_23

Depósito Legal 252201/06

Esta revista encontra-se indexada e catalogada na Latindex (www.latindex.unam.mx), na International Bibliography of the Social Sciences (www.lse.ac.uk/collections/IBSS/) e na European Reference Index for the Humanities – ERIH (<https://www2.esf.org/asp/ERIH/Foreword/index.asp>).

A responsabilidade dos textos é dos autores.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

UIDB/00460/2020

<https://doi.org/10.54499/UIDB/00460/2020>

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

(Página deixada propositadamente em branco)

Índice

NOTA DE APRESENTAÇÃO INTRODUCTORY NOTE	11
DOSSIER TEMÁTICO THEMATIC DOSSIER	
Pensar o Século XX. Olhares do século vinte e um Thinking the Twentieth-Century. Perspectives from the twenty-first century	
João Rodrigues , Melancolia, medo e formas de economia política no breve século XX: de Eric Hobsbawm a Thomas Piketty Melancholy, fear and forms of political economy in the short 20th century: from Eric Hobsbawm to Thomas Piketty.....	19
Rui Bebiano , O século de Outubro, o papel dos intelectuais e a hipótese revolucionária The century of October, the role of intellectuals and the possibility of revolution	37
Carlo de Nuzzo , John Maynard Keynes and the ‘Scheme for the Rehabilitation of Europe’ John Maynard Keynes e o «Plano para a Reabilitação da Europa»	55
Aleksandra Tobiasz , From geopolitics and regional identity to geopoetics and self-identification – a trajectory of conceptualization of Central Europe? Da geopolítica e da identidade regional à geopoética e à autoidentificação – uma trajetória de concetualização da Europa Central?	77
DIÁLOGOS MULTIDISCIPLINARES MULTIDISCIPLINARY DIALOGUES	
Ivan Filipe Fernandes , O Brasil como potência emergente no Sul Global no novo cenário internacional: ameaças e possibilidades diante da mudança hegemônica Brazil as a rising power in the Global South in the new international scenario: threats and opportunities facing hegemonic change.....	99

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTA DE APRESENTAÇÃO

INTRODUCTORY NOTE

(Página deixada propositadamente em branco)

“O Século XX como problema”

Ainda antes do final do ano 2000, já o século XX se constituía como problema em diferentes campos das ciências sociais e humanas. A coincidência entre o final do século e a conclusão de alguns dos seus fenómenos políticos mais emblemáticos – o comunismo no Bloco de Leste, a Guerra Fria – pareceu reforçar a urgência de balanços e novas narrativas. O século surgia aí como uma ‘era dos extremos’ (Eric Hobsbawm) – e a Europa novecentista como um ‘continente sombrio’ (Mark Mazower) –, um ‘mundo de fantasia e catástrofe’ (Susan Buck-Morss) alternando entre a promessa utópica e a queda no abismo, ou, para citar alguns títulos mais recentes de histórias do século, uma ‘ida e volta ao inferno’ (Ian Kershaw), oscilando entre a ‘barbárie e a civilização’ (Bernard Wasserstein) e exigindo uma ‘história em fragmentos’ (Richard Vinen).

Como estes títulos sugerem, a dramatização do século foi para muitos uma dimensão inseparável das formas narrativas que ao longo dele proliferaram. É neste sentido que se pode falar em ‘acontecimentos modernistas’ (Hayden White), ou seja, acontecimentos cuja dimensão exige a inventividade do modernismo, ou das próprias formas modernistas como expressão de um século percorrido pelo ‘antagonismo’ (Alain Badiou). No limite, a imagem do século pode coincidir com o olhar de uma arte moderna, o cinema (Francesco Casetti falou do ‘olho do século’), ou mesmo com uma das suas técnicas artísticas mais expressivas, como quando Georges Didi-Huberman fala da montagem como o ‘olho da história’ no século XX.

O próprio século XXI pensa-se e representa-se a partir das muitas versões com que o século anterior é visto como ‘a última catástrofe’ (Henry Rousso), um marcador temporal da história do tempo presente. Ao longo das últimas duas décadas, a historiografia, a filosofia, a ciência política, os estudos artísticos, entre inúmeras outras disciplinas, têm insistentemente refletido sobre o presente a partir das múltiplas narrativas produzidas ao longo, ou a propósito, do século XX. Mais do que um período histórico específico, o século passado constitui-se aí como um conceito, ou imaginário, que determina formas de pensamento político e representações sociais e artísticas. A sua proximidade, por outro lado, o dramatismo dos seus acontecimentos mais marcantes, bem como a profusão de formas audiovisuais que o percorreram, fazem do século XX um objeto particularmente propício à produção de memória e à emergência de novas fontes, arquivos e mediações históricas.

O congresso *Pensar o Século XX. Olhares do século vinte e um*, realizado em Coimbra em Fevereiro de 2023, procurou situar-se nos debates contemporâneos sobre a história, memória e herança do século XX, e assim contribuir para a diversificação e complexificação das suas narrativas e representações. Os quatro artigos que compõem este número da revista *Estudos do Século XX*, selecionados a partir do congresso, são uma boa amostra das linhas de questionamento a que se oferece o século passado. Desde logo, em “Melancolia, medo e formas de economia política no breve século XX: de Eric Hobsbawm a Thomas Piketty”, João Rodrigues parte do conceito de “melancolia de esquerda”, de Enzo Traverso, para recuperar a tensão entre os modelos social-democrata e comunista em meados do século XX. Ou melhor, sobre a forma como muito pensamento contemporâneo associa o espectro do comunismo ao alento reformista social-democrata que tão profundamente marcou a herança do século. Também Rui

Bebiano, em “O Século de Outubro, o papel dos intelectuais e a hipótese revolucionária”, reflete sobre o impacto do comunismo, ou, mais especificamente, da revolução de Outubro de 1917, nessa narrativa. Mais do que um evento representado abundantemente em narrativas políticas, propagandísticas, artísticas e intelectuais, a ‘natureza emancipatória’ da revolução torna-a numa chave para ler toda a história do século XX e explicar, em parte, o ambiente melancólico contemporâneo.

O impacto das grandes formas de antagonismo do século é ainda o que nos ajuda a situar os artigos de Carlo de Nuzzo, “John Maynard Keynes and the *Scheme for the rehabilitation of Europe*”, e de Aleksandra Tobiasz, “From geopolitics and regional identity to geopoetics and self-identification – a trajectory of conceptualization of Central Europe”. De Nuzzo debruça-se sobre uma ideia não realizada, o “esquema” para a reabilitação económica da Europa proposto por Keynes em 1919 (ou seja, logo no primeiro pós-guerra): a rejeição do plano do economista britânico foi por alguns visto como um adiamento de uma cooperação Europeia que teria assim de esperar mais algumas décadas (e suportar mais uma guerra mundial) e uma abertura para a transformação dos EUA em força hegemónica, outro dos traços estruturantes do século. Perante estas linhas narrativas dominantes – comunismo, social-democracia, o papel dos Estados Unidos – Tobiasz propõe-nos um deslocamento, em vários sentidos: ao refletir a partir da introspeção literária, identifica uma *geopoética* que situa a Europa Central num lugar simbolicamente alternativo ao dos grandes confrontos ideológicos do século – confrontos que tiveram nessa zona do mundo um dos seus palcos mais dramáticos, e que, consequentemente, mais contribuíram para transformar (com consequências ainda bem visíveis no século XXI).

São, portanto, muitas as histórias que o século XX ainda encerra, e que não pararão de crescer, de se diversificar e complexificar à medida que avançamos no novo século. Histórias tanto mais numerosas e urgentes quanto mais o presente se apresentar aos contemporâneos sob a forma de perplexidade.

O número inclui ainda mais um artigo, inserido na secção “Diálogos Multidisciplinares”, da autoria de Ivan Filipe Fernandes, com o título “O Brasil como potência emergente no Sul Global no novo cenário internacional: ameaças e possibilidades diante da mudança hegemónica”, onde se analisa o lugar do Brasil num atual quadro geopolítico global em rápida transformação.

Coimbra, 5 de dezembro, 2023

Luís Trindade

“The twentieth-century as problem”

The twentieth-century emerged as a problem in different fields of the social sciences and humanities, even before the end of 2000. The coincidence between the end of the century and of some of its most emblematic political phenomena – such as communism in Eastern Europe and the Cold War – seemed to reinforce the need of examination and new narratives. The century thus appeared as an ‘age of extremes’ (Eric Hobsbawm) – and twentieth-century Europe as a ‘dark continent’ (Mark Mazower) –, a world of ‘dreamworld and catastrophe’ (Susan Buck-Morss), in-between utopian promise and fall into the abyss, or, to quote the titles of some more recent histories, a journey ‘to hell and back’ (Ian Kershaw), swaying between ‘barbarism and civilization’ (Bernard Wasserstein), in need of a ‘history in fragments’ (Richard Vinen).

As these titles suggest, the century’s dramatic dimension was inseparable, for many, of the narrative forms unfolding throughout the period. It is in this sense that one can speak of ‘modernist events’ (Hayden White), that is, events whose scope requires the creativity of modernism, or of modernist forms themselves as the expression of a century traversed by ‘antagonism’ (Alain Badiou). The image of the century could even coincide with the gaze of a modern art form, cinema (Francesco Casetti wrote about the ‘eye of the century’), or even with one of its most striking formal techniques, as when Georges Didi-Huberman speaks about montage as the ‘eye of history’ in the twentieth-century.

The twenty-first century itself is often thought and represented in relation to the many versions in which the previous century is seen as ‘the last catastrophe’ (Henry Rousso), a temporal marker of contemporary history. Over the two last decades, historiography, philosophy, political science, the arts, among many other fields, have insistently reflected on the present from the multiple narratives produced throughout the twentieth-century, or using the twentieth-century as its referent. More than a specific historical period, last century is thus constituted as a concept, or imaginary, one that defines forms of political thought and social and artistic representations. Its proximity, on the other hand, the tragic aspects of some of its most recognizable events, along with the proliferation of audio-visual forms traversing it, turn the twentieth-century into an object particularly prone to the production of memory and to the deployment of new sources, archives and historical mediations.

The symposium *Thinking the Twentieth-Century. Perspectives from the twenty-first century*, held in Coimbra in February 2023, aimed to intervene in current debates on the history, memory and heritage of the twentieth-century, and thus contribute to diversify and complexify its narratives and representations. The four articles that form this issue of the journal *Estudos do Século XX*, selected from the congress, are a good sample of the lines of questioning offered by the last century. In “Melancolia, medo e formas de economia política no breve século XX: de Eric Hosbsbawm a Thomas Piketty” [“Melancholy, fear and forms of political economy in the short twentieth century: from Eric Hosbsbawm to Thomas Piketty”], João Rodrigues deploys Enzo Traverso’s concept of “left-wing melancholy” to retrieve the tension between mid-twentieth century social democratic and communist models. Or rather, to reflect on the way much contemporary historical thinking associates the spectre of communism with the social democratic reformist impulse that so profoundly marked the century’s legacy. Rui Bebian, in “O Século de

Outubro, o papel dos intelectuais e a hipótese revolucionária” [“The Century of October, the role of intellectuals and the revolutionary hypothesis”], also reflects on the impact of communism, and more specifically the October 1917 revolution, on this narrative. More than an event abundantly represented in political propaganda, and in artistic and intellectual narratives, the ‘emancipatory nature’ of the revolution makes it a decisive factor in the interpretation of the 20th century history as a whole, while also explaining, in part, the melancholic atmosphere of contemporaneity.

The impact of the century’s great forms of antagonism also helps us situate the articles by Carlo de Nuzzo, “John Maynard Keynes and the Scheme for the rehabilitation of Europe” [John Maynard Keynes e o «Plano para a Reabilitação da Europa»], and Aleksandra Tobiasz, “From geopolitics and regional identity to geopoetics and self-identification – a trajectory of conceptualization of Central Europe” [Da geopolítica e da identidade regional à geopoética e à autoidentificação – uma trajetória de conceitualização da Europa Central?]. De Nuzzo focuses on an unrealized idea, the ‘scheme’ for the economic rehabilitation of Europe proposed by Keynes in 1919 (i.e. in the first post-war period): the rejection of the British economist’s plan was seen by some as a delay in European cooperation, which would then have to wait a few more decades (and endure another world war), and an opening for the transformation of the USA into a hegemonic force, another structuring feature of the century. Faced with these dominant narrative lines – communism, social democracy, the role of the United States – Tobiasz proposes a displacement, in several directions: by reflecting on the role of literary introspection, she identifies a *geopoetics* that places Central Europe in a symbolically alternative place to the great ideological clashes of the century – clashes that had one of their most dramatic stages in this part of the world, and which, consequently, most contributed to its transformation (with consequences that are still very visible in the 21st century).

There are therefore many stories left to tell about the 20th century that will continue to grow, diversify and become more complex as we move into the new century. Stories that are all the more numerous and urgent the more the present presents itself in the form of perplexity to many contemporaries.

The issue also includes an extra article, inserted in the “Multidisciplinary Dialogues” section, by Ivan Filipe Fernandes, and titled “O Brasil como potência emergente no Sul Global no novo cenário internacional: ameaças e possibilidades diante da mudança hegemônica” [Brazil as a rising power in the Global South in the new international scenario: threats and opportunities facing hegemonic change], with an analysis of Brazil’s current position within a global geopolitical context in rapid transformation.

Coimbra, december 5, 2023

Luís Trindade

DOSSIER TEMÁTICO

Pensar o Século XX.
Olhares do século vinte e um

THEMATIC DOSSIER

Thinking the Twentieth-Century.
Perspectives from the twenty-first century

(Página deixada propositadamente em branco)

Melancolia, medo e formas de economia política
no breve século XX:
de Eric Hobsbawm a Thomas Piketty

Melancholy, fear and forms of political economy
in the short 20th century:
from Eric Hobsbawm to Thomas Piketty

João Rodrigues

João Rodrigues

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia
ORCID: 0000-0001-7595-3162

MELANCOLIA, MEDO E FORMAS DE ECONOMIA POLÍTICA NO BREVE SÉCULO XX: DE ERIC HOBBSBAWM A THOMAS PIKETTY

Partindo do conceito de “melancolia de esquerda”, proposto por Enzo Traverso, este artigo explora o olhar melancólico de Eric Hobsbawm sobre as formas de economia política do “breve século XX”, sublinhando a sua hipótese sobre o papel que o medo do comunismo desempenhou nas possibilidades de reforma social-democrata. Argumenta-se que o olhar retrospectivo da própria intelectualidade social-democrata, na história ou na economia política, é hoje por uma convergência com o diagnóstico pioneiro de Hobsbawm.

Palavras-chave: medo; melancolia; capitalismo; comunismo; economia política.

MELANCHOLY, FEAR AND FORMS OF POLITICAL ECONOMY IN THE SHORT 20TH CENTURY: FROM ERIC HOBBSBAWM TO THOMAS PIKETTY

Drawing on the concept of “left-wing melancholia”, introduced by Enzo Traverso, this paper explores Eric Hobsbawm’s melancholic perspective on the short twentieth century. It evaluates Hobsbawm’s hypothesis about the role of fear of communism in social-democratic reforms and argues that social-democratic intellectuals, both in history and political economy, share his pioneering diagnosis.

Keywords: fear; melancholy; capitalism; communism; political economy.

MÉLANCOLIE, PEUR ET FORMES D’ÉCONOMIE POLITIQUE DANS LE COURT XXE SIÈCLE : D’ERIC HOBBSBAWM À THOMAS PIKETTY

S’inspirant du concept de « mélancolie de gauche » proposé par Enzo Traverso, cet article explore la vision mélancolique d’Eric Hobsbawm sur les formes d’économie politique du « bref XXe siècle », en mettant l’accent sur son hypothèse concernant le rôle que la peur du communisme a joué dans les possibilités de réforme sociale-démocrate. Il y est soutenu que le regard rétrospectif de l’intelligentsia sociale-démocrate elle-même, dans l’histoire ou l’économie politique, est aujourd’hui en convergence avec le diagnostic pionnier de Hobsbawm.

Mots-clés : peur ; mélancolie ; capitalisme ; communisme ; économie politique.

1. Introdução

O historiador Enzo Traverso identificou e valorizou um feixe de emoções e de sentimentos políticos, sobretudo presente no marxismo depois de 1989, que designou por “melancolia de esquerda” (Traverso, 2016). Implicando uma visão da história despojada de qualquer vestígio teleológico, de qualquer crença no progresso imanente, esta melancolia não é nova e perpassa ocultamente a esquerda revolucionária. Estas emoções prevalecem em certas conjunturas históricas, marcadas pela derrota e pelo reconhecimento introspectivo de perdas mais ou menos irreparáveis, constituindo em si mesma uma tradição por resgatar (Traverso, 2016). Trata-se, então, de refletir não apenas sobre a derrota do socialismo, ou sobre o lastro deixado pelo correlativo triunfo, já com décadas, da variante neoliberal de capitalismo, mas também sobre a forma como estes dois processos articulados na economia política internacional mudaram a relação entre memória, história e ação política num campo ideológico particular.

Traverso argumenta que a melancolia de esquerda pode ser necessária para resgatar uma certa memória letalmente ameaçada do socialismo, embora se foque mais na rememoração da sua dimensão utópica do que nas suas concretizações e efeitos reais. Sem esquecer os tão enfatizados e tantas vezes descontextualizados crimes, cometidos em nome do socialismo, é preciso não obliterar os seus hoje menos enfatizados feitos e efeitos internacionais (Losurdo, 2015). Como Traverso de resto reconhece, os “fantasmas que perseguem a Europa hoje em dia não são os das revoluções do futuro, mas os das derrotadas revoluções do passado” (Traverso, 2016, p. 2020). A melancolia causada pela perda, real ou imaginária, implica, assim, simultâneas e constantes rememorações, aprendizagens históricas e superações políticas, essenciais para renovar o conhecimento e a esperança, para reencontrar uma versão melhorada do que se julga ter perdido, mesmo quando, ou sobretudo quando, tudo parece militar contra esse princípio de redescoberta.

Na sua análise, navegando entre memória e história, Traverso omite a tradição social-democrata ocidental, igualmente atravessada por um olhar melancólico sobre o passado perdido, em particular sobre os “trinta gloriosos anos” das chamadas economias mistas ocidentais, num contexto histórico marcado pela Guerra Fria. Aqui, podemos dizer que os fantasmas que perseguem a Europa, mas também os Estados Unidos da América (EUA), não são os das reformas do futuro, mas os das derrotadas ou ameaçadas reformas do passado, isto se a palavra reforma não tivesse sido capturada pelo neoliberalismo há várias décadas. A ponte entre as tradições marxista e social-democrata pode ser feita pela obra de Eric Hobsbawm. A sua história do “breve século XX” – *Era dos Extremos* – não se resume a uma “apologética e melancólica” “tentativa de historicizar o comunismo” na síntese de Traverso (2016, p. 29). Tratou-se, antes, de articular as trajetórias da social-democracia e do comunismo, fazendo apelo a uma outra emoção e sentimento, muitas vezes associada à melancolia, o medo. De facto, entre outros fatores, seguindo a hipótese interpretativa de Hobsbawm, o medo do marxismo oriental, do que construiu Estados socialistas, a certa altura poderosos, contribuiu para o sucesso político-institucional da social-democracia ocidental, aceite pelas classes dominantes como um mal menor a seguir a 1945. E sem este contexto de medo da revolução, vinda de dentro e de fora, a forma de economia política que Hobsbawm acabou por favorecer numa avaliação “realista” retrospectiva – a economia mista – parece politicamente mais difícil de defender e de

aprofundar, mesmo em contexto de crise do neoliberalismo (Hobsbawm, 2009). A idêntico diagnóstico acabarão por chegar, nos seus próprios termos, vários historiadores e economistas políticos social-democratas, algum tempo depois de Hobsbawm, mas na sua esteira, embora muitas vezes implícita.

Sublinhar o papel do medo na história do breve século XX permite ter um retrato mais completo das várias declinações da melancolia de esquerda, mas também de uma trajetória partilhada, orientada para o futuro, de marxistas que reconheceram o fracasso do planeamento económico centralizado e de social-democratas que não se renderam ao neoliberalismo, antes reconhecendo o seu enraizamento institucional e custos sociais. Assim se pode ir para lá de uma excessiva valorização do impulso utópico, presente em Traverso (2016, p. 20) no seu algo nebuloso “projeto revolucionário para tempos não revolucionários”, talvez filho da ausência da economia política e das suas formas institucionais historicamente concretas no seu trabalho de articulação entre memória e história.

2. A hipótese melancólica do medo na história do breve século XX

Na sua história dos usos e abusos do medo na teoria política liberal, em geral, e na sua inscrição na economia política dos EUA, em particular, Corey Robin afiança que o medo político é um sentimento coletivo socialmente construído e que serve fundamentalmente para proteger um determinado *status quo*, para “reforçar a distribuição social de poder e de recursos”, tendo por isso um viés conservador, que bloqueia a expansão igualitária das liberdades positivas (Robin, 2006, p. 179). Identifica aí duas formas de medo na prática fundidas, mas analiticamente distintas. Em primeiro lugar, o medo recíproco, horizontal, governaria as relações entre dominantes e dominados numa dada sociedade, ajudando precisamente a reproduzir as desigualdades de onde medra. Em segundo lugar, o medo serviria para alimentar uma clivagem política vertical, entre um “nós” e um “eles”, este último visto como exterior a uma certa comunidade política, seja estrangeiro ou não. Numa obra posterior sobre a história da “mentalidade reacionária”, Robin (2011) defendeu que o medo foi um dos ingredientes do combate conservador contra todas as lutas pela igualização de condições. Num debate, de 2014, sobre “a história e os usos políticos de uma emoção”, com o historiador Patrick Boucheron, Robin fez duas adições relevantes e que introduziram uma nuance enriquecedora nos seus argumentos originais. Em primeiro lugar, sendo “endémico a qualquer sistema de dominação”, a distribuição do medo conta, ou seja, interessa saber se são mais os dominados que temem a poderosa discricionariedade dos dominantes, ou se são sobretudo estes que temem a mobilização coletiva, eventualmente subversiva, dos plebeus (Boucheron e Robin, 2019, p. 40). Em segundo e correlativo lugar, “o núcleo do problema não é a oposição entre a ausência e a presença do medo, mas antes a pergunta de ordem normativa: como avaliar se se trata de um medo política e moralmente saudável?” (Boucheron e Robin, 2019, p. 41). Na sua resposta, Boucheron, autor de um livro sobre representações políticas do medo na Siena do século XIV, fez uma avaliação lapidária da presente forma de economia política capitalista: “a relação de forças é tão favorável aos empregadores que a situação se tornou maquiavélica: já não têm interesse na virtude, que, no entanto, está na base da República, segundo Maquiavel” (Boucheron e

Robin, 2019, p. 44). A presente distribuição dos medos não é, então, política e moralmente saudável e já houve mais equilíbrio social e político, conclui Boucheron de forma melancólica.

A atual relação de forças foi precisamente antecipada, há mais de três décadas, por Eric Hobsbawm, uma figura ausente da história intelectual de Corey Robin e deste debate, mas que fez do medo e da sua distribuição um ingrediente fundamental da história contemporânea. O fim do “breve século XX” (1914-1991) foi visto como um momento em que ocorreu uma maciça redistribuição do medo, de cima para baixo, deixando a burguesia de ter medo, entre outras razões, devido ao colapso da grande alternativa sistêmica ao capitalismo, assim desprovido de freios e contrapesos em várias escalas. Quatro anos antes de publicar a influente *Era dos Extremos*, logo em 1990 e totalmente em contracorrente, considerou que “o principal efeito de 1989” foi o seguinte: “os ricos deixaram, até ver, de estar amedrontados”. Era então claro para Hobsbawm que “tudo o que fez com que as democracias ocidentais fossem habitáveis para os seus povos”, da segurança social a uma certa estabilidade laboral, passando pela diminuição das desigualdades, “foi o resultado do medo” (Hobsbawm, 1990, p. 21).

O medo socialmente localizado, o medo burguês, tinha tido três formas altamente complementares e que estavam a ser deflacionadas da década de oitenta em diante, ao mesmo tempo que se inflacionava o medo nas classes trabalhadoras cada vez mais desorganizadas. Em primeiro lugar, tinha sido um “medo dos pobres”, em particular das classes trabalhadoras organizadas, que tinha pelo menos instituído freios e contrapesos internos ao poder estrutural de classe que advém do controlo dos ativos da economia capitalista, tendo-o feito através de uma democracia baseada no sufrágio universal e com um conteúdo socioeconómico redutor das desigualdades. Em segundo lugar, tinha sido um “medo de uma alternativa que existia e que podia espalhar-se, sobretudo através do comunismo soviético” (Hobsbawm, 1990, p. 21). Em terceiro lugar, tinha sido um medo da instabilidade das formas liberais de capitalismo, que tinham desembocado numa Grande Depressão, entretanto esquecida. O que Hobsbawm (1990, p. 21) apodou de “modo Keynes-Roosevelt de salvar o capitalismo” instituiu-se, assim, na sombra do medo da crise económica e do seu eventual desenlace comunista, sobretudo depois da derrota da alternativa nazifascista em 1945.

Quatro anos depois deste diagnóstico, “a ausência de uma ameaça política credível, como o comunismo e a existência da União Soviética”, era vista como um dos maiores obstáculos políticos ao “regresso do realismo” (Hobsbawm, 1994, p. 574). Realismo começava por ser o reconhecimento de que a economia política neoliberal, que designou de “utópica” ou de “teologia sem adesão à realidade”, não respondia aos problemas, antes os agravava, das “décadas de crise universal ou global”, do desemprego de massas às desigualdades de rendimentos e de riqueza crescentes, passando pela crise ecológica. Neste último campo, por exemplo, era já claro para Hobsbawm que “para a humanidade ter um futuro, o capitalismo dos anos de crise não podia ser o futuro”, sendo um dos paradoxos do final do século o facto de o planeamento ser necessário num momento histórico em que, graças ao desaparecimento do socialismo, parecia duradouramente relegado para o campo da história das ideias económicas (Hobsbawm, 1994, p. 570). Esta era, aliás, uma das várias razões para considerar “o colapso do socialismo soviético” um acontecimento “dramático” e “com consequências sobretudo negativas” (Hobsbawm, 1994, p. 9).

Ao mesmo tempo, Hobsbawm olhava para a história da economia política do breve século e assinalava que “os milagres económicos tinham sido realizados contra o *laissez-faire* e não por este”, que o comércio livre tinha sido uma das causas da depressão, enquanto o protecionismo tinha ajudado a superá-la, ou que a “terapia de choque” estava a falhar espetacularmente nos antigos países socialistas. Isto levava-o a concluir, com a força das suas razões, que, tal como a “utopia soviética” tinha soçobrado, a “utopia neoliberal” “não duraria muito”, até porque estava a propiciar as condições para a ascensão da “ultradireita” (Hobsbawm, 1994, pp. 475-476). No entanto, as razões da relação de forças, incluindo o alastramento aparentemente imparável da globalização capitalista, puxada precisamente pelos processos de neoliberalização dos Estados, pareciam militar contra este simétrico reconhecimento do fracasso de utopias económicas institucionalmente monistas. O mecanismo principal continuava a ser a ausência de medo entre as classes dominantes dos países centrais e a correspondente ausência de “incentivo para a reforma”, dados “o colapso da União Soviética, o declínio e fragmentação da classe trabalhadora e a insignificância militar numa guerra convencional do Terceiro Mundo” (Hobsbawm, 1994, p. 576).

A institucionalmente pluralista economia mista tinha sido uma variável e subteorizada combinação institucional de elementos do capitalismo e do socialismo, da regulação pelos mercados à regulação pelo plano, que tinha florescido em circunstâncias históricas tão peculiares quanto paradoxais, marcadas pelo desenvolvimentismo e pela social-democracia, de um lado, e pelo comunismo, do outro lado da Guerra Fria. O efeito absolutamente paradoxal deste último tinha sido precisamente o de ter criado o incentivo para a adoção parcial, por parte do capitalismo, de uma forma institucional, o plano, tomado “de empréstimo” à União Soviética, que o tinha introduzido de forma pioneira em tempo de paz (Hobsbawm, 1994, p. 270). O planeamento indicativo, a economia mista, tinha sido desde sempre considerado por neoliberais como Hayek (2009 [1944]), ele próprio um dos principais alvos intelectuais de Hobsbawm, como um “pântano do meio”, uma estação de paragem temporária no “caminho para a servidão”. A ascensão do neoliberalismo, por sua vez, tinha sido em parte função do apagamento da memória “dos medos que tinham levado o sistema a reformar-se a seguir à Segunda Guerra Mundial” e dos benefícios da economia mista nos trinta anos subsequentes (Hobsbawm, 2012, p. 417). Em plena crise financeira internacional, a maior desde a Grande Depressão, Hobsbawm (2009) reconheceria a durabilidade do neoliberalismo, confirmando os seus custos sociais, ao mesmo tempo que reafirmava que “o futuro, como o presente e o passado, pertence às economistas mistas, em que o público e o privado são articulados de uma forma ou de outra. Mas como? Este é um problema hoje para toda a gente, em especial para as pessoas de esquerda”. O problema do “como” tornou-se um problema epistemológico e político. Hobsbawm era demasiado realista para achar que o capitalismo mudaria espontaneamente. Afinal de contas, no final do principal livro que escreveu depois de a *Era dos Extremos*, a sua autobiografia, já tinha feito um apelo: “Não desarmemos, mesmo em tempos insatisfatórios. A injustiça social tem de ser denunciada e combatida. O mundo não melhorará por si só” (Hobsbawm, 2002, p. 418). Este otimismo da vontade era aí combinado com o pessimismo do intelecto, tal como comandava Antonio Gramsci, uma das suas referências intelectuais e políticas:

Dez anos depois do fim da União Soviética, é possível que o medo tenha voltado (...) No entanto, graças ao enfraquecimento da social-democracia e à desintegração do comunismo, o perigo vem dos inimigos da razão; fundamentalistas religiosos e etnotribais e xenófobos, entre eles os herdeiros do fascismo (...) O mundo ainda se arrependerá de, perante a alternativa formulada por Rosa Luxemburgo, o socialismo ou a barbárie, ter escolhido contra o socialismo (Hobsbawm, 2002, pp. 280-281).

Richard Evans é autor de uma volumosa biografia de Hobsbawm (Evans, 2019). Foi justamente criticado por Robin (2019) por estar mais interessado na relação do historiador com os seus editores do que na contextualização e análise das suas ideias, que teriam sido marcadas pelo medo de que o capitalismo não fosse superável ou sequer controlável. Por contraste, Gregory Elliot tinha já escrito uma breve e incisiva biografia intelectual do historiador, destacando o seu pensamento político em articulação com o trabalho historiográfico (Elliot, 2010). Aí defende que a visão de Hobsbawm (1994) sobre as formas de economia política no breve século XX, em geral, e sobre o papel da União Soviética, em particular, subestimam a “lógica intrinsecamente contraditória do capitalismo”, que endogenamente gera forças sociais que o desafiam. E isto leva a uma sobrestimação do papel exógeno desempenhado pelo medo que o modelo soviético gerou entre os ricos, com uma intenção ou, pelo menos, com um efeito político: “A grande causa da vida de Hobsbawm, diminuída nas suas pretensões de alguma vez ter constituído um genuíno desafio sistémico ao capitalismo foi, retrospectivamente, exonerada, tanto pelos seus efeitos indiretos no capitalismo, como nas consequências não intencionais que nele teve” (Elliot, 2010, p. 111).

Note-se, em primeiro lugar, que os trabalhos de Hobsbawm revelam, até ao fim, uma aguda e reconhecida atenção às potencialidades e concretizações políticas das classes trabalhadoras, no quadro de um capitalismo tão mutável quanto contraditório (Hobsbawm, 2012). O que Hobsbawm sempre rejeitou, isso sim, foi uma visão “obstetrícia” da história, tal como a designou Cohen (2001), eivada de traços deterministas, em que o capitalismo estaria prenhe da sua negação e em que a classe operária politicamente cada vez mais organizada faria o parto. E, dos anos 1980 em diante, Hobsbawm foi obrigado, como qualquer historiador atento e comprometido, a uma necessária constatação, com múltiplas implicações históricas: a derrota sistemática das classes trabalhadoras e a desarticulação das suas principais organizações sindicais e partidárias. Foi precisamente por valorizar os subalternos como agente político que Hobsbawm conseguiu ter uma visão tão brutalmente realista, quanto certamente melancólica, sobre a relação de forças dos anos 1980 em diante, usando o medo e a sua distribuição como um indicador qualitativo, captando, também de forma metafórica, mecanismos fundamentais nas relações sociais e internacionais hierarquizadas.

Registe-se, em segundo lugar, que a União Soviética, com todas as contingências económico-políticas da sua constituição e consolidação, é filha de uma revolução socialista indissociável da Primeira Guerra Mundial (Hobsbawm, 1994). E esta, por sua vez, tem nas formas imperialistas do capitalismo histórico uma causa primacial, o que de resto torna a distinção entre dinâmicas internas e externas ao capitalismo menos nítida, sobretudo quando analisamos a obra de Hobsbawm no seu conjunto e nos focamos no plano da análise histórica das relações e conexões internacionais (Hobsbawm, 1989 [1987]).

Finalmente, atente-se que Elliot não contesta a pertinência da hipótese interpretativa, forjada por Hobsbawm, sobre o lugar e os efeitos do medo do comunismo entre as elites capitalistas, depois de derrotado o nazifascismo, com o decisivo concurso da União Soviética. Elliot escarpeliza e sublinha a natureza política da interpretação de Hobsbawm. É claro que a análise dos factos históricos está irremediavelmente entrelaçada com valores. Seja como for, a organização das classes trabalhadoras ocidentais e a presença de um campo socialista revelaram ser funcionalmente complementares para a reforma social-democrata do capitalismo. Esta foi uma relação tão paradoxal quanto umbilical, se bem que desconfortável para quem nesses campos políticos gostaria de atentar apenas nas distâncias criadas pelo binómio reforma ou revolução; desconfortável também para quem foi influenciado pelo chamado liberalismo do medo, típico da Guerra Fria, em relação aos “totalitarismos” – “a revolução russa deu ao reformismo uma segunda fundação: medo do comunismo e da União Soviética” (Hobsbawm, 2012, p. 412).

A hipótese sempre foi controversa. Foi, por exemplo, criticada por um dos principais historiadores do comunismo, que considerou negativo o “efeito indireto” do comunismo na reforma do capitalismo ocidental, sem, no entanto, aduzir argumentos dignos de nota para esta avaliação explicitamente contrária a Hobsbawm (Pons, 2014). Preferiu antes argumentar que a hegemonia norte-americana, feita de poder, força militar e internacionalismo, essa sim, foi a resposta ao comunismo, o seu “efeito direto” principal a seguir à Segunda Guerra Mundial (Pons, 2014, pp. 317-318). No entanto, como argumentou implicitamente Westad (2017, pp. 220-222), na sua história da Guerra Fria, os dois efeitos, indireto e direto, não podem ser separados, dado que a hegemonia dos EUA no campo ocidental se deu num quadro de “comércio e investimento [politicamente] geridos”, dando margem de manobra aos países ocidentais para institucionalizarem Estados sociais que “evitassem a radicalização política” das classes trabalhadoras. Ou seja, e retomando os termos de Robin (2004), os argumentos sobre a distribuição do medo horizontal entre as classes sociais, no quadro interno das economias capitalistas desenvolvidas, a seguir à Segunda Guerra Mundial, não podem ser compreendidos sem atentar na distribuição do medo vertical, externo, criado pela Guerra Fria, ou seja, pela existência de uma alternativa sistémica à hegemonia dos EUA na forma do campo socialista liderado pela União Soviética.

É importante sublinhar, entretanto, que o papel atribuído por Hobsbawm à ausência de medo – anteriormente sentido pelas elites capitalistas, económicas e políticas –, devido à crise dos socialismos, torna saliente a importância deste sentimento, com uma declinação socioeconómica e política variada, na sua tetralogia sobre a história do “longo século XIX” (1789-1914) e do “breve século XX” (1914-1991). Teria assim havido uma “dança dialética” entre revolução e contrarrevolução, entre dominantes e dominados, desde a Revolução Francesa. Historicamente, o medo entre as elites teria tido consequências políticas variadas e contrastantes. Por exemplo, usando lentes realistas em termos de relações internacionais, isto era o que Hobsbawm (1996 [1962], p. 99) tinha a dizer sobre o Congresso de Viena de 1815: “Os reis e estadistas não eram mais sábios ou pacíficos do que antes. Estavam era infinitamente mais amedrontados”. Isto criou um poderoso incentivo à pacificação das relações internacionais até à Guerra da Crimeia, dada a relação umbilical entre guerra e revolução a evitar a todo o custo. O ponto importante aqui é que o medo da revolução foi um mecanismo mobilizado por Hobsbawm

antes da *Era dos Extremos* para explicar como, em certos contextos, as mentes das classes dominantes estiveram concentradas em gerar soluções funcionais. E o contrário também é verdadeiro. Por vezes, o medo da revolução empurrou setores influentes da burguesia para o apoio a soluções politicamente autoritárias e socioeconomicamente regressivas: da desconfiança em relação ao sufrágio universal, parte do liberalismo histórico no século XIX, aos fascismos e outros autoritarismos capitalistas, em face da ameaça revolucionária nos anos 1920.

Na sua história do medo burguês e da sua relação com as liberdades políticas, e baseando-se precisamente em *A Era das Revoluções* de Hobsbawm, Marc Mulholland privilegia a exploração do lado literalmente reacionário das classes burguesas, aventando que “o liberalismo [político] da burguesia é direta e inversamente proporcional à independência e militância da classe trabalhadora” (Mulholland, 2012, p. 303). Daí a sua hipótese de que “o declínio e queda do comunismo” tenha tido “um efeito catalisador na revolução democrática global” dos anos 1980 em diante, já que “a sociedade burguesa civil e os seus patrocinadores no Ocidente podiam agora aderir ao constitucionalismo popular sem medo de estarem a abrir a porta à subversão comunista” (Mulholland, 2012, p. 272). Isto teria acontecido especialmente em áreas do que até aos anos 1980 se convencionou chamar Terceiro Mundo. No entanto, esta democratização foi frequentemente superficial e limitada. Os países ficaram muitas vezes submetidos ao neoliberal Consenso de Washington, tendo perdido a capacidade de arbitrar entre dois campos socioeconómicos e ideológicos distintos, o que lhes permitia, por vezes, ganhar margem de manobra nesse processo. Como assinalou Sara Lorenzini na sua história global das ideias e práticas do desenvolvimento, “foi o medo do comunismo que criou incentivos para o desenvolvimento” (Lorenzini, 2019, p. 4).

Note-se que a hipótese de Mulholland não contradiz a de Hobsbawm, antes chamando a atenção para a necessidade de a circunscrever ao que se chamou de Primeiro Mundo desenvolvido. Já a transição do chamado Segundo Mundo, do socialismo para o capitalismo, deu-se num quadro neoliberal, sem considerações pelas classes trabalhadoras, muito diferente do contexto que presidiu à reconstrução do capitalismo ocidental a seguir à Segunda Guerra Mundial: “a principal razão para esta mudança” argumentaram dois teóricos políticos liberais interessados em explicar a recessão democrática aí registada recentemente, “foi o desaparecimento da ameaça comunista e o corolário de que não eram requeridos esforços especiais para manter a lealdade dos trabalhadores ao sistema no seu conjunto” (Holmes e Krastev, 2019, p. 62). Apesar de Hobsbawm não ser referido, a hipótese explicativa é muito similar.

Como se verá na próxima secção, o casamento entre capitalismo neoliberal e democracia política revelou ser particularmente problemático, até porque a globalização reduziu fortemente a base material da soberania nacional, condição necessária para a democracia. Talvez este padrão explique a adesão à hipótese de Hobsbawm por parte setores da social-democracia com fortes razões para terem um olhar melancólico em relação ao passado, uma vez que constatarem a dependência das formas institucionais advogadas na economia política em relação à “ameaça” revolucionária.

3. Medo e melancolia social-democratas

Muitos julgaram que a crise financeira de 2007-2008 seria para o neoliberalismo o que a queda do Muro de Berlim foi para o comunismo e Hobsbawm (2009) não foi exceção. No entanto, “a estranha não-morte do neoliberalismo” (Crouch, 2011) forçou ainda mais muitos economistas políticos e historiadores social-democratas a indagar, nos anos seguintes, acerca das circunstâncias históricas, eventualmente únicas e irrepetíveis, que “geraram a esplêndida anomalia de um capitalismo relativamente igualitário”, algures entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os anos 1970 (Kuttner, 2018, p. 48). E, neste processo, muitos, sem terem tido alguma vez qualquer simpatia pela causa comunista, chegaram à conclusão de Eric Hobsbawm, embora nem sempre se lhe refiram.

Num livro que tem por título aquela que é, talvez, a questão mais importante nas presentes circunstâncias históricas – “será que a democracia pode sobreviver ao capitalismo global?” –, o economista político social-democrata Robert Kuttner argumenta precisamente que, longe de ser uma parceria natural, a relação entre democracia e capitalismo é intrinsecamente tensa. A democracia só pôde florescer no quadro do que designa por economias mistas e este tipo de economia só pode ser institucionalizada no quadro de Estados nacionais com vontade e capacidade para criar “poderes compensatórios” ao potencialmente antidemocrático poder estrutural do capital. A democracia é aqui indissociável dos ganhos institucionais, económico-políticos, das classes trabalhadoras (da desmercadorização das relações laborais e de sistemas de provisão cruciais à captura laboral dos ganhos de produtividade, passando pela política económica de pleno emprego). Estes ganhos, por sua vez, requereram um contexto institucional assente em mecanismos nacionais de regulação da finança e do comércio internacionais (incluindo controlos à entrada e saída de capitais e um certo proteccionismo, da agricultura aos serviços) e na articulação entre bancos centrais e tesouros nacionais, em que os primeiros estavam subordinados às prioridades definidas pelos segundos (Kuttner, 2018).

Todo este quadro institucional esteve no centro da economia política keynesiana. E esta, como Mann (2017, p. 366) argumentou detalhadamente na mesma altura, foi, na sua elaboração intelectual e política, sempre “perseguida pela memória da revolução e da turbulência, pela consciência da ameaça de rejeição popular da ordem existente” e pela necessidade de as esconjurar, através de uma abordagem “farmacológica” à economia política e à política económica, evitando a crise económica, o desemprego e o crescimento das desigualdades, indissociáveis de certas formas de capitalismo. Dado que “a revolução amedrontará sempre o keynesianismo”, os seus “espíritos políticos animais” basear-se-ão sempre numa combinação de “medo e de esperança”; medo da revolução e esperança na salvação da “civilização capitalista”, através do abandono do liberalismo económico, resgatando as liberdades políticas (Mann, 2017, p. 387). O problema é que hoje o medo já não é o da revolução e daí a natureza abastardada do keynesianismo realmente existente, um expediente temporário para socializar os custos das crises, como se viu em 2007-2008 ou, de novo, na resposta à crise pandémica.

Depois de décadas de erosão e desaparecimento dos freios internos e externos ao poder do capital, o tipo de circunstâncias políticas que geraram o “capitalismo democrático” parece irrepetível, originando um olhar melancólico a partir dos EUA:

De facto, nos anos 1930, tínhamos uma depressão que minou a legitimidade do capitalismo puro e dos capitalistas. Tínhamos a União Soviética, que constituía uma ameaça geopolítica e uma alternativa ideológica. E tínhamos também o Presidente populista progressista mais consequente da história dos EUA, usando os poderes expandidos do Estado democrático para constringer o capital e ajudar a gente comum – num círculo virtuoso que progressivamente aumentou a legitimidade do Estado e da economia mista (Kuttner, 2018, p. 286).

Se “hoje o capitalismo democrático é uma contradição nos termos”, se é mais fácil vislumbrar o fim da democracia do que o fim de uma forma de capitalismo socialmente desigual, economicamente medíocre, politicamente oligárquica e ambientalmente insustentável, parte da explicação reside na ausência de uma “ameaça” equivalente à da União Soviética (Kuttner, 2018, p. 283). Eric Hobsbawm não é aqui referido e, aliás, não costuma sê-lo na economia política social-democrata, mesmo quando esta mergulha na história. A verdade é que antecipou muitas das tendências expostas e identificou mecanismos relevantes, insiste-se.

Já na igualmente melancólica historiografia de matriz social-democrata interessada na ascensão do neoliberalismo, a hipótese de Hobsbawm sobre o medo tem ganho um lugar de relevo. Um excelente exemplo disso é a história da ordem neoliberal, da autoria do historiador Gary Gerstle (Gerstle, 2022). Aí argumenta, desenvolvendo e precisando explicitamente a hipótese de Hobsbawm, que “o poder e o medo desencadeados pela ameaça comunista foram em grande medida esquecidos”, sendo por isso subestimados nas análises históricas sobre as transformações institucionais registadas no capitalismo, em especial no norte-americano, o seu principal objeto de estudo (Gerstle, 2022, p. 11). Partindo do conceito de “ordem política”, entendida como conjunto persistente de arranjos institucionais, consensos políticos-ideológicos e coligações sociais que duram para lá dos ciclos políticos-eleitorais, Gerstle contrasta “a ordem do *New Deal*” com a “ordem neoliberal” que lhe sucedeu. Um dos mais poderosos sinais da formação de uma ordem é a aceitação dos seus elementos essenciais pelos seus adversários políticos. No caso da ordem do *New Deal*, Gerstle sublinha a sua aceitação pelos republicanos da linha Eisenhower nos anos 1950. Uma das principais razões para tal facto foi que “o medo do comunismo tornou possível o compromisso de classe entre trabalho e capital subjacente” a esta ordem. Esta pista, de resto, já tinha sido seguida por Josep Fontana, decano catalão da história económica (Fontana, 2017). Pode mesmo dizer-se que se tornou um marcador das histórias críticas do século. A própria aceitação institucional de muitas das reivindicações antirracistas do movimento dos direitos cívicos tem de ser lida num quadro internacional, dado que a União Soviética fazia do racismo estrutural nos EUA um elemento da sua ação, neste aspeto bem mais consistente, junto de muitos países do Terceiro Mundo nos anos 1950 e 1960. No fundo, o trabalho de Gerstle sublinha o processo de diminuição das desigualdades internas propiciado pela “ameaça comunista”, polemizando com os que consideram que o anticomunismo nos EUA serviu sobretudo para travar avanços progressistas. Neste sentido, argumenta que a queda do comunismo foi absolutamente decisiva para explicar a transformação do movimento neoliberal numa ordem política nos anos 1990, sobretudo com a aceitação e o aprofundamento pelos “novos democratas” da linha Clinton (“o Eisenhower da esquerda”) da herança institucional de Reagan na economia política norte-americana: “a queda do comunismo é uma

parte central da história do triunfo neoliberal” (Gerstle 2022, p. 11). A sua análise histórica tem a vantagem de ajudar a precisar a relação entre os processos de neoliberalização, que são anteriores à queda do comunismo – afinal de contas, o próprio Hobsbawm (2012) defendeu que, desde os anos 1970, “Lénine e Bernstein perderam as suas esperanças” –, e o seu entranhamento institucional por via da sua aceitação por aqueles que até aí se tinham oposto no fundamental, apesar das concessões já registadas nos anos 1980. A distinção entre movimento neoliberal, em fluxo e anterior a 1989-1991, e ordem neoliberal, mais entranhada, desempenha um papel crucial na análise histórica.

A partir de diferentes disciplinas, Kuttner e Gerstle convergem no olhar crítico que lançam à história recente, particularmente à evolução da social-democracia, associada nos EUA à ordem do *New Deal*, à sua colonização pelo neoliberalismo, no contexto da crise do comunismo. No contexto europeu, a social-democracia também confirmaria e reforçaria, na viragem da década de 1980 para a de 1990, o abandono de muitos dos seus compromissos com o pleno emprego e o Estado social, aceitando a partir daí que a expressão “reforma estrutural” passasse a ter um significado neoliberal e entrando numa crise intelectual e política decisiva neste processo de abdicação. Numa parte importante do continente europeu, a natureza da integração europeia, em particular a partir da institucionalização da União Europeia, foi crucial para trancar os Estados numa trajetória neoliberal com a cumplicidade da social-democracia: mercado único, moeda única e, consequentemente, política neoliberal tendencialmente única.

Logo em 1994, o historiador marxista Perry Anderson formulava uma questão, ao mesmo tempo que sintetizava a história dos recuos social-democratas num mapeamento político do continente:

Outrora, nos anos fundadores da Segunda Internacional, tinha por objetivo o derrube do capitalismo. Depois tentou realizar reformas parciais concebidas como passos graduais para o socialismo. Finalmente, passou a ser favorável ao Estado-providência e ao pleno emprego no quadro do capitalismo. Se agora aceita a destruição do primeiro e o abandono do segundo, em que tipo de movimento se irá tornar? (Anderson, 1994b, p. 20).

Donald Sassoon, historiador de matriz social-democrata e autor de uma importante história da esquerda europeia nestes anos de refluxo do socialismo, respondia que esta “era a esquerda que restava” (Sassoon, 2019 [1996], p. 444). Era a única que, tendo sido capaz, através de um processo contínuo de adaptação, não só de sobreviver, mas de encarnar ainda de forma institucionalmente consequente alguns valores relevantes no campo da igualização de condições. Reconhecia, no entanto, que a queda do comunismo tinha contribuído para acentuar a sua diluição político-ideológica, com uma aceitação do papel crescente das forças de mercado. Quase um quarto de século depois, olhando para uma paisagem política para si desoladora, Sassoon reconhecia implicitamente a validade da questão de Anderson. Assinalando o esvaziamento político-eleitoral desta esquerda, denunciava a sua adesão aos termos do consenso neoliberal, dada a austeridade e as privatizações, inimagináveis, na sua intensidade e no seu alcance, há três décadas (Sassoon, 2020). No fundo, quando o que resta é uma corrente social-democrata crescentemente diluída, nada parece restar, a não ser a rememoração de um tempo em que este movimento tinha uma base social de apoio relevante, capaz, num contexto internacional peculiar, de impor concessões a capitalistas relativamente amedrontados.

No início do processo histórico de construção da hegemonia neoliberal, John Kenneth Galbraith, um dos teóricos dos “poderes compensatórios” de natureza regulatória ou sindical, que tinham estado na base da prosperidade partilhada a seguir à Segunda Guerra Mundial, resumia, com ironia, o credo ideológico que estava sendo institucionalizado nos EUA e não só: “Os pobres não trabalham porque têm demasiados rendimentos; os ricos não trabalham porque não têm rendimentos suficientes. Expande-se e revitaliza-se a economia dando menos aos pobres e mais aos ricos” (Galbraith, 1982, p. 32). O aumento das desigualdades de rendimento e de riqueza, sem que isso de se traduza, antes pelo contrário, num maior dinamismo das economias, tem sido assim um dos traços salientes das formas neoliberais de capitalismo, levando, em particular nas últimas duas décadas, ao florescimento do seu estudo numa parte da ciência económica mais atenta às dinâmicas históricas.

As narrativas otimistas de história económica, fruto de uma conjuntura anterior a 1989, apontavam para um padrão histórico em U invertido na trajetória do capitalismo: um aumento das desigualdades nas fases iniciais de desenvolvimento, seguido de uma redução tendencial mais ou menos automática. Thomas Piketty (2013), um economista social-democrata francês, teve o grande mérito intelectual de ter identificado a tendência para um U sem inversão à vista, com os anos 1980 como período de em que a desigualdade começou a aumentar. E daí o medo e a melancolia que perpassa a sua obra: no capitalismo, se nada for feito, sobretudo do ponto de vista fiscal, os rendimentos de capital (r) crescem sempre mais velozmente do que a economia (g) no seu todo, o seu icónico $r > g$. Esta relação foi acompanhada pela saliência científica, com traduções políticas, ganha por outro padrão empírico que emergiu da sua investigação: o da concentração de rendimento e de riqueza no 1% da população no topo da pirâmide nos EUA. As consequências destes padrões são “ameaçadoras para as nossas sociedades democráticas”, afirmou (Piketty, 2013, p. 942). A questão que se coloca neste contexto é a seguinte: ameaçadoras para quem dentro dessas sociedades com desigualdades de classe tão explicitamente vinculadas? Razão tinha Hobsbawm para garantir, no final da vida, que se estava a redescobrir que “o capitalismo não é a resposta, mas sim a questão” (Hobsbawm, 2012, p. 417). Afinal de contas, o período de guerras e revoluções, com os seus lastros institucionais, tinha sido reconhecidamente excecional na redução das desigualdades no quadro deste sistema.

Branco Milanović (2016), igualmente uma referência no campo dos estudos empíricos sobre desigualdade económica, convergiu com Piketty na importância atribuída às duas guerras mundiais na diminuição das desigualdades, por via da destruição de capital e da subida de impostos, argumentando, precoce e adicionalmente, que o seu inegável e generalizado aumento nos países mais ricos a partir da década de 1980 se deveu, naturalmente entre outros fatores, ao fim do comunismo (Milanović, 2015). O efeito da presença comunista, surgida na esteira da Primeira Guerra Mundial e expandida a seguir à Segunda Guerra Mundial ao nível do sistema de Estados, ter-se-ia manifestado na anterior compressão das desigualdades económicas de duas formas: “benignamente”, através da dupla ação política dos partidos comunistas e socialistas e dos sindicatos por eles influenciados; “malignamente”, através do que era visto a ocidente como a ameaça político-militar soviética. Aliás, esta realidade talvez ajude a explicar que os países capitalistas europeus geograficamente mais próximos do bloco comunista, na fronteira europeia

da Guerra Fria, da Escandinávia à Áustria, tenham registado as reduções mais significativas das desigualdades (Milanović, 2015). Em suma, “o poder político dos partidos socialistas e comunistas e o exemplo [em termos de redução sem precedentes das desigualdades internas] e a ameaça militar da União Soviética travaram políticas que favoreciam os ricos mediante a limitação do poder do capital” (Milanović, 2016, p. 98). Embora, uma vez mais, Hobsbawm não seja referido, é caso para voltar a sublinhar como a sua hipótese teve tração em várias áreas.

Em 2019, 30 anos depois de 1989, Piketty respondia aos seus críticos, que o haviam acusado de subestimar a história político-ideológica, relegando para uma nota de rodapé o algo mecânico $r > g$ no centro da sua análise anterior (Piketty, 2019). Num fresco histórico mais rico, Piketty atribuía agora uma enorme importância ao papel da Revolução Bolchevique e da criação da União Soviética na crise do que apoda criticamente de ideologia “proprietarista”, que tinha marcado o longo século XIX e contribuído para gerar uma desigualdade de rendimentos e de riqueza sem precedentes históricos. Por muito crítico que fosse do “desastre comunista”, Piketty reconhecia o seguinte facto que, aliás, persegue toda a sua história sobre a emergência de sociedades social-democratas, da fiscalidade à pluralização dos direitos de propriedade, com o correspondente aumento dos seus deveres: “A existência de um contramodelo comunista na União Soviética desempenhou um papel essencial, por um lado, para impor uma agenda ambiciosa a atores e partidos conservadores que frequentemente a não desejavam, e, por outro, para acelerar o processo de descolonização nos impérios coloniais europeus e a extensão dos direitos cívicos nos EUA” (Piketty, 2019, p. 55). Este último aspeto merece ser sublinhado, já que muito do anti-imperialismo, em geral, e do anticolonialismo e antirracismo, em particular, são incompreensíveis sem o apoio do movimento comunista e do seu principal Estado. As dinâmicas de igualização são multidimensionais.

Dedicando centenas de páginas às discussões sobre os impostos progressivos que incidem sobre o rendimento e a riqueza e seus efeitos positivos, Piketty indica como esta possibilidade fiscal, violentamente recusada em tantos contextos liberais antes de 1917, passou a ser aceitável face “ao medo da revolução”, à nova ameaça da nacionalização dos ativos: “comparada com o risco de uma expropriação generalizada, o imposto progressivo parecia agora menos ameaçador” (Piketty, 2019, p. 546). Inversamente, o “desprestígio” crescente da União Soviética, a partir dos anos 1970, devido, entre outras causas, à estagnação da época de Leonid Brejnev e ao seu aprofundamento nos anos 1980, é indissociável da fulgurante ascensão do que apoda de ideologia “neoproprietarista”, ou seja, de blindagem político-institucional favorável a uma conceção da propriedade privada irrestrita, na sua extensão e intensidade, regressando o mundo a um padrão desigual anterior ao breve século XX: “A queda da União Soviética começou por abrir um novo período de fé sem limites na propriedade privada do qual ainda não saímos inteiramente” (Piketty, 2019, p. 598). E é esta incapacidade político-ideológica para superar o neoliberalismo que explica precisamente o olhar melancólico em relação a um certo passado institucional também por parte de intelectuais social-democratas preocupados com o crescimento das desigualdades.

Voltar a meter medo?

Enzo Traverso (2016, p. 29) contrastou a obra de Eric Hobsbawm com a do historiador liberal François Furet, em particular a sua história do comunismo, sintomaticamente intitulada *O Passado de uma Ilusão*, publicada um ano depois de a *Era dos Extremos*: enquanto este “escrevia com a arrogância do vencedor”, aquele tinha “a pena afiada pela consciência da derrota”. É verdade que Furet decretou que “o comunismo acaba numa espécie de nada” (Furet, 1996 [1995], p. 11). Mas também é verdade que considerou a ausência de alternativas sistêmicas à “democracia burguesa” uma “condição demasiado austera e contrária ao espírito das sociedades modernas para que possa durar”, prevendo que a queda do comunismo “continuará a gozar, na opinião do mundo, de circunstâncias atenuantes e talvez venha a ser objeto de uma admiração renovada” (Furet, 1996 [1995], p. 569).

As circunstâncias do capitalismo, crescentemente desprovido de freios e contrapesos, a redistribuição do medo entretanto operada, o incremento das desigualdades e das crises, poderão tornar mais visível a revisitação do papel do comunismo e da União Soviética, na esteira inaugurada precisamente por Eric Hobsbawm. Não se trata tanto do “espírito das sociedades”, referido por Furet, quanto das dinâmicas historicamente concretas do capitalismo realmente existente sem oposição.

Domenico Losurdo, por exemplo, valorizou os efeitos externos positivos da experiência comunista, particularmente na redução das hierarquias sociais (reforma social-democrata) e internacionais (anticolonialismo), sendo uma versão radical desta linha e concluindo: “talvez o que Edgar Quinet disse sobre a Revolução Francesa no seu tempo, se aplique também à Revolução Bolchevique: ‘as pessoas que a realizaram, não foram as que dela beneficiaram’” (Losurdo, 2015, p. 298).

Mesmo o insuspeito Pierre Rosanvallon, um dos historiadores que, a par de François Furet, mais contribuiu para “reintroduzir na história francesa uma sensibilidade liberal” (Chabal, 2015, p. 158), defendeu que a presente ausência do que apodou de “reformismo do medo” explicaria parte da perversa “crise da igualdade” cidadã nas sociedades atuais (Rosanvallon, 2011). Afinal de contas, o espectro da revolução, desde o final do século XIX, teria tido a sua utilidade para a reforma, mesmo que social-liberal. Nesta esteira, entre o liberalismo e a social-democracia, o historiador Tony Judt, um dos críticos denodados tanto da tradição marxista francesa, como do compromisso político de Eric Hobsbawm, acabou a defender que “se a social-democracia tem um futuro, será como uma social-democracia do medo” (Judt, 2010, p. 227). Esta teria então de ser capaz de revalorizar as instituições comunais como a melhor resposta ao seguinte facto bruto: “nós entrámos na era do medo” (Judt, 2010, p. 217).

A questão é sempre quem é este “nós” amedrontado pela “insegurança” social crescente? Responder-lhe implica recolocar no centro da análise o conflito social em múltiplas escalas e as formas de economia política que lhe subjazem. Uma outra questão pode também ser colocada neste contexto: será que um arranjo institucional comunal, mesmo que naturalmente parcial, pode sobreviver com base numa certa memória e na exaltação de virtudes morais defensivas, quando as elites não são confrontadas com ameaças sistêmicas ao seu poder, internas ou externas, como o foram no passado? No fundo, trata-se, como escreveu um editorialista do *The Guardian*, de ter consciência da seguinte

tarefa da política, guiados por uma certa visão melancólica da história: “amedrontar os capitalistas tanto quanto o comunismo o fez” (Chakraborty, 2019). O que fazer para que tal aconteça, não foi, nem podia ser, tarefa para este artigo. Afinal de contas, os seus propósitos foram modestamente melancólicos.

Agradecimentos

Este artigo nasceu de uma comunicação, com o mesmo título, apresentada no *Congresso Internacional Pensar o Século XX – Olhares do século vinte e um*, organizado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares, que se realizou na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, entre 1 e 3 de fevereiro de 2023. Agradeço a Luís Trindade, um dos coorganizadores, o estímulo e os comentários. Este artigo também beneficiou muito da leitura generosa de Álvaro Garrido, Ana Cordeiro Santos, António Rafael Amaro, Bernardo Teles Fazendeiro, José Reis e Vera Ferreira. Todos os erros e omissões que ainda possam permanecer são da minha inteira responsabilidade.

Bibliografia

- Anderson, P. (1994). Introduction. In: P. Anderson & P. Camiller (Eds.), *Mapping the West European Left* (pp. 1-22). Londres: Verso.
- Boucheron, P. & Robin, C. (2019). *El miedo. Historia y usos políticos de una emoción*. Madrid: Clave Intelectual.
- Chakraborty, A. (2019). The task of politics is to scare the capitalists as much as communism did. *The Guardian*, 14 de novembro. Recuperado de: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/nov/14/task-politics-today-scare-capitalists-communism>.
- Chabal, E. (2015). *A Divided Republic. Nation, State and Citizenship in Contemporary France*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cohen, G. A. (2001). *If You're an Egalitarian, How Come You're So Rich?* Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Crouch, C. (2011). *The Strange Non-death of Neo-liberalism*. Cambridge: Polity.
- Elliot, G. (2010). *Hobsbawm. History and Politics*. Londres: Pluto.
- Evans, R. (2019). *Eric Hobsbawm: A Life in History*. Oxford: Oxford University Press.
- Fontana, J. (2017). *El siglo de la revolución*. Barcelona: Crítica.
- Furet, F. (1995). *O passado de uma ilusão. Ensaio sobre a ideia comunista no século XX*. Lisboa: Presença, 1996.
- Galbraith, J. K. (1982). Recession Economics. *New York Review of Books*, 4 de fevereiro. Recuperado de: <https://www.nybooks.com/contributors/john-kenneth-galbraith/>.
- Gerstle, G. (2022). *The Rise and Fall of the Neoliberal Order*. Oxford: Oxford University Press.
- Hayek, F. (2009, 1.ª ed. 1944), *O caminho para a servidão*. Lisboa: Edições 70.
- Hobsbawm, E. (1962). *The Age of Revolution, 1789-1848*. Nova Iorque: Vintage, 1996.

- Hobsbawm, E. (1987). *The Age of Empire, 1875-1914*. Nova Iorque: Vintage, 1989.
- Hobsbawm, E. (1990). Goodbye to All That. *Marxism Today*, outubro, 18-23.
- Hobsbawm, E. (1994). *The Age of Extremes – The Short Twentieth Century 1914-1991*. Londres: Michael Joseph.
- Hobsbawm, E. (2002). *Interesting Times. A Twentieth Century Life*. Londres: Allen Lane.
- Hobsbawm, E. (2009). Socialism has failed. Now capitalism is bankrupt. So what comes next? *The Guardian*, 10 de abril. Recuperado de: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2009/apr/10/financial-crisis-capitalism-socialism-alternatives>.
- Hobsbawm, E. (2012). *How to Change the World. Tales of Marx and Marxism*. Londres: Abacus.
- Judt, T. (2009). Eric Hobsbawm and the Romance of Communism. In T. Judt (Ed.) *Reappraisals: Reflections of the Forgotten Twentieth Century* (pp. 116-128). Nova Iorque: Penguin.
- Judt, T. (2010). *Ill Fares the Land*. Londres: Allen Lane.
- Krastev, I. & Holmes, S. (2019). *The Light that Failed. A Reckoning*. Londres: Penguin.
- Kuttner, R. (2018). *Can Democracy Survive Global Capitalism?* Nova Iorque: Norton.
- Lorenzini, S. (2019). *Global Development. A Cold War History*. Nova Jérícia: Princeton University Press.
- Losurdo, D. (2015). *War and Revolution. Rethinking the Twentieth Century*. Londres: Verso.
- Mann, G. (2017). *In the Long Run We Are All Dead: Keynesianism, Political Economy and Revolution*. Londres: Verso.
- Milanović, B. (2015). Did Socialism Keep Capitalism Equal? *Social Europe*, 27 de agosto. Recuperado de: www.socialeurope.eu/did-socialism-keep-capitalism-equal.
- Milanović, B. (2016). *A Desigualdade no Mundo: Uma Nova Abordagem para a Era da Globalização*. Lisboa: Actual.
- Mulholland, M. (2012). *Bourgeois Liberty and the Politics of Fear: From Absolutism to Neo-Conservatism*. Oxford: Oxford University Press.
- Piketty, T. (2013). *Le capital au 21^e siècle*. Paris: Seuil.
- Piketty, T. (2019). *Capital et Idéologie*. Paris: Seuil.
- Pons, S. (2014). *The Global Revolution. A History of International Communism*. Oxford: Oxford University Press.
- Robin, C. (2004). *Fear. The History of a Political Idea*. Oxford: Oxford University Press.
- Robin, C. (2011). *The Reactionary Mind. Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*. Oxford: Oxford University Press.
- Robin, C. (2019). Eric Hobsbawm: The Communist that Explained History. *New Yorker*, 9 de maio. Recuperado de: <https://www.newyorker.com/books/under-review/eric-hobsbawm-the-communist-who-explained-history>.
- Rosanvallon, P. (2011). *La société des égaux*. Paris: Éditions du Seuil.
- Sassoon, D. (1996). *One Hundred Years of Socialism. The West European Left in the Twentieth Century*. Londres: I. B. Tauris, 2019.
- Sassoon, D. (2020). The Rise and Fall of Europe's Workers' Movement. *Tribune*, 1 de maio. Recuperado de: <https://tribunemag.co.uk/2020/05/the-rise-and-fall-of-europes-workers-movement>.
- Traverso, E. (2016). *Left-Wing Melancholia: Marxism, History, and Memory*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Westad, O. A. (2017). *The Cold War. A World History*. Londres: Penguin.

(Página deixada propositadamente em branco)

O século de Outubro, o papel dos intelectuais
e a hipótese revolucionária

The century of October, the role of intellectuals
and the possibility of revolution

Rui Bebiano

Rui Bebiano

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras

ORCID: 0000-0002-1449-2216

O SÉCULO DE OUTUBRO, O
PAPEL DOS INTELLECTUAIS E
A HIPÓTESE REVOLUCIO-
NÁRIA

Identificam-se neste artigo linhas de força essenciais associadas à Revolução Russa de Outubro de 1917 e ao seu impacto por mais de um século. Salientando o seu papel de natureza emancipatória de uma dimensão mundial e situada na longa duração, releva-se também a sua inscrição como acontecimento decisivo nos processos de escrita e de interpretação da história contemporânea. A partir das grandes expectativas que gerou e dos múltiplos caminhos que percorreu e propagou, articula-se em particular a sua reverberação com o imprescindível papel que nela tiveram a propaganda, a reflexão e a criação artística e intelectual, bem como a iniciativa dos seus agentes, aqui tomados como instrumentos dinâmicos da mudança política, da transformação cultural e da produção de um ideal de socialismo. Refere-se ainda, em articulação com este processo, a reformulação do próprio conceito de revolução na relação com o conhecimento histórico e com o impacto da memória, associando-lhe a importante dimensão simbólica introduzida pelo intervenção da nostalgia e da utopia. No todo, o artigo procura sublinhar e conferir um sentido interpretativo ao impacto da Revolução de Outubro no curso do século XX.

Palavras-chave: revolução; intelectuais; nostalgia; história; memória.

THE CENTURY OF OCTOBER,
THE ROLE OF INTELLECTUALS
AND THE POSSIBILITY OF
REVOLUTION

This essay identifies key ideas associated with the Russian Revolution of October 1917 and its impact over more than a century. It highlights the emancipatory impact of the Revolution in its global and long-term aspects, while also emphasizing its inclusion as a crucial event in the processes of writing and interpreting contemporary history. Based on the great hopes it raised and the paths it followed and disseminated, its echoes are articulated with the role of propaganda, reflection and artistic and intellectual creation, as well as with its agents, as dynamic instruments of political change, cultural transformation and the production of a socialist ideal. In connection with this process, reference is also made to the place of the public intellectual and the reformulation of the very concept of revolution in relation to historical knowledge and the impact of memory, associating it with the fruitful dimension introduced by nostalgia and utopia. Overall, the essay offers an interpretative historical sense of the impact of the October Revolution throughout the twentieth century.

Keywords: revolution; intellectuals; nostalgia; history; memory.

LE SIÈCLE D'OCTOBRE, LE
RÔLE DES INTELLECTUELS
ET L'HYPOTHÈSE RÉVOLU-
TIONNAIRE

Cet article identifie les lignes de force essentielles associées à la Révolution Russe d'Octobre 1917 et à son impact sur plus d'un siècle. Il met en évidence l'impact émancipateur de la Révolution, situé dans une dimension globale et sur le long terme, et souligne également son inscription comme événement décisif dans les processus d'écriture et d'interprétation de l'histoire contemporaine. Sur la base des grands espoirs qu'elle a suscités et des voies qu'elle a suivies et diffusées, son écho s'articule avec le rôle de la propagande, de la réflexion et de la création artistique et intellectuelle, ainsi qu'avec ses agents, en tant qu'instruments dynamiques du changement politique, de la transformation culturelle et de la production d'un idéal de socialisme. En articulation avec ce processus, il est également fait référence à la place de l'intellectuel public et à la reformulation du concept même de révolution par rapport à la connaissance historique et à l'impact de la mémoire, en y associant la dimension féconde introduite par l'intervention de la nostalgie et de l'utopie. Dans son ensemble, cet article donne un sens historique interprétatif à l'impact de la Révolution d'Octobre sur le cours du XXe siècle.

Mots-clés: révolution; intellectuels; nostalgie; histoire; mémoire.

Quando se observam os últimos cem anos de história, é impossível detetar um acontecimento associado a maiores e mais duradouras ondas de choque, e também sobre o qual mais tem sido escrito, do que a Revolução Russa de 1917, em particular no que respeita à sua viragem de Outubro desse ano. Na produção historiográfica, como em textos de natureza ensaística, doutrinária ou ficcional, e ainda em filmes, documentários e séries de televisão, de comparável no volume apenas encontramos as duas guerras mundiais. Todavia, estas incorporaram uma multiplicidade de momentos e lógicas, enquanto ali ocorreu um episódio central, fundador e paradigmático, cujo forte impacto na época e eco posterior ainda podem sentir-se, seja na memória de sucessivas gerações ou na reflexão de teor explicativo e prospetivo que o têm acompanhado.

1.

Utilizando uma útil cambiante interpretativa pode afirmar-se que o episódio revolucionário de 1917 representou uma «catástrofe». Não no sentido vulgar e depreciativo da grande calamidade ou do desastre, que o termo vulgarmente comporta, mas com o valor inteiramente oposto proposto por Henry Rousso. Ao recuperar o étimo *katastrophé* – utilizado no antigo teatro grego para designar o instante brusco e climático de reviravolta na estrutura dramática – serviu-se dele para designar todo o momento culminante, de auge e de viragem, em condições de impor, na sequência da história e nos diferentes modos do seu conhecimento, uma alteração inesperada, rápida e inquietante (Rousso, 2012). Em *La Dernière Catastrophe* o historiador refere exemplos vários, começando naturalmente pelo da Revolução Francesa, em que ocorreu essa súbita mutação.

Com a Revolução Russa esta característica dinâmica foi reforçada, dado ela não se ter limitado a produzir um novo modelo de sociedade ou a dar corpo a um processo político original, tendo também libertado futuros hipotéticos ou possíveis que abriram caminho a diferentes experiências e projetos, entre importantes avanços e retrocessos associados a mais de um século de história (Bebiano, 2020). O modelo é o da Revolução de Outubro, culminante no âmbito dos acontecimentos bruscos e irreversíveis que sacudiram e demoliram o Império Russo, abrindo caminho à instalação de um regime singular no trajeto humano.

Ao considerá-la aqui como momento maior e decisivo, importa esclarecer que o caráter de viragem lhe foi conferido, não tanto pelo derrube do czarismo em Fevereiro de 1917¹, ou mesmo pela dimensão subversora protagonizada pela ação bolchevique a partir da tomada do Palácio de Inverno a 25 de Outubro, mas por este segundo instante ter inscrito na história um episódio de características completamente novas na ordem mundial. Tratou-se, de facto, de um acontecimento que em boa parte configurou uma resposta das multidões oprimidas a um regime despótico e a um sistema social injusto, impondo uma profunda transformação social, conduzida por uma vanguarda partidária que se cria capaz de derrubar o capitalismo internacional e de abrir caminho a uma utopia igualitária.

¹ A identificação dos momentos revolucionários de 23 Fevereiro e de 25 de Outubro segue aqui o calendário juliano, em uso na Rússia da época, correspondentes no gregoriano a 8 de Março e a 11 de Novembro.

Esta marca de rutura e de inovação é apresentada como traço comum às múltiplas correntes interpretativas, dentro de um campo historiográfico frequentes vezes atravessado por escolhas de uma natureza abertamente política, que deste acontecimento capital foi produzindo diferentes e contraditórias leituras. Adianta-se um conjunto de quatro tópicos que permitem tornar mais claro a sua natureza.

O primeiro diz respeito à forma como é difícil, mesmo no plano da descrição dos factos e do inventário dos impactos da Revolução, separar inteiramente as leituras interpretativas de uma dimensão de parcialidade, seja esta expressa pelas escolhas de quem as produz, pela enunciação de relações de causa-efeito, pelo realce dado a certos aspetos e intérpretes, ou pela desvalorização de outros. Sucodem-se, desta forma, diferentes tonalidades de leitura, representando-a como gesta heroica ou como tragédia, causadora de esperança ou de temor, encarada como uma inevitabilidade ou determinada por circunstâncias objetivas, tomada como resultado da mobilização das massas ou da iniciativa de vanguarda dos bolcheviques. Com frequência, combinam-se mesmo múltiplas cambiantes, mencionando-se aqui, como exemplo, seis obras da historiografia de Outubro que propõem leituras opostas.

Três delas são obras hoje clássicas. A primeira é a *História da Revolução Russa até Brest-Litovsk*, iniciada logo em 1918 e concluída em 1930, já no exílio, por Leon Trotsky, onde a dimensão potencialmente internacionalista de 1917 e a energia nela aplicada pelas massas são particularmente destacadas (Trotsky, 2017). A segunda é a *História do Partido Comunista Bolchevique da União Soviética*, supervisionada a partir de 1936 por Estaline e que, reimpressa 301 vezes e regularmente expurgada de nomes e episódios, se tornou a versão oficial da Revolução de Outubro, por duas décadas seguida como leitura obrigatória nas escolas e, no exterior, usada pela maioria dos partidos comunistas². A terceira é *A Revolução Russa*, publicada já em 1994 por Sheila Fitzpatrick, onde esta procurou mostrar que, ao contrário do que proclamou a obra anterior, o processo político seguido na União Soviética jamais foi unívoco e previsível (Fitzpatrick, 2017).

As restantes três «histórias» são recentes, publicadas em 2017 quando do primeiro centenário da Revolução: *October; The Story of the Russian Revolution*, de China Miéville, que enfatiza o papel das práticas democráticas no campo das organizações de massas, do governo e mesmo do partido bolchevique até à década de 1930 (Miéville, 2017); *October Song*, de Paul Le Blanc, onde se confere um destaque, raro em outras obras sobre o tema, ao papel dos setores urbanos e de classe média envolvidos pelas propostas dos bolcheviques e participando na vaga de esperança revolucionária (Le Blanc, 2017); e por fim *A People's History of the Russian Revolution*, de Neil Faulkner, que enfatiza a forma como, após uma década de audácia e de criatividade que se seguiu a 1917, a revolução terá soçobrado nas mãos da burocracia partidária e de formas de capitalismo de Estado, tornando-se um regime despótico apoiado numa retórica paradoxalmente emancipatória (Faulkner, 2017).

² Dado o elevado número de versões truncadas e de traduções duvidosas da obra publicados desde a primeira edição, em 1938, optou-se por não citar qualquer delas. Foi reimpressa 301 vezes, teve dezenas de milhões de exemplares de tiragem em russo e foi traduzida em 66 línguas. Foram consultadas duas edições portuguesas publicadas logo após o 25 de Abril pelas editoras O Grito do Povo e Vento de Leste.

O segundo dos quatro tópicos considera uma panóplia de leituras diversas e contraditórias do ciclo revolucionário. Este é apresentado como disposto numa sequência lógica, por vezes encarada como expressão do caráter «científico» do materialismo histórico, com protagonistas exaltados como determinantes ou então desacreditados, enquanto, inversamente, tem mostrado o caráter imprevisível de muitos momentos e o papel complexo e contraditório dos diferentes protagonistas. Exemplar neste caso é a observação da intervenção do Partido Bolchevique, que jamais foi linear, mesmo no domínio doutrinal e tático, bem como a do próprio Lenine, cujas escolhas não foram isentas de hesitações e modulações. Sobre este, desde cedo objeto de um número imenso de obras de caráter hagiográfico ou de diabolização, saíram, entretanto, estudos que mostram um caráter menos inflexível e monolítico do que dessas obras emerge, mostrando-o capaz de valorizar a democracia de massas e o diálogo interclassista (Read, 2005; Lih, 2011; Žižek, 2017; Louçã, 2017, pp. 9-42).

Por sua vez, o terceiro tópico aponta para uma caracterização da Revolução Russa como detendo capacidade para se impor no plano mundial e num tempo longo, enquanto exemplar «farol do socialismo», sem que tal fosse contraditado por interpretações que identificassem pontos de rutura e a construção de experiências muito diversas. É o caso de etapas como o «comunismo de guerra», destinado a enfrentar as necessidades da terrível Guerra Civil, a Nova Política Económica, revalorizadora da iniciativa privada, da viragem de 1928-1929 que confirmou o poder de Estaline e o modelo da coletivização da produção e do «socialismo num só país», da construção após a Segunda Guerra Mundial do «bloco socialista» de características militares ou do «degelo» krusheviano lançado após o XXº Congresso do PCUS.

Em outras paragens, e sobretudo ao longo das décadas de 1960-1980, a fase de contestação do «socialismo burocrático» nos campos teórico e organizativo do movimento operário e socialista colocou novas hipóteses, mas ocorreu sem um questionamento frontal do sentido positivo de Outubro. De igual modo, a partir de 1946, as várias «revoluções socialistas», em particular a chinesa, e algumas experiências que destas se aproximaram, incorporaram a herança, sempre declarada como inspiradora, recolhida na experiência de construção da sociedade soviética (Soulet, 2009; Applebaum, 2023; Feinberg, 2021). Neste contexto, toda a reflexão posterior sobre o próprio conceito de socialismo e a sua diversidade nela colocaram uma âncora apenas abalada pela Queda do Muro de Berlim e a derrocada da União Soviética.

Já o quarto tópico, sobre a disseminação simbólica do «Outubro Vermelho», requer maior atenção.

2.

A justificação histórica, a interpretação política e filosófica, e a dimensão simbólica da Revolução de Outubro e do modelo político que inaugurou, têm permanecido ligadas às formas da sua legitimação. Mas dependem também do modo como os seus protagonistas se serviram da propaganda, do território das ideias e da criação artística e literária para disseminarem uma aceitação alargada do percurso que inauguravam, para combater os seus inimigos, e principalmente para impor consensos de aceitação, reconhecimento e

apoio dos regimes que inspirou. O processo relacionou-se intimamente com a intervenção dos intelectuais públicos que, seguindo o modelo «zoliano» – inaugurado quando da polémica em volta do «Caso Dreyfus» e da intervenção de Émile Zola – se dispuseram a tomar partido e a dar a voz por causas ou programas historicamente progressistas.

Tony Judt escreveu sobre o papel dos intelectuais como agentes na projeção concetual de um mundo melhor como o proposto pela Revolução de Outubro, tendo muitos sido instrumentais para estender a sua capacidade de atração e erguer um processo de mobilização e apoio (Bebiano, 2017). Em *O Peso da Responsabilidade* – concebido a partir dos casos de Léon Blum, Albert Camus e Raymond Aron –, Judt abordou o tema que lhe foi caro em toda a obra e que o próprio adotou: o da estreita relação, determinada por um sentido de responsabilidade individual histórica, de uma natureza intrinsecamente política e profundamente ética, entre o chamado «intelectual público» e a dinâmica do campo social que lhe está diretamente ligado, que se esforça por interpretar e procura ajudar a transformar (Judt, 2018; 2008).

A caracterização genérica deste modelo de intelectual tem sido feita de formas diversas, mas nelas coincidem quatro traços: a sua definição como *dissidente*, convivendo com um sistema político estabelecido e com formas de pensamento e códigos de valores preponderantes, embora destes divergindo ou deles adotando os que detêm potencialidades transformadoras; de seguida, o seu contributo como *transmissor*, afirmando uma forma de verdade e uma convicção, e contribuindo para as disseminar; depois a sua intervenção como *pensador*, abordando o devir do mundo num plano concetual, como interpretação ou como criação; e por fim, enquanto *especialista*, agindo, a partir de um padrão de conhecimento e no domínio das técnicas de comunicação que o colocam num lugar de prestígio (Issitt & Jackson, 2013). A intervenção dos homens e das mulheres que integraram esta categoria foi crucial para a mobilização para o combate político e para a transformação do mundo a que a experiência da Revolução de Outubro deu lugar.

Marx vinculara, nas *Teses sobre Feuerbach*, a atividade intelectual à produção da ideologia e à transformação do mundo, sendo este uma linha de argumentação que apenas em situações históricas excecionais abandonou a teoria marxista. Muitos anos depois, Gramsci falaria mesmo do papel crucial do «intelectual orgânico» na atividade política e cultural dos comunistas, sendo longa e complexa a concetualização deste vínculo dinâmico. Para o que aqui importa, deve sublinhar-se o contributo de Walter Benjamin, que em *A Obra de Arte na Era da sua Possibilidade de Reprodução Técnica*, de 1935, procurou emancipar a criação artística, e por extensão a atividade literária e filosófica, da dimensão «aurática», consagrada como saber elevado e elitista, defendida por Theodor Adorno: na era «pós-aurática» em que, acreditava, se começava a viver, os produtos por elas criados passariam a desempenhar uma função social (Bebiano, 2017, pp. 32-38). Sob esta perspetiva, o papel do «intelectual público» uniu-se à dessacralização da produção cultural, agora já não encarada apenas como atividade das elites para as elites. Ao mesmo tempo, o impacto da Revolução de Outubro neste domínio relacionou-se com esta profunda viragem, que implicava agora uma mensagem dirigida aos oprimidos e às consciências dos que com eles se solidarizavam.

Para compreender o processo é preciso ter em conta a construção de um padrão global de cultura comunista (Bebiano, 2020, pp. 165-210), associado a uma representação própria do mundo, da história e do seu curso, decisiva para a vitória da revolução

bolchevique de 1917, para a rápida transformação da Rússia em exemplo de grande inovação e em fator de esperança, depois para a propagação de um paradigma político que a partir de 1928-1929 coincidiu com a afirmação autoritária do estalinismo, e também para o alastramento mundial da Revolução de Outubro e da sua pátria como inspiração de uma perspectiva progressista do mundo e da história. Destaco três aspetos fundamentais deste processo, nos quais a intervenção dos intelectuais e dos artistas situados neste campo foi decisiva.

O primeiro prende-se com a afirmação do marxismo na Rússia e no mundo a partir de um trabalho teórico que fundamentou a crítica e o combate ao capitalismo, bem como o desenvolvimento do movimento operário e popular que lhe deu um rosto objetivo. Importa sublinhar que a sequência prática da Revolução Russa, antes, durante e após a tomada do poder pelos bolcheviques, foi sempre acompanhada por um trabalho político situado na dimensão concetual. Às figuras, decisivas como ideólogos e dirigentes revolucionários, de Lenine e de Trotsky – de modo algum é possível colocar Estaline neste patamar, dada a fragilidade das obras que real ou supostamente assinou³ – juntou-se uma plêiade de pensadores, publicistas e escritores que, num plano nacional e internacional, configuraram a hipótese de vitória revolucionária, estenderam a sua influência ao território da Rússia e depois ao mundo, contribuindo para definir a sua identidade (Priestland, 2013)⁴.

O segundo aspeto considera o papel crucial da propaganda política e da arte revolucionária que lhe esteve associada. Sem elas a vitória, a afirmação política e o prestígio internacional dos bolcheviques dificilmente se teriam mantido e superado as dificuldades colossais da Guerra Civil de 1917-1922 e do cerco que lhes foi imposto. À ideia de renovação objetiva da Rússia e do mundo, associou-se a perceção de que esta apenas seria possível caso lhe estivesse ligada uma capacidade dinâmica para alterar as representações da sociedade, da vida e da própria história, levando-a até setores suscetíveis de ser influenciados e mobilizados para um projeto político que implicava a alteração radical do estado das coisas e um ideal de representação do «mundo ao contrário». Daí, para além de formas de moldagem do quotidiano da arquitetura, da engenharia ou do urbanismo revolucionários, o amplo uso de formas de arte dotadas de grande capacidade expressiva e popularizáveis, como o cartaz, a fotografia e o cinema, além da poesia, do romance, do teatro, da música e de uma dinâmica imprensa.

Como terceiro aspeto, é fundamental referir a intervenção de intelectuais militantes distribuídos a uma escala planetária. Teve aqui um papel decisivo, de assumida vanguarda, a intervenção organizada da III Internacional e dos partidos comunistas mundiais. Em primeiro lugar o da União Soviética, como seria natural, mas também os de uma grande parte do mundo, junto dos quais a ideia de revolução política sempre se manteve ligada à de uma outra, de índole cultural, que integrava a capacidade de influenciar e de

³ Tem sido referido em diferentes biografias de Estaline o gabinete de «ghostwriters» que funcionou durante décadas no Kremlin. Recentemente, todavia, o seu perfil como leitor tem sido sublinhado (Roberts, 2023).

⁴ Texto algo doutrinário, mas útil, é o clássico de Furet (1996), *O Passado de uma Ilusão. Ensaio sobre a ideia comunista no século XX*.

enquadrar um grande número de intelectuais e de artistas em prol de um ideal comum de transformação⁵.

A essa atividade militante juntava-se o papel dos «compagnons de route», os companheiros de viagem (Caute, 1988). Entusiasmados com acontecimentos da Revolução Russa e pelos ambiciosos projetos do regime por ela inaugurados, numerosos intelectuais, artistas e criadores, a larga maioria sem vínculo formal aos partidos comunistas nacionais, passaram a integrar uma rede de colaboradores associados à construção de um apoio à experiência soviética que transcendia as fronteiras físicas e até ideológicas. Esta contribuiu para assegurar à União Soviética e aos partidos comunistas ocidentais que firmemente a apoiaram a simpatia solidária de milhões de cidadãos, que nela viam a expressão concreta da possibilidade de erguer sociedades novas e justas.

Na década de 1930, os imperativos da política de Frente Popular, erguida em diversos países contra os fascismos em afirmação, desempenharam, aliás, um papel crucial neste processo de aglutinação de vontades. Reportando-se a um período que se estendeu desde a viragem de 1917 sensivelmente até 1956, o ano do XX Congresso do PCUS que pôs termo à afirmação do «estalinismo» na sua forma mais monolítica e brutal, o historiador italiano Marcello Flores aborda exaustivamente a produção e a reprodução de um imaginário esplendoroso construído a propósito da União Soviética e projetado no interior do mundo capitalista, em particular no chamado Ocidente. Mostra como, particularmente naquela década, ela sensibilizou setores que estavam longe de se identificar com as linhas determinantes da política soviética, mas que se entusiasmavam com a ideia de um combate contra o fascismo e de uma sociedade que seria a sua retaguarda (Flores, 1990).

Do final da Guerra Civil à eclosão da Segunda Guerra Mundial, as viagens pelo «país dos soviets» tornaram-se uma espécie de moda, envolvendo figuras destacadas da literatura, do jornalismo e da política procedentes de todo o mundo. A essa vaga de viagens correspondia invariavelmente – como mais tarde acontecerá com os viajantes recebidos na China e em Cuba – uma torrente de artigos de jornal, ensaios, conferências ou livros produzidos quando do retorno ao país de origem. Se bem que nem todos os testemunhos fossem de natureza apologética, a esmagadora maioria correspondeu a exercícios de admiração e mesmo de veneração, a monumentos de hagiografia política dirigidos a Lenine e depois também a Estaline, a panegíricos à construção do «homem novo», às realizações monumentais do socialismo e ao entusiástico apoio da população, por vezes efetivo, mas em muitas situações ampliado ou imaginado.

Au Pays de l'Avenir Radieux, de François Hourmant, recolhe parte dessa tradição, mostrando um padrão comum aos relatos que descreveram o regime soviético, concebendo-o como exemplo singular e excecional preservado ao longo de décadas. Este padrão seria projetado através de uma narrativa capaz de moldar um arquétipo depois confirmado em sucessivas experiências pessoais: «os viajantes», afirma Hourmant, «deveriam legitimar o conjunto de representações, largamente idealizadas, por vezes maravilhosas (...), que esses textos haviam elaborado» (Hourmant, 2000, p. 23). A imagem de um Éden vermelho instalado na Terra foi assim produzida e reproduzida por escritores como Romain Rolland, H. G. Wells, Stefan Zweig, Bertrand Russell, Bernard Shaw, Henri

⁵ Para o caso do Partido Comunista Português veja-se Neves (2008).

Barbusse ou André Gide, empenhados em enfatizar e em disseminar, pelo menos durante parte da atividade intelectual, como foi o caso de Gide, a visão de um paraíso que acreditavam ter observado.

A partir deste panorama é possível compreender o impacto da Revolução Russa sob uma das perspectivas metodológicas adotadas pela história do tempo presente – a saber, o reconhecimento, no mundo que atravessamos, da arqueologia de um passado recente que lhe conferiu as formas que revela e alguns dos caminhos que toma –, tomando-o como absolutamente decisivo para uma percepção abrangente e dinâmica do mundo contemporâneo. Embora com diferente foco, regressa-se para o efeito a dois conceitos já referidos, ambos indispensáveis para entender esta influência de longo curso: o de intelectual público e o de revolução.

3.

Tornou-se trivial escutar que o intelectual público se encontra «em vias de extinção». Não cabe aqui refutar a afirmação, mas é mais adequado considerá-lo hoje num processo de reconfiguração social. Na verdade, se bem que a sua caracterização, as condições em que opera e a projeção que toma se tenham vindo a transformar poderosamente, de modo algum desapareceram a vertente emancipatória que contém a sua intervenção e o seu vínculo, em numerosos casos, a um ideal de transformação que remete ainda para o élan emancipatório que pautou os últimos cem anos de diálogo crítico com a experiência histórica de Outubro.

Marilena Chauí falou do «intelectual comprometido» como figura em desaparecimento, tendo identificado três causas para que tal esteja a ocorrer. Desde logo, o «amargo abandono das utopias revolucionárias, da rejeição da política, de um ceticismo desencantado», em parte determinado «pela falência da experiência soviética, pelo recuo da social-democracia e pelo triunfo da ética neoliberal». Depois a contração do espaço público e o alargamento do privado, tornando determinantes a influência do mercado e a lógica do cidadão-consumidor. A terceira causa corresponde a uma «nova forma de inserção do saber e da tecnologia no modo de produção capitalista», transformando os atores do conhecimento em seus agentes diretos. Chauí deixa, no entanto, um vislumbre de esperança na possibilidade de este não ser o fim da linha para os intelectuais, invocando as palavras de Maurice Merleau-Ponty – poderia ter referido Albert Camus, que escreveu algo parecido em *L'Homme Révolté* – sobre o papel necessário do filósofo enquanto «revoltado», aquele a quem «a revolta agrada», pois é sempre reconfortante «ouvir que as coisas como estão vão muito mal», reconhecendo que existe quem entreveja uma saída materializada na proposta e no gesto de rebelião (Chauí, 2006, pp. 41-42).

Neste sentido, no que à formulação utópica dos destinos do mundo, parcialmente herdada da tradição combativa herdada da «Terra sem Amos» referida numa das versões da letras d'«A Internacional», que a Revolução de Outubro se propôs construir e cujo ideal ajudou a disseminar, o intelectual comprometido – ou «engajado», como o designa a filósofa brasileira – permanece como parte do mundo atual. A sua intervenção não pode ser separada dessa influência fundadora, ainda que se processe no presente de uma forma crítica e renovada.

O segundo conceito a revisitar é o de revolução⁶. Como é comumente reconhecido, no curso da história esta não envolve apenas a ruína de uma ordem política caduca, mas implica igualmente a transformação da organização social imperante e dos princípios que a fundaram. A sua valorização como conceito emergiu na época das Luzes, traduzindo-se na inscrição do devir das diferentes sociedades humanas num processo linear desenhado em associação com a edificação do mundo. A ideia de progresso, ausente das primeiras cosmogonias conhecidas, emergiu, de facto, com os primeiros passos da revolução científica moderna e os alvares do pensamento iluminista. Em 1688, Fontenelle esboçava já a percepção de um movimento cumulativo infinito do conhecimento (Mazauric, 2007), tendo sido Leibniz o primeiro a pensar de forma verdadeiramente sustentada a ideia de progresso. A sua descoberta do «método da indeterminação» permitiu-lhe colocar questões essenciais sobre o avanço, a regressão e a estabilidade, recorrendo à complexidade do movimento que se propôs interpretar para estabelecer essa ideia como resultante da soma de uma infinidade de movimentos parciais, compostos de passos em frente, de recuos e de equilíbrios que jamais se repetem. Sem avançar ainda uma perspetiva completa da evolução do tempo meta-histórico, Leibniz explorou uma ideia de totalidade que em breve se tornaria dominante em explicações do percurso das sociedades (Pagden, 2013; Mathiopoulos, 1989).

Na sequência da atividade especulativa dos *philosophes* (Hulliung, 2017), a ideia de progresso adquiriu aceitação plena entre a maioria dos leitores informados e atentos às transformações do tempo. A História passou a ser pensada como processo cumulativo, desdobrado ao longo do tempo vivido e impondo necessariamente transformações qualitativas geradas pela intervenção humana. Isto implicou a instalação de um processo de compreensão do devir histórico resultante de uma intervenção criadora dos indivíduos emancipada dos pressupostos de carácter religioso, tendo sido neste contexto que um novo significado do conceito de revolução – oposto ao antes produzido pela astronomia a propósito do movimento dos planetas –, foi sendo definido. Agora em associação com a defesa consciente de uma ideia combinada de aceleração do tempo, da transformação social e política e de valorização do novo e do inédito.

Com os acontecimentos de 1789 em França, ocorrerá a mudança decisiva na interpretação e na percepção pública do conceito. Segundo Gianfranco Pasquino, «da mera restauração de uma ordem perturbada pelas autoridades», como era da natureza de todo o momento insurreccional, «passa-se agora à fé na possibilidade da criação de uma ordem nova», fundada na razão e «capaz de assegurar não só a liberdade, mas também a felicidade do povo» (Pasquino, 1998, p. 1123). A rutura com o passado era assumida, considerando-se o processo revolucionário como um *novo início*.

No contexto da cultura política oitocentista devedora dos ideais da Revolução Francesa, a ideia foi ampliada (Sand, 2023). Reinhart Koselleck identificou seis características capitais associadas à transfiguração do conceito de revolução durante o século XIX: desde logo, a existência do que chama «um coletivo singular», materializado num grupo social ou profissional, ou numa classe, que procura concentrar em si a agência da mudança; em segundo, a consideração do momento revolucionário como experiência de aceleração do tempo, concentrando processos morosos sob outras condições; em terceiro,

⁶ Para um completo e atual périplo pelo complexo conceito de revolução, ver Von Redecker (2021).

o entendimento dos processos que o integram como dotados de uma dimensão dinâmica e não apenas reativa; em quarto lugar, a produção de uma ideia do processo histórico como processado em etapas; em quinto, a necessária integração de uma componente social; por fim, o caráter universal e meta-histórico deste padrão de transformação, situado num processo longo que transcende o episódico e o local (Koselleck, 2006, pp. 68-75).

Integrar-se-á neste processo o corpo teórico, projetado por Marx e Engels, que irá orientar a Revolução de Outubro e depois boa parte da tradição a esta associada. Este fundiu perfeitamente, diz Pasquino, «os dois elementos nucleares que tinham sido afirmados pelos iluministas – a liberdade e a felicidade – apresentou a perspectiva da sua consecução simultânea pela libertação do homem produtor» (Pasquino, 1998, pp. 1123-1124). A partir deles, a ideia de revolução passará a afirmar-se como a solução definitiva para as grandes contradições sociais determinadas pelo capitalismo. A dimensão emancipatória simbolicamente fundada na figura mítica do titã Prometeu, referida pelo filósofo de Trier como emblema, supôs então que toda a libertação requeria um processo de emancipação simultâneo, definido através de uma iniciativa humana assumidamente transformadora, vinculada a um programa de transfiguração que deveria, como diz Sousa Dias, incluir uma «política do impossível» (Dias, 2011; Besnier, 1988).

Marx e Engels, como mais tarde Lenine e os bolcheviques – sendo esta uma das marcas que os separava dos mencheviques, dos quais se separaram logo em 1903, quando do II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo, futuro Partido Comunista –, formularam a necessidade objetiva desta operação de brusca ruína do real e da sua reedificação, limitando a capacidade regeneradora da mudança parcial. Era necessário tudo mudar, inclusive de etapa histórica, ainda que em alguns dos momentos do «assalto aos céus» pudesse visar apenas um dos flancos do inimigo de classe. A Revolução com maiúscula que conceberam passou assim a ser olhada como locomotiva da História: ao apressar, sob determinadas condições, a queda da velha ordem social, favorecendo o advento de outra, permitiria a passagem do poder, por intermédio do seu partido, para a vanguarda do proletariado, a classe revolucionária por excelência, única em condições de dirigir a construção gradual de uma sociedade igualitária e de preparar a chegada ao comunismo.

A atitude gradualista era por isso considerada inútil, salvo quando servisse de instrumento tático rumo a uma transformação profunda e integral. Favorecendo sempre aquilo que Hannah Arendt considerou, referindo-se ao exemplo de Revolução Americana, como «a experiência da capacidade humana de dar início a algo de novo» (Arendt, 2001, p. 39). Daí a rejeição por Marx dos pensadores sociais reformistas ou dos «utópicos», que visavam aperfeiçoar a sociedade pré-existente, ou escapar aos seus defeitos, não a substituindo por outra. Daí também o desdém de Lenine pelo gradualismo reformador do marxista veterano Karl Kautsky, contrário a posições que este anteriormente tomara, ou o seu distanciamento definitivo dos mencheviques e dos socialista-revolucionários, defensores de uma mutação revolucionária que permitiria o convívio de diferentes programas (Salvadori, 2016; Galili, 1992).

Após 1917, a vitória interna e a projeção internacional da Revolução irão reforçar essa aproximação a um modelo finalista e emancipador, expressando a possibilidade da sua realização histórica e do que muitos militantes e simpatizantes comunistas passaram a considerar como os seus ensinamentos. A «Pátria do Socialismo», a partir de então física,

povoada de homens e mulheres de carne e osso, não de meras sombras, tornou-se, já não uma quimera concebida como *bunker*, ou como ilha fortificada cercada pelos seus inimigos e detratores, mas como território que podia ser percorrido e servia de forte avançado numa guerra orientada, num processo sempre em devir, para a refundação do mundo.

É neste sentido que a ideia de revolução, para os seus apoiantes forçosamente contínua, internacional, anticapitalista e socialista, adquire uma dimensão utópica e exemplar. Esta não se reporta apenas à luta parcial travada no quotidiano, ou ao momento da tomada do poder pelos oprimidos, mas aponta mais longe, a uma sociedade igualitária, sendo esta projeção a fornecer um sentido teleológico e mobilizador de vontades aos combates que por ela for necessário travar, ampliando-os à escala do universal e visando uma finalidade histórica. Marx, Rosa Luxemburgo, Lenine, Gramsci ou Trotsky, como mais tarde Mao Tsé-tung, Ho Chi Minh ou Guevara, sublinharam essa dimensão, que sem tal hipótese seria desprovida de um sentido efetivamente emancipatório (Losurdo, 2015).

«Revolução» passou assim, a partir da experiência de Outubro, a ser bandeira e metáfora de mudança profunda, materializada numa epifania coletiva capaz de abrir passagem para um futuro modelar, impossível de situar com precisão na cronologia do mundo, mas agora tornado possível. Trata-se, pois, da projeção de um não-lugar, de uma utopia, como todas elas lançada, de acordo com a proposta de Ernst Bloch, a partir de desejos e vontades concebidos no presente (Cardina, 2014, pp. 88-100). Capaz, todavia, de deter uma capacidade dinâmica muito além do modelo clássico, fora do tempo e do espaço, que fora o da ilha perfeita de Thomas More ou o da cidade-modelo de Tommaso Campanella. Ao invés, ela é vertida num futuro *verosímil*.

Este entendimento do papel criador do *momento revolucionário* irá, assim, manter-se bem depois de 1917, tendo sido especialmente poderoso e cativante entre os grupos mais radicais ou intransigentes de inspiração marxista que emergiram e se multiplicaram nas décadas de 1960-1980, dado ser essa uma forma de projetarem a superação da fragilidade orgânica e do relativo isolamento sociológico que os caracterizavam, e também uma maneira de recuperarem aquilo que no modelo inaugurado da Revolução de Outubro consideraram ter sido perdido, degradado ou traído. Entre estes movimentos e setores, independentemente do formato da exegese do ato revolucionário que seguindo as diferentes tendências e fações foram elaborando, essa perspetiva afirmou-se como cimento agregador de militâncias e de convicções. Fazendo-o sobretudo em ligação com a perceção da necessidade do gesto coletivo violento e messiânico levado «até ao fim», enquanto ritual de passagem para a era nova um dia imaginada (Bebiano, 2003).

Foi dentro deste complexo de convicções que, partindo dos dias de Outubro, o ideal de revolução se reforçou e sobreviveu por mais de cem anos.

4.

Em *A Era dos Extremos*, Eric Hobsbawm situou nos bruscos acontecimentos que envolveram a Queda do Muro de Berlim e a derrocada da União Soviética o posto fronteiriço no qual terá terminado o «curto século XX». O livro saiu em 1994 e constituiu um êxito

de vendas rápido e invulgar para o usual no domínio da História, ao que não terá sido alheio constituir a primeira grande síntese que colocava em perspectiva a nova realidade do mundo. Por essa altura, a enérgica definição de Lenine do comunismo como «o poder dos soviets mais a eletricidade», bem como a própria experiência do «socialismo de Estado», pareciam ter deixado de fazer sentido, enquanto a própria ideia de comunismo vivia um processo de balanço e questionamento. Jacques Derrida considerou, ainda nesse ano, viver-se um «luto mundial» (Derrida, 2006), enquanto Traverso se referiu à dimensão fantasmática tomada agora pelas «revoluções fracassadas do passado» (Traverso, 2018, p. 65).

A base orgânica da Revolução Soviética, fundada entre 1905 e 1917 na organização autónoma dos operários, soldados e camponeses russos, e depois na autoridade do partido que falava como seu representante, deixara realmente de existir. No «mundo pós-comunista» – designação tão controversa quanto precipitada, muito utilizada pelos setores que logo rejeitaram a perenidade da utopia comunista – os fundamentos da mudança revolucionária já não podiam ser interpretados como causas, prolongamentos ou ecos diretos da gesta esperançosa inaugurada com Outubro. Uma década após a análise do historiador britânico, Benjamin Stora – que fora ativista durante os acontecimentos do Maio de 1968, momento-chave da contestação da perspectiva do «comunismo dogmático» – considerava, aliás, ter sido a sua geração, presente nas barricadas de Paris, «a última que em França acreditou nos ideais oferecidos pela Revolução Russa de Outubro de 1917» (Stora, 2003). Quando eclodiram os acontecimentos de 1989, destacou por sua vez Enzo Traverso, a sobreposição do socialismo de Estado e de comunismo havia gerado «uma narrativa que subsumiu a história da revolução na categoria de totalitarismo» (Traverso, 2018, p. 30; 2001), assegurando-lhe de imediato uma ampla rejeição.

As notícias sobre a derrocada do impacto de Outubro e a sua diluição na memória das mais recentes gerações terão sido, todavia, desproporcionadas. No decorrer dos já mais de cem anos que se seguiram àquele momento fundador, se é verdade que a interpretação da revolução bolchevique e a sua elevação como modelo foi perdendo fulgor no confronto com novas dinâmicas e possibilidades (Drakulic, 1996; 2021), o seu exemplo, como sinal de uma possibilidade mantida no horizonte utópico de milhões de pessoas, jamais se desvaneceu por completo.

Isto é, sobreviveu como símbolo da hipótese de materializar um mundo melhor, menos desigual, e sobretudo «outro». Pode dizer-se que o fator de esperança e motivação que, na longa e turbulenta história da esquerda e do socialismo o mesmo Traverso encontrou escondido na melancólica ruína de muitas batalhas perdidas, surge aqui de modo expressivo, demonstrando «a persistência de uma utopia vivida como um horizonte de expectativa e uma perspectiva histórica» (Traverso, 2018, p. 126), moldando formas de estar no mundo e de o representar, e ajudando a juntar energias no combate por uma humanidade renovada.

De facto, a multiplicidade de hipóteses e de experiências reunidas à volta da Revolução de Outubro, da sua preparação, da sua sequência e da sua continuidade, é, como memória, aparentemente inextinguível. Deixou de dizer respeito apenas à luta pelo poder de Estado, como teve lugar em 1917, passando a integrar as estratégias do combate por um novo padrão de sociabilidade, de cultura e mesmo de humanidade, lançado «ao assalto dos céus». Doravante, todas as alterações políticas bruscas que não forem um «golpe de

Estado» ou apenas um breve parêntesis, terão sinais dessa tradição na sua formação ou no seu desenvolvimento.

Por este motivo, apesar dos rápidos acontecimentos do biénio-charneira de 1989-1991 e das suas dramáticas consequências, ou de muitas proclamações apressadas e irrefletidas logo projetadas, o impacto de Outubro não se desfez. Encontra-se, desde logo, na perenidade da ideia de comunismo, como «espectro» que ainda paira sobre o mundo, embora já não apenas «sobre a Europa» como proclamado logo no início do *Manifesto Comunista* de 1848. Todavia, tal não ocorre no sentido da assombração, mas antes, como escreve ainda Sousa Dias, enquanto «espectro “vivo”, duplo ou fantasma revolucionário da intolerável realidade existente, por ela segregado como seu negativo sempre virtualmente presente» e como «ideia sempre à procura da forma da sua efetuação», associada a «um possível mais largo que o real» (Dias, 2011, pp. 19-20, 103 e 127).

Esse fantasma vivo encontra-se também na miríade de conjecturas que têm recolhido e transcendido o legado de Marx, ou que deste recuperam o já referido desejo prometaico da rebelião. Em alguns dos eventos e publicações associados em 2018 ao centenário do seu nascimento, o caráter plural desta herança foi repetidamente sustentado. Nas hipóteses agora colocadas em regra não se encontrou, salvo junto de setores retrógrados e pautados pelo dogmatismo, uma tentativa de repetir Outubro, mas antes o desejo, tão real quanto metafórico, projetado no que há-de vir, que recupera uma tradição, propõe uma possibilidade e concebe uma esperança, oscilando entre o passado e o futuro numa dinâmica que cruza a nostalgia com a renovação da perspectiva revolucionária.

De acordo com Svetlana Boym, existe um «nostalgia positiva», que se opõe à negativa, tomada esta como expressão doentia de veneração do outrora vivido. Contra esta perspectiva apenas passadista, Boym serve-se de uma valorização do passado, usado como forma de no presente estimular a iniciativa coletiva. Em *The Future of Nostalgia*, enfatizou a forma como no universo que foi o do chamado «socialismo realmente existente» a evocação de um passado de grandeza associado a esta experiência gerou formas da sua reapreciação. Estas não emergiram como triste expressão de saudade, mas como «romance estabelecido com a própria fantasia», que a esta associa uma forte capacidade dinâmica retirada da influência supervivente de Outubro (Boym, 2001).

John Holloway, mantendo a ideia de revolução na ordem do dia, afasta-a do modelo dirigista e estatista da tradição bolchevique, visando reintroduzir a política no quotidiano humano, enquanto desqualifica o seu entendimento como algo que deva ser deixado nas mãos de profissionais (Holloway, 2003). Foi em parte neste sentido que Boaventura de Sousa Santos enfatizou a necessidade de uma «revisão das práticas emancipatórias» associada a novos sujeitos da mudança (Santos, 2000), enquanto Erik Olin Wright sugeriu uma combinação de duas diferentes espécies de estratégias emancipatórias, as «intersticiais», capazes de criar alternativas fora da máquina do Estado, e as «simbióticas», que o envolveriam a partir de dentro (Wright, 2009). Michael Löwy, por sua vez, sugere uma recuperação revolucionária de uma parte do historicamente dinâmico *ethos* romântico, traduzida na disseminação de uma vontade, que designa «ecossocialista», de mudar a vida para mudar a política e obter um mundo mais justo (Löwy, 2015).

Apesar das outras grandes viragens que conheceu, o século XX assistiu, pois, à construção e à preservação de um ideal de transformação radical, apoiado na possibilidade de

uma mudança efetiva do mundo que a Revolução de Outubro de 1917 despertou, a dada altura pareceu tornar possível e deixou como incontornável legado. Ainda, como parecia desenhar-se pelas décadas de 1960-1970 e se tornou muito visível depois dos acontecimentos de 1989, que tal possa ser projetado sobre as ruínas ainda fumegantes de batalhas perdidas e de experiências dolorosas. Neste sentido, existiu um 1917 que já durou mais de cem anos, representando, como sugere Shlomo Sand na recente *Breve História Mundial da Esquerda*, uma marca do século XX com rastro para o século XXI (Sand, 2023). Para onde este apontará é impossível saber, mas existe um «vento da história» que poderá conter um indicador, e como escreveu Michael Löwy ao encerrar o seu *Revolutions*, parafraseando um verso de Bob Dylan, «the answer, my friend, is blowing in the wind» (Löwy, 2020).

Bibliografia

- Applebaum, A. (2023). *A Cortina de Ferro. O Fim da Europa de Leste*. Lisboa: Civilização, 698 p. ISBN: 978-972-28-3638-4. [ed. original: 2012]
- Arendt, H. (2001). *Sobre a Revolução*. Lisboa: Relógio d'Água, 408 p. ISBN: 972-708-663-2.
- Bebiano, R. (2020). *No Labirinto de Outubro. Cem Anos de Revolução e Dissidência*. Lisboa: Edições 70. 360 p. ISBN: 978-972-44-2332-6.
- Bebiano, R. (2017). Não há um Outubro – paradigma e variações. In R. Bebiano, J.M.L. Cordeiro, A. Louçã, F. Louçã, C. Piçarra, T. Senna & Suarèz, M.P. (Eds.). *A Revolução Russa 100 Anos Depois* (pp. 149-176). Lisboa: Parsifal. ISBN: 978-989-8760-44-9.
- Bebiano, R. (2017). *Tony Judt – historiador e intelectual público*. Lisboa: Edições 70. 232 p. ISBN: 978-972-44-1853-1857.
- Bebiano, R. (2003). *O Poder da Imaginação. Juventude, rebeldia e resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus, 208 p. ISBN: 972-8827-17-2.
- Besnier, J.-M. (1988). *La Politique de l'Impossible. L'Intellectuel entre révolte et engagement*. Paris: La Découverte. 240 p. ISBN: 978-2707117977.
- Boym, S. (2001). *The Future of Nostalgia*. New York: Basic Books. 406 p. ISBN: 0-465-00708-2.
- Cardina, M. (2014). «A filosofia da esperança de Ernst Bloch», *apud* Pensamento Crítico Contemporâneo (pp. 88-100). Organização Unipop. Lisboa: Edições 70, 412 p. ISBN: 978-972-44-1767-7.
- Caute, D. (1988). *The Fellow-Travelers. Intellectual Friends of Communism*. New Haven: Yale University Press, 458 p. ISBN: 0-300-03865-5.
- Chauí, M. (2006). Intelectual engajado: uma figura em extinção?. In: *O Silêncio dos Intelectuais*. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 320 p. ISBN: 85-559-0885-4.
- Derrida, J. (2006). *Specters of Marx: The State of the Debt, The Work of Mourning & the New International*. London: Routledge, 258 p. ISBN: 978-0415389570. p. 101.
- Dias, S. (2011). *Grandeza de Marx. Por uma Política do Impossível*. Lisboa: Assírio & Alvim, 176 p. ISBN: 978-989-900699-7.
- Drakulic, S. (1996). *Café Europa: Life After Communism*. London: Abacus, 224 p. ISBN: 978-0349107295.

- Drakulic, S. (2021). *Café Europa Revisited: How to Survive Post-Communism*. London: Penguin, 256 p. ISBN: 978-0143134176.
- Faulkner, N. (2017). *A People's History of the Russian Revolution*. New York: Pluto, 290 p. ISBN: 978-0745399034.
- Feinberg, M. (2021). *Communism in Eastern Europe*. London: Routledge, 230 p. ISBN: 978-0813348179.
- Fitzpatrick, S. (2017). *A Revolução Russa*. Lisboa, Tinta da China, 320 p. ISBN: 9789896713935. [ed. original: 1994]
- Flores, M. (1990). *L'immagine dell'URSS. L'Occidente e la Russia di Stalin*. Milano: Il Saggiatore, 344 p. ISBN 978-88-043-3035-6.
- Furet, F. (1996). *O Passado de uma Ilusão. Ensaio sobre a ideia comunista no século XX*. Lisboa: Bertrand, 580 p. ISBN: 972-23-2066-1. [ed. original: 1995]
- Galili, Z. (1992). *The Menshevik Leaders in the Russian Revolution – Social Realities & Political Strategies: Social Realities and Political Strategies*. Princeton: Princeton University Press, 470 p. ISBN: 978-0691055671.
- Holloway, J. (2003). *Change the World Without Taking Power*. New York: Pluto Press, 304 p. ISBN: 978-0745339320.
- Hourmant, F. (2000). *Au Pays de l'Avenir Radieux: voyages des intellectuels français en URSS et en Chine Populaire*. Paris: Aubier, 288 p. ISBN: 978-2700723144.
- Hullington, M. (2017). *The Autocritique of Enlightenment: Rousseau and the Philosophes*. London: Routledge, 310 p. ISBN: 978-0674054257.
- Issitt, J., & Jackson, D. (2013). What does it mean to be a public intellectual?. Retrieved from: <https://www.heacademy.ac.uk/resource/what-does-it-mean-be-public-intellectual>.
- Judt, T. (2018). *O Peso da Responsabilidade. Blum, Camus, Aron e o Século XX Francês*. Lisboa: Edições 70, 304 p. ISBN: 978-972-44-2056-1.
- Judt, T. (2008). *O Século XX Esquecido. Lugares e Memórias*. Lisboa: Edições 70. 464 p. ISBN: 978-972-44-1542-0.
- Koselleck, R. (2006). *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 366 p. ISBN: 855910-93-6.
- Le Blanc, P. (2017). *October Song*. Chicago: Haymarket Books, 180 p. ISBN: 978-1608468485.
- Lih, L. T. (2011). *Lenin (Critical Lives)*. London: Reaktion Books, 240 p. ISBN: 978-1861897930.
- Losurdo, D. (2015). *A Luta de Classes: Uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 400 p. ISBN: 978-8575594384.
- Louçã, A. (2017). Lenin, precursor da Oposição de Esquerda. In: R. Bebianno, J.M.L. Cordeiro, A. Louçã, F. Louçã, C. Piçarra, T. Senna & M.P. Suaréz (2017). *A Revolução Russa 100 Anos Depois* (pp. 9-42). Lisboa: Parsifal. ISBN: 978-989-8760-44-9.
- Löwy, M. (2015). *Ecosocialism: A Radical Alternative to Capitalist Catastrophe*. Chicago, Haymarket Books, 144 p. ISBN: 978-1608464715.
- Löwy, M.(2020). *Revolutions*. Chicago: Haymarket Books, 574 p. ISBN: 978-1-64259-212-2. [ed. original: 2000]

- Mathiopoulos, M. (1989). *History and Progress: In Search of the European and American Mind*. New York: Praeger Publishers, 464 p. ISBN: 978-0274637423.
- Mazauric, S. (2007). *Fontenelle: et l'invention de l'histoire des sciences à l'aube des Lumières*. Paris: Fayard, 392 p. ISBN: 978-2213633060.
- Miéville, C. (2017). *October – The Story of the Russian Revolution*. London: Verso, 384 p. ISBN: 978-1784782788.
- Neves, J. (2008). *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no Século XX*. Lisboa: Tinta da China, 504 p. ISBN: 978-972-8955-73-1.
- Pagden, A. (2013). *The Enlightenment: And Why It Still Matters*. London: Random House, 466 p. ISBN: 978-0198700883.
- Pasquino, G. (1998). In: N. Bobbio, N. Matteucci & G. Pasquino, *Dicionário de Política*, Vol. I. Brasília: Universidade de Brasília, 1358 p. ISBN: 85-230-0308-8.
- Priestland, D. (2013). *A Bandeira Vermelha – História do Comunismo*. Lisboa: Texto, 784 p. ISBN: 978-972-474-331-8. [ed. original: 2000]
- Read, C. (2005). *Lenin: A Revolutionary Life*. London: Routledge, 332 p. ISBN: 978-0415206495.
- Roberts, G. (2023). *A Biblioteca de Estaline – Um ditador e os seus livros*. Lisboa: Livros Zigurate, 386 p. ISBN: 978-989-53647-56.
- Roussio, H. (2012). *La Dernière Catastrophe: L'histoire, le présent, le contemporain*. Paris: Gallimard, 352 p. ISBN: 978-2070759729.
- Salvadori, M. (2016). *Karl Kautsky and the Socialist Revolution 1880-1938*. London: Verso, 380 p. ISBN: 978-0860915287
- Sand, S. (2023). *Breve História Mundial da Esquerda*. Lisboa: Zigurate, 268 p. ISBN: 978-989-53647-4-9.
- Santos, B. S. (2000). *A Crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento, 376 p. ISBN: 972-36-0524-4.
- Soulet, J.-F. (2009). *História da Europa de Leste da Segunda Guerra Mundial aos nossos dias*. Lisboa: Teorema, 382 p. ISBN: 978-972-695-789-8. [ed. original: 2006]
- Stora, B. (2003). *La Dernière Génération d'Octobre*. Paris: Stock, K214. 289 p. ISBN: 978-2234056206.
- Traverso, E. (2018). *Melancolia de Esquerda: Marxismo, História e Memória*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 492 p. ISBN: 978-859-26494-18. [ed. original: 2017]
- Traverso, E. (2001). *Le Totalitarisme: le XXe siècle en débat*. Paris: Points, 928 p. ISBN: 978-2020378574.
- Trotsky, L. (2017). *History of the Russian Revolution*. London: Penguin Books, 992 p. ISBN: 978-0241301319. [ed. original: 1930-1932]
- Von Redecker, E. (2021). *Praxis and Revolution: A Theory of Social Transformation*. New York: Columbia University Press, 296 p. ISBN: 978-0231198233.
- Wright, E. O. (2009). *Envisioning Real Utopias*. New York: Verso, 416 p. ISBN: 978-1844676170.
- Žižek, S. (org.) (2017). *Lenin 2017: Remembering, Repeating and Working Through*. London: Verso, 270 p. ISBN: 978-1786631886.

(Página deixada propositadamente em branco)

John Maynard Keynes and the
‘Scheme for the Rehabilitation of Europe’

John Maynard Keynes e o
«Plano para a Reabilitação da Europa»

Carlo de Nuzzo

Carlo de Nuzzo

Sciences Po Paris, Cevipof

ORCID: 0000-0003-4923-0934

JOHN MAYNARD KEYNES
AND THE 'SCHEME FOR THE
REHABILITATION OF EUROPE

This paper analyses the US rejection of the *Scheme for the Rehabilitation of Europe* proposed by John Maynard Keynes, one of the British delegates at the Paris Peace Conference in 1919.

The Great War finally ended in November of 1918, after fifty-two long months of war and more than seventeen million deaths. One outcome of the war was that "The international order had to be re-created on a new and different basis." The Peace Conference began with the aim of drawing up treaties between the dominant Allied powers and the then defeated Central Powers.

The *Scheme* proposed by Keynes is an event that allows us to better understand the various processes involved in the hegemonic rise of the US and the decline of Europe in the first place. It would have allowed stricken countries, whose credit had been temporarily shattered, to re-equip themselves and relaunch their economies based on loans guaranteed by the United States and the wealthiest countries. Furthermore, the idea of the *Scheme* carried with it a strong concept of European Union and solidarity, to be developed through economic links after the devastations of the war. These economic links, if developed, could possibly have been built into an early kind of union of European states.

Palavras-chave: Keynes; Europa; Conferência de Paz; solidariedade; EUA.

JOHN MAYNARD KEYNES E O
«PLANO PARA A REABILITAÇÃO DA EUROPA»

O presente artigo analisa a rejeição pelos EUA do *Plano para a Reabilitação da Europa* proposto por John Maynard Keynes, um dos delegados britânicos na Conferência de Paz de Paris em 1919.

A Primeira Grande Guerra chegou ao fim em novembro de 1918, após cinquenta e dois longos meses de guerra e mais de dezasseis milhões de mortos. Um dos resultados da guerra foi que «foi necessário recriar a ordem internacional alicerçada numa nova e diferente base.» A Conferência de Paz teve por objetivo inicial elaborar tratados entre as Potências Aliadas dominantes e as potências centrais derrotadas.

O Plano proposto por Keynes permite-nos compreender melhor os diversos processos envolvidos na ascensão hegemónica dos EUA e no declínio europeu. O Plano teria permitido aos países afetados, cujo crédito foi temporariamente abalado, reequiparem-se e relançarem as suas economias com base em créditos garantidos pelos EUA e pelos países mais ricos.

Além disso, a abordagem do Plano baseava-se num forte conceito de União Europeia e de solidariedade, após a devastação da guerra, a desenvolver através de laços económicos, os quais, a serem desenvolvidos, poderiam eventualmente ter sido integrados numa união de estados europeus antecipada.

Keywords: Keynes; Europe; Peace Conference; solidarity; US.

JOHN MAYNARD KEYNES ET
LE "SCHÉMA DE REHABILITATION DE L'EUROPE"

Cet article analyse le rejet par les États-Unis du *Plan de réhabilitation de l'Europe* proposé par John Maynard Keynes, l'un des délégués britanniques à la Conférence de la Paix de Paris en 1919.

La Grande Guerre s'est finalement achevée en novembre 1918 après cinquante-deux longs mois de guerre et plus de dix-sept millions de morts. L'un des résultats de la guerre a été que «l'ordre international a dû être recréé sur une base nouvelle et différente». La Conférence de la Paix a débuté en ayant pour objectif d'élaborer des traités entre les puissances alliées dominantes et les puissances centrales en perte de vitesse.

Le schéma proposé par Keynes est un événement qui permet de mieux comprendre les différents processus impliqués dans la montée hégémonique des États-Unis et le déclin de l'Europe au cours de la première décennie. Le Schéma aurait permis aux pays sinistrés, dont le crédit était temporairement détruit, de se rééquiper et de relancer leur économie sur la base de crédits garantis par les États-Unis et les pays les plus riches.

En outre, l'idée du programme était porteuse d'un concept fort d'Union européenne et de solidarité, après les devastations de la guerre, à développer par des liens économiques. Ces liens économiques, s'ils avaient été développés, auraient pu être intégrés dans une première forme d'union des États européens.

Mots-clés : Keynes ; Europe ; Conférence de la Paix ; solidarité ; États-Unis.

Introduction

This paper analyses the US rejection of the *Scheme for the Rehabilitation of Europe* proposed by John Maynard Keynes, one of the British delegates at the Paris Peace Conference in 1919 and soon to become one of the most influential thinkers of the 20th century¹.

This *Scheme* has not been studied intensively because most of the historiographical literature has focused on the Keynes's more substantial works, which achieved more obvious results, while the *Scheme* was rejected and therefore never implemented. Indeed, in her book *Peacemakers, The Paris Conference of 1919 and its Attempt to End War*, Margaret McMillan, one of the most important scholars of the Peace Conference, devoted no more than one page to the *Scheme*. In *The Versailles Settlement*, Alan Sharp wrote only a brief note: "[Keynes] as a member of Supreme Economic Council [...] prepared a plan for European reconstruction" (Sharp, 1991, p. 195).

The *Scheme* proposed by Keynes may seem to be an issue of minor historical and economic importance for the period after the Great War; however, it is an event that allows one to better understand the various processes involved in the hegemonic rise of the US, the decline of the European, especially British, hegemony, and how all efforts to rehabilitate the continent were weakened by two issues. Most biographies of British Prime Minister Lloyd George do not discuss the argument in depth, as in *David Lloyd George*, the official biography, where Malcolm Thomson touches on the Keynes's plan: "Keynes had furnished a Memorandum proposing a scale of payments rising from fifty to four hundred million pounds a year, and ultimately producing a total sum of eleven thousand million pounds" (Thomson, 1948, p. 310) Many biographies of President Woodrow Wilson also pay little attention to the Keynes Plan. The Walworth biography, for example, gives it a passing mention:

"Keynes's plan had been presented to Wilson in a letter from Lloyd George of April 23, 1919. Replying on May 5, Wilson had stated that Congress could not authorize a guarantee of bonds of European origin and that the Treasury wished to retire from the banking business and preferred that loans be made through private channels" (Walworth, 1969, p. 328).

Yet, with Lloyd George, one can see the inability of the European ruling class to look to the future: "Four years of war shook forever the supreme self-confidence that had

¹ The sources for this paper are archival material, such as letter exchanges, memoranda, and official documents, on microfilm in the John Maynard Keynes Papers at Kings College Cambridge, a set of which is available at The Keynes Centre University College Cork. To supplement the study I drew on interdisciplinary sources ranging from economics, history and international relations to Keynes's main biographies (R. F. Harrod, 1952; D. E. Moggridge, 1992; R. Skidelsky, 1983), and Keynes's own writings such as *The Economic Consequences of the Peace*, *Essays in Biography* and his correspondence. Other history books, such as McMillan's books and Alan Sharp's *Versailles Settlement*, provided the economic and political context of the period. US hegemony is discussed, for example, in *The Wilsonian Century* by Ninkovic and Woodrow Wilson and *The American Diplomatic Tradition* by L. E. Ambrosius.

carried Europe to world dominance” (MacMillan, 2002: xxvi). With Wilson, the American behaviour towards its allies becomes painfully clear.

In addition, the idea of the Scheme was based on a strong concept of European Union and the solidarity that would grow through economic links after the devastation of the war. As the South African General and Defence Minister Jan Christian Smuts² put it to Lloyd George, after the *Scheme* was rejected and the Treaty signed: “This Treaty breathes a poisonous spirit of revenge, which may yet scorch the fair face – not of a corner of Europe, but of Europe” (Sharp, 1991, p. 192).

1. The Great War and the Peace Conference 1919

The Great War finally ended in November of 1918, after fifty-two long months of war and more than seventeen million deaths. One outcome of the war was that “The International order had to be re-created on a new and different basis.” (MacMillan, 2002: xxvi). The Peace Conference began the following year in Paris on 18 January, ironically the same day as the proclamation of the German Reich at Versailles forty-eight years earlier. Its aim was to draw up treaties between the dominant Allied powers and the defeated Central Powers.

The Council of Ten, or Supreme Council, was formed to discuss the most relevant issues and prepare resolutions to the problems facing the world as a result of the war. The group was composed of Thomas Woodrow Wilson, President of the United States; Georges Clemenceau, Prime Minister of France; David Lloyd George, Prime Minister of the United Kingdom; and Vittorio Emanuele Orlando, Prime Minister of Italy, with two representatives from Japan. They were assisted by Foreign Secretaries Robert Lansing, Stephen Pichon, Arthur James Balfour, and Sidney Sonnino. The smaller Allies and neutral countries were not invited to the Supreme Council.

In March, as the Peace Conference discussed new political and geographical arrangements, the Council of Ten replaced the Council of Four. This was made up of the four heads of state of the main dominant powers: France, Great Britain, Italy, and the United States.

One of the most important topics discussed was the amount of final reparations to be paid by the Central Powers, a contentious issue that raised the delicate question of inter-Allied debts incurred during the conflict. Unlike the other Allies, who were well aware of their catastrophic economic situation, the American delegation had arrived in Paris confidently and without a properly worked out economic plan (Keynes, 1920, pp. 146-150). In early 1919, for example, Italy was carrying an intolerable level of foreign debt and suggested that Washington might consider a general reapportionment of the cost of the war as a prelude to peace (Artaud, 1978, p. 116).

² South African lawyer, politician, philosopher. South African Minister of Defence 1910-19. Member of the British War Cabinet 1917-19, and of the British Empire Delegation to the Paris Peace Conference.

The first remedy proposed by the then British delegate to the British Economic Council, John Maynard Keynes, was to reduce the demands on Germany. This solution could only be justified in the context of a much wider financial restructuring, to be followed by a general cancellation of all inter-Allied debt and a new loan of \$1 billion, which would enable reparations to be paid and world trade to resume (Keynes, 1920, p. 269). At the end of the war, the situation of the loans between the Allies was roughly as shown in Table 1.

Table 1: Inter-Allied Indebtedness. (Keynes, 1971, p. 420)

Loans to	By the United States (£ million)	By the United Kingdom (£ million)	By France (£ million)	Total (£ million)
United Kingdom	800	–	–	800
France	485	390	–	875
Italy	275	390	35	700
Russia	38	520	160	718
Belgium	56	90	90	236
Serbia	4	20	30	54
Roumania ³	2	16	35	53
Greece	8	15	15	38
Portugal	–	10	–	10
Totals	1,668	1,451	365	3,484

As the table shows, Germany owed a large sum to France, France owed a large sum to Great Britain, and Great Britain owed a large sum to the United States, and so forth. Moreover, the total of these debts amounted to about £3.5 billion, making it difficult for the Allies to pay the principal and interest due from them on these debts. As a result, during the Peace Conference, the Allies discussed the possibility of imposing harsh reparations on the defeated nations in order to pay off their own debts.

“The economic mechanism of Europe is jammed” (Silverman, 1982, p. 145), Lloyd George told Wilson in April 1919, when he forwarded Keynes’s memorandum. “A proposal which unfolds future prospects and shows the peoples of Europe a road by which food and employment and orderly existence can once again come their way, will be a more powerful weapon than any other for the preservation from the danger of Bolshevism of that order of human society which we believe to be the best starting point for future improvement and greater well-being.”⁴

The British Empire and France were the largest debtors of the United States and at the same time would be the main recipients of reparations from Germany. This tied the

³ Copy of the archival document, with the older version of Romania’s name.

⁴ Stephen Alan Schuker, *The End of French predominance in Europe: the financial crisis of 1924 and the adoption of the Dawes plan* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1976), 9.

question of German reparations to the question of inter-Allied war debts. These debts and credits could have been offset and Germany could then have settled directly with the US. (Schuker, 1976, p. 80)

In such situations, the conventional wisdom was that imports from European debtors and exports to American creditors should be encouraged in order to improve the trade balance between the indebted nations and the US. As early as 1916, Keynes advocated the idea of cancelling all inter-Allied European debts. Keynes knew that the existence of the Great War debt was a threat to financial stability everywhere and a serious obstacle to future trade relations between the Allies. However, the issue of inter-Allied indebtedness was closely linked to the intense popular feeling among the European Allies over the question of reparations and the growing conflict between nationalist aspirations and international obligations. With the rise of new states, such as those formed after the split of the Habsburg Empire, questions arose as to how Italy could be expected to pay such a large sum while Czechoslovakia paid nothing.

As a way of eliminating all present- and future – problems, Keynes proposed the total write-off of all war debts owed to the Allies, which he “put forward as being likely to promote the well-being of this country and the world” (Keynes, 1971, p. 420). He also reasoned that the total amount of this tribute should not exceed the amount obtainable from the enemy: “I do not believe that any of these tributes will continue to be paid, at the best, for more than a very few years. They do not square with human nature or march with the spirit of the age”⁵.

As Keynes acknowledged, writing off the inter-Allied claims in full would cost the US £1.668 billion. Britain, as a large net creditor to the Entente, would also suffer a substantial loss of £651 million. The chief beneficiaries would be Italy, which would be relieved of £700 million of debt, and France, which would be granted £510 million in debt relief. Keynes tried to convince Washington of the disastrous consequences of maintaining the tangled web of inter-Allied war debts, emphasising the desperate situation of France. If Britain and America were to insist on full repayment, “victorious France must pay her friends and allies more than four times the indemnity which in the defeat of 1870 she paid Germany. The hand of Bismarck was light compared with that of an ally or of an associate.” (Keynes, 1971, p. 422)

But the Americans were determined not to allow intra-Allied debt relief. “I realize the efforts that are being made to tie us to the shaky financial structure of Europe,” wrote Wilson to the American financier Bernard Baruch⁶, who was one of his chief advisers, “and am counting upon your assistance to defeat the efforts.”⁷

⁵ John Maynard Keynes, letter to Austen Chamberlain, March 28, 1919.

⁶ American financier, prominent Democrat, member of the American Commission to Negotiate Peace, and Supreme Economic Council, 1919. Famous for getting out of Wall Street just before the 1929 crash.

⁷ PWW, vol. 54, pp. 196, 431, 494; House of Lords Record Office, Lloyd George Papers, F6/6/49, Cecil to Lloyd George, 31.5.19, and F89/2/35, Kerr to Lloyd George, 28.2.19; D. Lloyd George, *Truth About Reparations and War Debts*, chapter 9; House and Seymour, p. 484; Silverman, pp. 32-35; Kent, pp. 40-43.

The American delegates in Paris rejected Keynes's idea of debt cancellation, because the US Treasury ruled out any discussion of rescheduling foreign governments' obligations to the United States:

"The [American] Treasury [...] will not assent to any discussion at the Peace Conference, or elsewhere of any plan or arrangement for the release, consolidation, or re-apportionment of the obligations of foreign Governments held by the United States." (George, 1932, p. 105)

To further clarify the concept, Treasury Under-Secretary Carter Glass telegraphed Paris on 8 March 1919 that any further such proposal would be treated as a veiled threat of financial default. Washington insisted that Clemenceau should make a public commitment to refrain from any further demands for debt relief (Silverman, 1982, p. 32). In such circumstances, Washington could not be expected to consider any cancellation of intra-Allied debt. In response to their stonewalling, Keynes drew up a second plan within two weeks, the joint guarantee of reparation bonds. In the *Scheme for the Rehabilitation of Europe Credit and For Financing Relief and Reconstruction*, the Allies would accept German reparation bonds 'in final discharge of the debts incurred between ourselves'⁸.

2. The Scheme for the Rehabilitation of Europe

Keynes drew up this project after a conversation with Jan Christian Smuts, a member of the British Empire's Delegation to the Paris Peace Conference. As Keynes's main biographer noted: "They shared a high-minded approach to peace-making, against harsh French behaviour" (Skidelsky, 1983, p. 367). The *Scheme* took shape after the failure of Keynes's debt cancellation proposal and after Smuts's return from Hungary and Austria and his description to Keynes of the tragic condition of the inhabitants of Eastern Europe. This is recorded in a letter from Smuts to his friend Mrs Gillet on 9 April:

This afternoon [...] Keynes came to see me and I described to him the pitiful plight of Central Europe. And he (who is conversant with the finance of the matter) confessed to me his doubt whether anything could really be done. Those pitiful people have little credit left, and instead of getting indemnities from them, we may have to advance them money to live. (Skidelsky, 1983, p. 367)

Smuts also described the situation to Lloyd George. As Lloyd George wrote in his diary on 10 April:

"General Smuts came to breakfast, on his return from Vienna. He gave a most eloquently depressing account of the conditions there. It is a world that we cannot imagine, he said – a world completely gone to pieces. There is no authority – no business. [...] There is scarcely any food there & everyone is starving. Smut's batman & another soldier were walking in the streets of Vienna when a child came up & asked for food. One of the soldiers gave him a

⁸ John Maynard Keynes, letter to Austen Chamberlain, March 28, 1919.

biscuit. Instantly the two men were set upon by a swarm of children, who seemed to come from no-where, & they were almost torn to pieces as the children fought to get to their pockets to see if there were any more food anywhere.

It was a horrible description of a famine-stricken country & represents a terribly difficult problem to deal with. Nothing is moving. The only people from whom they seem to expect any help are the British. [...]" (Stevenson, 1971, pp. 178-179)

The *Scheme* would allow stricken countries, whose credit was temporarily destroyed, to re-equip themselves and relaunch their economies on the basis of loans guaranteed by the United States and the wealthiest countries.

The 'Keynes Plan', which in retrospect has been seen as a "*Marshall Plan*" on a smaller scale (Harrod, 1952, p. 288), recommended that the Central European states should issue bonds guaranteed by the Allies, which in turn would be guaranteed by reparations to pay for the investments supported by the loans. It is worthwhile reproducing the *Scheme* in its entirety at this point:

1. (i) German bonds to be issued to a *present* value of £1,000 million and to a *face* value of a 1,200 million, carrying interest at the rate of 4 per cent per annum and sinking fund at the rate of 1 per cent per annum as from 1 January 1925, these payments to have priority over all other German obligations whatever, including additional claims for reparation not covered out of the above, the difference between the face value and the present value representing the funding of interest from 1 January 1920, up to 1 January 1925.
- (ii) Austrian, Hungarian and Bulgarian bonds to be issued to the present value of £125 million, £170 million and £50 million respectively on similar conditions.
- (iii) Roumania, Polish, Czecho-Slovakian, Jugo-Slav and Baltic States bonds to be issued to the present value of £15 million, £40 million, £20 million, £15 million and £10 million respectively on similar conditions.
2. Interest on each of the issues of enemy bonds under I (i) and (ii) above to be guaranteed jointly and severally by the other enemy states, in the event of any one of them failing to provide the payments due.
3. In the event of the failure of the above guarantees, interest at 4 per cent on all the above bonds to the aggregate present value of £1,500 million (or £1,800 million as from 1 January 1925), to be guaranteed by the principal allied and associated governments, by the three Scandinavian governments and by governments of Holland and Switzerland.
4. In the event of the guarantee under (3) becoming operative, the guaranteeing governments to be responsible in proportions determined in advance, as set forth in the accompanying Schedule A.
5. In the event of any of guaranteeing governments failing to meet their guarantee, the remaining guaranteeing governments to make good this failure in the same proportions amongst themselves as under (4).
6. A failure of any government to meet its guarantee under the above clauses to be considered by the financial section of the League of Nations, and if judged by them to have been avoidable shall be punished by such penalty or forfeiture of a financial economic or commercial character as the League of Nations may determine.

7. The bonds to be free of all taxation in all the issuing or guaranteeing states.
8. Of the £1,000 million bonds to be issued by the German governments £724 million shall be paid over to the allied and associated governments on account of sums due for reparation; £76 million shall be utilised for the discharge of existing debts to the three Scandinavian countries, Holland and Switzerland, and the remaining one-fifth of the total, namely, £200 million, shall be left in the hands of the German government to be made available for the purchase of food and raw materials.
9. Of the bonds amounting to £345 million in all to be issued by the Austrian, Hungarian and Bulgarian governments, four-fifths in each case shall be paid over to the allied and associated governments on account of sums due for reparation, the remaining one-fifth being left in the hands of these governments for the purchase of food and raw materials.
10. The bonds amounting in all to a present value of £1,000 million to be received by the allied and associated governments on account of reparation to be divided between them in the proportions determined upon by them for the division of reparation receipts generally.
11. The bonds to be accepted at their par value plus accrued interest in payment of all indebtedness between any of the allied and associated governments.
12. The bonds to be acceptable as first-class collateral for loans at the central banks of all the issuing or guaranteeing states, subject to such terms and limitations as may be in force with these institutions from time to time.

Schedule A

British Empire	20%
United States	20%
France	20%
Italy	10%
Japan	10%
Belgium	5%
Norway	
Sweden	
Denmark	15%
Holland	
Switzerland	

In short, to get the repayment cycle going, Keynes's plan provided for a bond issue of £1445 million, to be issued proportionately by the German government and its defeated Allies, with £200 million to be used by the German government for the purchase of food and raw materials, £76 million to pay off German debts to European neutrals, and the remainder, £169 million, to be used to buy food and raw materials in Austria, Hungary and Bulgaria. Four-fifths of the issue, £1,000 million, would go to the recipients on reparations account, thus providing funds to finance recovery in countries such as France and Italy. The bonds would carry interest at 4 per cent and a sinking fund at 1 per cent. No interest would be payable on the bonds until 1 January 1925, and the

EDITOR'S TABULATION OF KEYNES' FINANCIAL SCHEME

<i>By Countries</i>				
<i>Germany:</i>	repar.	} (4/5) {	£724,000,000 (M. 14.48 md.)	
	debts		76,000,000 (M. 1.52 md.)	
	food		200,000,000 (M. 4.00 md.)	£1,000,000,000 (M. 20.00 md.)
<i>Austria:</i>	repar.	(4/5)	£100,000,000 (M. 2.00 md.)	
	food	(1/5)	25,000,000 (M. .50 md.)	£ 125,000,000 (M. 2.50 md.)
<i>Hungary:</i>	repar.	(4/5)	£136,000,000 (M. 2.72 md.)	
	food	(1/5)	34,000,000 (M. .68 md.)	£ 170,000,000 (M. 3.40 md.)
<i>Bulgaria:</i>	repar.	(4/5)	£ 40,000,000 (M. .80 md.)	
	food	(1/5)	10,000,000 (M. .20 md.)	£ 50,000,000 (M. 1.00 md.)
ENEMY TOTAL.....				£1,345,000,000 (M. 26.90 md.)
<i>Rumania</i>			£ 15,000,000 (M. 0.3 md.)	
<i>Poland</i>			40,000,000 (M. 0.8 md.)	
<i>Czechoslovakia</i>			20,000,000 (M. 0.4 md.)	
<i>Yugoslavia</i>			15,000,000 (M. 0.3 md.)	
<i>Baltic states</i>			10,000,000 (M. 0.2 md.)	£ 100,000,000 (M. 2.00 md.)
GRAND TOTAL.....				£1,445,000,000 (M. 28.90 md.)
<i>By Categories</i>				
<i>Reparation:</i>	Aus.		£100,000,000 (M. 2.00 md.)	
	Hun.		136,000,000 (M. 2.72 md.)	
	Bul.		40,000,000 (M. .80 md.)	
	SUB-TOTAL		£276,000,000 (M. 5.52 md.)	
	Ger.		724,000,000 (M. 14.48 md.)	£1,000,000,000 (M. 20.00 md.)
<i>Foodstuffs:</i>	Aus.		£ 25,000,000 (M. 0.50 md.)	
	Hun.		34,000,000 (M. 0.68 md.)	
	Bul.		10,000,000 (M. 0.20 md.)	
	SUB-TOTAL		£ 69,000,000 (M. 1.38 md.)	
	Ger.		200,000,000 (M. 4.00 md.)	£ 269,000,000 (M. 5.38 md.)
<i>German debts</i>				£ 76,000,000 (M. 1.52 md.)
ENEMY TOTAL.....				£1,345,000,000 (M. 26.90 md.)
<i>Succession and Baltic states</i>				£ 100,000,000 (M. 2.00 md.)
GRAND TOTAL.....				£1,445,000,000 (M. 28.90 md.)

Source: Editor's Tabulation of Keynes' Financial Scheme. (Burnett, 1965, p. 1014)

interest was to be jointly guaranteed by the enemy states, with priority over reparations payments, and underwritten in certain specified proportions by the Allied and Associated Governments, as well as by the Scandinavian governments, the Netherlands and Switzerland. Of the total, £1000 million in bonds would be paid to the European Allies, with the remainder retained by the Central Powers. The members of this consortium would in turn be accountable to the League of Nations. The bonds were to be accepted as prime collateral for loans by all central banks (Harrod, 1952, p. 288).

For Keynes, he had finally found the solution to the aforementioned problems: all inter-Ally debts arising from the war were to be reduced, and the balance paid by a German debt that could be transferred without putting immediate strain on Germany's balance of payments. European credit would be rehabilitated; the United States would be assured of a demand for its exports; the Central Powers would also obtain funds to feed their people and revive their industrial life; and, moreover, it would give hope to the defeated powers to put themselves in a position to meet their onerous obligations.

The Chancellor of the Exchequer, Austen Chamberlain (1919-1921), was a strong supporter of Keynes's plan. In a letter to Lloyd George, he wrote:

"I have no hesitation in recommending the scheme to you. It is marked by all Mr Keynes's characteristic ability and fertility of resource: it provides the stricken countries of Europe, whether allied or enemy, with the means of re-equipping themselves and restarting on a sound basis the trade and industry of the world; [...]"⁹

Chamberlain's letter was accompanied by a copy of the bond scheme and a cover note written by Keynes for presentation to the American, French and Italian leaders. In this note, he described the terrible problems that afflicted States after the Great War: the total economic standstill of the enemy country and the situations of new states, such as Serbia and Romania, whose economic and commercial fabric could not be created or re-created unless they were given the purchasing power with which to enter the world's markets. France, Italy and Belgium also needed outside help to rebuild their countries and resume normal peaceful activities. As he put it: "In short, the economic mechanism of Europe is jammed. [...] That capital has vanished; the complicated machinery of internal and external production is more or less smashed; production has to a great extent ceased."¹⁰

Without a solution to the problem (*i.e.*, his Scheme), Keynes believed in a scenario of a "morass of destruction", and, as a consequence, an economic disruption of Europe and a depopulation "by millions of person"¹¹, Keynes observed that:

"The trade can only re-commence on the basis of credit of some kind, what better security can the lenders hope to secure than is herein proposed? [...] a scheme [...] can inspire that sentiment of hope which is the greatest need of Europe at this moment. A proposal which unfolds future prospects and shows the people Europe [...]"¹²

Keynes expected a negative reaction from the French delegation at the Peace Conference because of the French 'revanchism' towards Germany and lack of determination to support a German economic recovery. From his early drafts, Keynes tried to be

⁹ Austen Chamberlain, letter to Lloyd George, April 17, 1919.

¹⁰ John Maynard Keynes, *Explanatory letter to be addressed by the Prime Minister to the President, M. Clemenceau, and Signor Orlando*, 1.

¹¹ John Maynard Keynes, letter to Austen Chamberlain, May 26, 1919.

¹² John Maynard Keynes, *Explanatory letter to be addressed by the Prime Minister to the President, M. Clemenceau, and Signor Orlando*, 4-5.

as favourable to France as possible in order to avoid a rejection. This can be seen in the figure below:

Schedule A.

Of the aggregate amount of Bonds issued under this scheme, £1,000,000,000 is to be received by the Allied and Associated Governments on account of Reparation, £75,000,000 by Neutral Countries on account of debts owing to them by Germany, and the balance of £425,000,000 is left as purchasing power in the hands of the countries originally issuing the Bonds.

It is proposed (A.)
(The principle for distributing the proportionate responsibility of each of the guaranteeing Governments for the £1,500,000,000 worth of Bonds ~~should~~ ~~be~~ be based on this proportion being made up of two parts, - (i) a proportion of £1,075,000,000 corresponding to ^{each} ~~the~~ country's actual receipts out of the distribution of Bonds to this value, and (ii) a proportion of £425,000,000 corresponding to its general position in the world as a market for exports and otherwise.

It is suggested that the percentage responsibilities under (ii) should be as follows :-

British Empire	25	20
United States	25	20
France	15	20
Italy	10	
Japan	10	
Belgium	5	
Norway		
Sweden		
Denmark	10	15
Holland		
Switzerland		

That is to say, assuming for the sake of illustration that France received 50% of the £1,000,000,000 for Reparation and that the United States waived her share

Figure 1. Draft of Schedule A

Note that there are other percentages: British Empire and United States 25%, France 15%, and Norway, Sweden, Denmark, Holland and Switzerland 10%¹³. The French responsibility is 10% less than the United States' and British Empire's figures.

Even after increasing France's responsibility to 20%, bringing it in line with the US and UK percentages, Keynes noted in the accompanying cover letter to the *Scheme* addressed to the heads of state that: "France is probably the gainer from the scheme and is offered a way out from her almost overwhelming financial difficulties."¹⁴ Keynes did not imagine that this would be the main reason why the United States rejected his scheme.

2.1. UK Reactions to the Plan

The Chancellor of the Exchequer Austen Chamberlain wrote to Sir Robert Cecil, the British Government's representative on the Supreme Economic Council:

"[...] At least the Prime Minister now has two alternatives, either of which he can submit to the President, one, the mutual cancellation of debts and the other the scheme of mutual guarantee proposed by Keynes."¹⁵

In another letter, this time to the British Prime Minister Lloyd George, Chamberlain reiterated his support for the *Scheme* and his view that the mutual guarantee scheme needed more than Keynes's cover letter; he believed in the role that the public opinion could play in reaching an agreement:

"I believe that if this scheme be formally adopted by the British Government and formally and publicly presented to the Conference as their solution of a problem which confronts and embarrasses the whole world, the force of public opinion would drive all Governments to assent."¹⁶

Towards the end of the letter, Chamberlain reiterated his view that without strong ministerial support his case was lost. He would now look to another forum for his case, the informed public opinion:

"I am therefore most anxious that the scheme should not merely be privately discussed between yourself and the President though that may be right course to pursue in the first instance –

¹³ In the draft, he also wrote after the table: "That is to say, assuming for the sake of illustration that France received 50% of the £1,000,000,000 for reparation and that the United States waived her share of the receipts from this source. France would be a guarantor of the aggregate Bond issue of £1,500,000,000 to the extent of £m 500 + 15% of £m 425 = £m 563.75, i.e. to the extent of 37.6 per cent (approx.); and United States would be a guarantor to the extent of 0 + 25% of £m 425 = 106.25, i. e. to the extent of 7.1 per cent (approx.)."

¹⁴ John Maynard Keynes, *Explanatory letter to be addressed by the Prime Minister to the President, M. Clemenceau, and Signor Orlando*, 2.

¹⁵ Austen Chamberlain, letter to Robert Cecil, April 22, 1919.

¹⁶ Austen Chamberlain, letter to Lloyd George, April 17, 1919.

but that it should be formally laid before the Conference as the policy of His Majesty's Government and that the general force of public opinion should be invoked in its support.”¹⁷

Lloyd George endorsed the scheme in a covering letter to President Wilson. As he reminds us in *Truth About Reparations and War-debts*, 1932, his cover letter to President Wilson, Lloyd George stated:

“Apart from private enterprise, His Majesty's Government see only two possible courses – direct assistance and various forms of guaranteed finance, on a very much larger scale than is at present contemplated, by the more prosperous of the Allied and Associated countries, which probably means to an extent of not less than 90 per cent, the United States; or an attempt to recreate the credit system of Europe and by some form of world-wide co-operation to enable the countries whose individual credit is temporarily destroyed to trade on their prospects of reparation from Enemy States or to capitalise their future prospects of production. Every consideration of policy and interest indicates the superiority of the second. [...] (George, 1932, p. 106)

There are many points in it which will require very careful discussions between our experts, and it is doubtless capable of much modification and improvement without detriment to the main ideas which underlie it. [...]

The good faith of the world as a whole is pledged for the carrying out of a scheme, the sole object of which is to set on its feet the new Europe. [...] only a scheme of large and broad dimensions, which can be announced to and understood by the whole world, can inspire that sentiment of hope which is the greatest need of Europe at this moment. (Burnett, 1965)

His position is a good example of the famous ditto: “I would if I could, but I can't, so I shan't do more”. However, in a letter Thomas Lamont wrote that Keynes, Smuts and Cecil, who might be called the main supporters of the *Scheme*, had limited influence with Lloyd George on this issue (Moggridge, 1992, p. 315).

2.2. U.S. Reactions to the Plan

American support was essential to give legitimacy and reassurance to Keynes's plan, though not necessarily because of its financial role, since the United States' percentage responsibility was only 20 per cent, the same as that of France and the British Empire.

On 3 May, Lloyd George finally received Wilson's reply. The American reaction to the plan was “disappointingly cool” (Skidelsky, 1983, p. 369) and fairly vague, as the reply to Lloyd George shows:

¹⁷ Austen Chamberlain, letter to Lloyd George, April 17, 1919.

“I am sorry to say, however, that Mr. Keynes’ plan does not seem feasible from the American point of view. Our Treasury and our financial delegates here in Paris are convinced that the plan as presented lacks many elements of economic and financial soundness. [...]”¹⁸

He goes on to explain why the plan is unworkable for the US:

“I am convinced, moreover, that it would not be possible for me to secure from the Congress of the United States authority to place a Federal guarantee upon bonds of European origin.”¹⁹

In fact, during this period, Congress was dominated by Republicans who were hostile to helping Europe, such as Senator Hiram W. Johnson of California, who stated: “It means the halting and betrayal of New World liberalism, the triumph of cynical Old-World diplomacy, the humiliation at end of American idealism” (Ambrosius, 1987, p. 140). Johnson had not wanted such a commitment on a global scale. Republicans had not wanted the American nation to preserve the British Empire or guarantee the possessions of France and Italy.

A day later, however, Keynes wrote to Sir John Bradbury (joint permanent secretary to the Treasury from 1913 to 1919 and chief British Delegate to the Reparations Commission in Paris from 1919 to 1925) to explain what he considered to be the ‘real’ reasons for the American rejection of the *Scheme* and why there “has been immediate and violent opposition on the part of Washington”.²⁰ According to Keynes, the US was against a general *Scheme* to restart Europe. They wanted to consider and play a different role for each of the separate problems of the new states and Eastern Allies, of the Enemy States, and of the Western Allies. In order of priority for the US:

- Financing new countries – the United States was only prepared to provide financial aid to newly created nations after the war. Given their vulnerability as a result of the war and their proximity to Russia, the US saw this as an assurance against the risks of influence from Russian Bolshevism:

“They are disposed to do something and it is on the head that we may expect counter proposals. They estimate the total amount of loans required for such countries at £100,000,000.”²¹

- The financing of enemy countries, particularly Germany – as regards to the aid to be given to Germany, the US found their first dilemma, as can be seen in Wilson’s letter to George:

“Germany requires working capital. Without that, she will be unable to start her industrial life again, and therefore unable to make any substantial progress in the way of reparation,

¹⁸ Woodrow Wilson, letter to Llyod George, May 3, 1919.

¹⁹ Woodrow Wilson, letter to Llyod George, May 3, 1919.

²⁰ John Maynard Keynes, letter to Sir John Bradbury, May 4, 1919.

²¹ John Maynard Keynes, letter to Sir John Bradbury, May 4, 1919.

but the provisions of the reparation clauses of the proposed treaty demand that Germany shall deliver over at once all her working capital, that is, practically the whole of her liquid assets.”²²

This was the financial dilemma: how would it be possible to help “put Germany on her feet”²³, if the Allies deliberately start out by taking away all Germany’s current capital?

- The financing of France and Italy – this was Wilson’s political dilemma. The US was not sympathetic to further loans to France and Italy; the Americans were trying to solve the dilemma of assisting Germany and new states without helping old allies.

“As regards they are determined to do anything. Their annoyance both with France and Italy is at the present time intense and there is nothing less likely than that at the present juncture the President will give any financial assistance to either of them.”²⁴

These three points represent, respectively, the unwillingness of the Americans to aid the new states, the economic dilemma in relation to Germany which the Americans found in Keynes’s *Scheme*, and the political dilemma of not helping France and Italy.

In his letter above, Keynes did not seem to be too disappointed by the American’s sharp rejection of his plan. This may have been related to the dinner he had in Paris on 3 May with General Smuts and the US delegates to the American Commission, Norman Hezekiah Davis²⁵ and the treasury representative Thomas Lamont²⁶, to discuss the American reactions. What exactly did they discuss? A letter from Lamont, the representative of the US Treasury, to Robert Henry Brand, the English banker, member of the British delegation and financial adviser to Lord Robert Cecil, provides perhaps the greatest clarification. In this letter, he expressed his willingness to extend American credit through ‘normal commercial and banking channels’ rather than through the government apparatus. He proposed setting up a private finance corporation in the United States to channel American savings to Europe in cooperation with British banking groups:

America has ample credit resources, Great Britain has wonderful credit machinery all over the world. Why not make a combination of the two? You people have splendid banks established in the Far East and all through South America. Now, we in America are right on the verge of duplicating every bit of that banking machinery. [...] The result will be, you will make smaller profits, and so shall we, and we shall be very keen rivals. Why don’t we avoid all that by our buying a half interest, no more, in a lot of your banks, and thus make a combination of your machinery and our credit resources? I suppose the very idea sounds fantastic to you. It did to

²² Woodrow Wilson, letter to Lloyd George, May 3, 1919.

²³ Woodrow Wilson, letter to Lloyd George, May 3, 1919.

²⁴ John Maynard Keynes, letter to Sir John Bradbury, May 4, 1919.

²⁵ American banker. Former assistant Secretary of State US Treasury (1917), member of the American Commission to Negotiate Peace and Supreme Economic Council 1918-19.

²⁶ American banker, partner in J. P. Morgan & Co. (1911-1940). US Treasury representative on American Commission to Negotiate Peace 1918-19.

Keynes when I sprang it on him the other night at dinner. His ready answer was, that your banks wanted to run their business and didn't want any interference from the outside. It was a very complete answer, because it showed the spirit of the whole thing. When a man goes into partnership, of course, he is no longer free to manage his affairs by himself. The same is the case when he takes a wife; but the state of the married man is supposed to be more blessed than that of the single.

Now, I think that if the British and Americans were to start out towards a goal of partnership, they would both make a lot more money than they ever will by staying apart and competing against each other; and what is of infinitely greater importance, they would establish such a rapprochement that the world could never shake us out of peace and into war.²⁷

The Lamont Scheme can therefore be seen as proof of the real motivation behind the rejection of the Keynes Plan. Two key passages from this text which illustrate this point are when Lamont goes on to say that: "[...] if British and Americans would make a lot more money than they ever will by staying apart and competing against each other [...]" and "It did to Keynes when I sprang it on him the other night at dinner."

One could try to imagine the effect this had on Keynes, who had been working on a plan to rehabilitate *Europe*, and not *just* the British Empire, in particular after hearing harrowing reports from Hungary. Keynes's reaction was recorded in a letter from Smuts:

Poor Keynes often sits with me at night after a good dinner and we rail against the world and the coming flood. And I tell him that it is time for the Griqua prayer (The Lord to come himself and not to send his Son, as this is not a time for children). And then we laugh, and behind the laughter is Hoover's terrible picture of 30 million people who must die unless there is some great intervention. But then again we think things are never as bad as that; and that something will turn up, and the worst will never be. And somehow all these phases of feeling are true and right in some sense. (Moggridge, 1992, p. 310)

It is not surprising therefore that Keynes wrote to Sir John Bradbury, as mentioned above, that "The whole position is disappointing and depressing". Hence, Keynes' straight answer to Lamont's proposal was that British banks wanted to run their business without any outside interference.²⁸

Now the context behind the rejection of Keynes's *Scheme* becomes clearer. On the same day that Lloyd George received Wilson's reply expressing the American concerns about the *Scheme*, American envoys were dining and plotting a bilateral plan with Great Britain and excluding the rest of Europe – the opposite of what Keynes's Scheme proposed. This may be why, in a letter the day after the dinner, Keynes wrote that:

The Americans do not really intend to do anything; and even apart from that no concrete proposal capable of being put into force can come into existence in the unreal atmosphere of Paris. (John Maynard Keynes, letter to Sir John Bradbury, May 22, 1919)

²⁷ Thomas Lamont, letter to Robert Henry Brand, June 10, 1919.

²⁸ Thomas Lamont, letter to Robert Henry Brand, June 10, 1919.

Wilson wrote to the American financier Bernard Baruch²⁹, who was one of his chief advisers: “I realize the efforts that are being made to tie us to the shaky financial structure of Europe, and am counting upon your assistance to defeat the efforts” (MacMillan, 2002, p. 184). The meaning is clear: The US did not want to help Europe, but to formulate a financial and therefore political link with Great Britain, ignoring and overlooking all ideas and possibilities of strong links between European states. Baruch supported Wilson’s view of the need for new forms of cooperation and the creation of the League of Nations.

Therefore, it is clear that the problem the United States had with Keynes’s Scheme was in its very title: *Scheme for the Rehabilitation of Europe* (emphasis added).

The news of the rejection of Keynes’s Scheme was also reported by French newspapers. *Le Temps* wrote on its front page on 4 May:

“Le gouvernement des États-Unis n’accepte pas le projet que la Trésorerie Britannique avait élaboré, pour donner une valeur immédiatement négociable à une partie des indemnités dues par les puissances ennemies. [...] [Le gouvernement américain] préfère se réserver le choix de moyens et les avantages d’une complète liberté d’action.”³⁰

Seeing the potential for saving Europe squandered by the rejection of his plan, Keynes wrote to his mother:

“One most bitter disappointment was the collapse of my Grand Scheme for putting everyone on their legs. After getting it successfully through the Chancellor of the Exchequer and the Prime Minister and seeing it formally handed to Wilson and Clemenceau, the American Treasury (of whom no more was asked than ours) turned it firmly down as a most immoral proposal which might cost them something and which Senators from Illinois wouldn’t look at. They had a chance of taking a large, or at least human, view of the world and unhesitatingly refused it. Wilson, of whom I’ve seen good deal more lately, is the greatest fraud on earth.”³¹

Conclusion: A Threat to the US Hegemony Plan?

The problem with the Keynes Plan was the creation of financial duties and trade obligations between all European countries tied to a credit system. This economic link, if it were to be developed, could possibly have been built into an early kind of union of

²⁹ “In 1916, Baruch left Wall Street to advise President Woodrow Wilson on national defense and terms of peace. He served on the Advisory Commission to the Council of National Defense and, in January 1918, became the chairman of the new War Industries Board. With his leadership, this body successfully managed the US’s economic mobilization during World War I”. (Leab, 2010, p. 11).

³⁰ *Le Temps*, May 4, 1919.

³¹ John Maynard Keynes, letter to Mrs Keynes, May 14, 1919.

European states. We do not know, of course, but it was not in the US interest as it was perceived in Washington at the time.

If political cooperation was ruled out, economists like Lamont and Herbert Hoover³² recognised early on that European prosperity was indispensable to America's economic well-being. But this did not hold for all European states.

For example, because of their high level of indebtedness, the French really liked the idea that the United States should use its financial resources to get Europe going again after the war. Etienne Clémentel, the Minister of Trade and Industry, drew up an elaborate plan for a "new economic order" in which organisation and coordination would replace wasteful competition, resources would be pooled and shared out as needed, and the whole would be run by technocrats. If Germany was politically stabilised, it too could be part of the new order, safely enmeshed in a stable and prosperous organisation. The project was finally turned down by the Anglo-American allies in April 1919. The effort bore unexpected fruit after the Second World War when Jean Monnet, who had been Clémentel's assistant in 1919, founded the economic organisation that became the European Union³³.

In short, Wilson recognised the merits of Keynes's Scheme, but asked: why should the United States finance Germany in order to settle German reparations with other European countries? At that moment, the American policy preferred to sabotage a unique plan in which it would be the financier of a European economic recovery, in favour of a strong relationship only with Great Britain.

The peacemakers appalled Keynes. They fretted about revenge while European civilisation tottered on the brink of collapse. "What did they achieve in their gilded rooms?", MacMillan asked. According to Keynes, a peace that completed the economic destruction wrought on Europe by the war. They were drawing new lines on the map when they should have been setting up a free trade area; they were haggling over the debts they owed to each other when they should have cancelled them all (MacMillan, 2002, p. 182). Keynes wrote in a letter to Norman Davis on 5 June 1919, two days before he resigned from the Paris Conference:

"I am slipping away on Saturday from this scene of nightmare. I can do no more good here. You Americans are broken reeds, and I have no anticipation of any real improvement in the state of affairs." (John Maynard Keynes, letter to Norman Davis, June 5, 1919)

Keynes's proposals, like those of the French and the Italians, were immediately vetoed by Washington. The Americans wanted no link. To maximise its leverage, the Wilson

³² In charge of US relief to Europe during WW1 and Armistice. Member of the Supreme Economic Council 1919. Future President of the United States 1929-33.

³³ Marc Trachtenberg, *Reparation in world politics: France and European economic diplomacy, 1916-1923* (New York: Columbia University Press, 1980), 1-10.

administration wanted to deal bilaterally with each Allied debtor. Wilson had accurately predicted that after the war the United States could “force [the Europeans] to our way of thinking, because by that time they will, among other things, be financially in our hands.” (Ninkovich, 1999, p. 90)

Indeed, the United States, long a debtor nation, was by the end of Great War a leading creditor nation, the world’s banker. Thanks to the historic wartime turnaround in its balance of payments, New York had replaced London as the world’s leading exporter of capital. As Benjamin Strong of the Federal Reserve Bank of New York put it: “Our influence in central bank circles is almost predominant.” (Ninkovich, 1999, p. 91)

Economically, at least, the challenge of internationalism is to undo much of the peace settlement rather than to get America to abide by it. The restoration of prosperity in Europe was not likely to be achieved while the generation of the 1920s was saddled with the huge burden of debt incurred by their political forebears (Ninkovich, 1999, p. 91).

By then the American establishment had woken to the fact that Europe had burned up too many resources (financial and human) in the Great War to recover in the short term. After 1919, every state in need of financial aid had to turn to the US, the only Western power that had not been severely devastated. The US was aware of its potential new role; that it would grow in a context of European decline.

Wilson’s problematic policy and agenda at the Conference, regarding his Fourteen Points and the question of reparations and colonies, was confirmed by the failure of the American Senate to ratify the Treaty of Versailles. In the long run, however, the US would become the true and only victor of the Great War, reversing the American pre-war isolationism with a new foreign political power in order to lay the foundations for global hegemony.

“Anglo-American officials [...] dreamed that world history could, and should, begin, would begin if the war were properly perceived as an opportunity to turn Europe into Americans or Englishmen. What was missing in central and eastern Europe were the institutions and the traditions of democratic government.” (Boemeke, Feldman & Glaser, 2006, p. 621)

Bibliography

- Ambrosius, L. E. (1987). *Woodrow Wilson and the American diplomatic tradition: the treaty fight in perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Artaud, D. (1978). *La Question des dettes interalliées et la reconstruction de l'Europe: 1917-1929*. Paris: H. Champion.
- Boemeke, M. F., Feldman, G. D., & Glaser, E. (2006). *The Treaty of Versailles, a Reassessment after 75 years*. Washington (D.C.): German Historical Institute.
- Burnett, P. M. (1965). *Reparation at the Paris Peace Conference: from the standpoint of the American delegation*. New York: Octagon, vol. I.

- Derek, A. H. (1977). *From Versailles to Wall Street: 1919-1929*. London: Allen Lane.
- George, L. (1932). *The truth about reparations and war-debts*. London: Heinemann.
- Harrod, R. F. (1952). *The Life of John Maynard Keynes*. London: Macmillan.
- Keynes, J. M. (1920). *The Economic Consequences of the Peace*. London: Macmillan.
- Keynes, J. M. (1971). *The Collected writings of John Maynard Keynes, XVI Activities 1914-1919: The Treasury and Versailles*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Leab, D. et al. (2010). “*The Great Depression and the New Deal: A Thematic Encyclopedia*.” ABC-CLIO LLC.
- MacMillan, M. (2002). *Paris 1919: Six Months That Changed the World*. New York: Random House.
- Moggridge, D. E. (1992). *Maynard Keynes an economist's Biography*. London: Routledge.
- Ninkovich, F. A. (1999). *The Wilsonian century: U.S. foreign policy since 1900*. Chicago: University of Chicago Press.
- Sharp, A. (1991). *The Versailles settlement: peacemaking in Paris, 1919*. London: Macmillan.
- Schuker, S. A. (1976). *The End of French predominance in Europe: the financial crisis of 1924 and the adoption of the Dawes plan*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Silverman, D. P. (1982). *Reconstructing Europe after the Great War*. London: Harvard University Press.
- Skidelsky, R. (1983). *John Maynard Keynes*. London: Macmillan, vol. I.
- Stevenson, F. (1971). *Lloyd George: a diary*. London: Hutchinson.
- The Keynes Centre (1995). *John Maynard Keynes Papers in Kings College Cambridge*. Cambridge, Chadwyck-Healey Ltd.
- Thomson, M. (1948). *David Lloyd George: the official biography*. London: Hutchinson.
- Trachtenberg, M. (1980). *Reparation in world politics: France and European economic diplomacy, 1916-1923*. New York: Columbia University Press.
- Walworth, A. (1969). *Woodrow Wilson*. Baltimore: Md. Penguin.

(Página deixada propositadamente em branco)

From geopolitics and regional identity to
geopoetics and self-identification – a trajectory of
conceptualization of Central Europe?

Da geopolítica e da identidade regional à
geopoética e à autoidentificação – uma trajetória
de concetualização da Europa Central?

Aleksandra Tobiasz

Aleksandra Tobiasz

Institute of Civilisation and Culture, Ljubljana

ORCID: 0000-0001-7216-5099

FROM GEOPOLITICS AND
REGIONAL IDENTITY TO
GEOPOETICS AND SELF-
IDENTIFICATION – A TRA-
JECTORY OF CONCEPTUA-
LIZATION OF CENTRAL
EUROPE?

The article problematizes the discourse on Central Europe by tracing a trajectory from the twentieth-century geopolitics and region-building projects based on identity politics to the contemporary geopoeitics and literary self-identifications shaped in relation to place and time. The different historical circumstances that opened and closed “the short twentieth century” produced different experiences and understandings of Central Europe. German *Mitteleuropa* and the renaissance of the idea of Central Europe at the end of the Cold War are the two moments in the geopolitical legacy of the concept. This paper, however, focuses on the second geopoeitic, literary pole of the conceptual trajectory of the discourse on Central Europe, which is nourished by negative categories and consists of particular articulations of being a Central European in a time of historical discontinuities and crises. The paper addresses several contemporary writers’ self-identifications based on “autobiographical sites”, which provide insight into some shared articulations of certain elements of the Central European myth (problematic identity, spatial in-betweenness and sense of transience, mobility of borders, idealized Habsburg monarchy).

Keywords: Central Europe; geopoeitics; Andrzej Stasiuk; Drago Jančar; Robert Makłowicz.

DA GEOPOLÍTICA E DA
IDENTIDADE REGIONAL À
GEOPOÉTICA E À AUTO-
IDENTIFICAÇÃO – UMA TRA-
JETÓRIA DE CONCEPTUA-
LIZAÇÃO DA EUROPA
CENTRAL?

Este artigo problematiza o discurso sobre a Europa Central, seguindo uma trajetória que vai desde a geopolítica do século XX e os projectos de construção de regiões baseados em políticas de identidade até à geopoeítica contemporânea e às autoidentificações literárias moldadas ao espaço e ao tempo. As diferentes circunstâncias históricas que abriram e fecharam «o curto século XX» traduziram-se em diversas experiências e interpretações da Europa Central. A *Mitteleuropa* alemã e o renascimento da ideia de Europa Central no final da Guerra Fria marcam os dois momentos do legado geopolítico do conceito. No entanto, a ênfase recai sobre o segundo pólo geopoeítico e literário da trajetória concetual do discurso sobre a Europa Central, que se alimenta de categorias negativas e consiste em articulações específicas da ideia de ser um centro-europeu moldado num tempo de discontinuidades e crises históricas. Este artigo debruça-se sobre as autoidentificações de diversos escritores contemporâneos baseadas em «sítios autobiográficos» que dão a conhecer algumas articulações partilhadas de certos elementos do mito da Europa Central (identidade problemática, espaços intermédios e sentimento de transitoriedade, mobilidade de fronteiras, monarquia de Habsburgo idealizada).

Palavras-chave: Europa Central; geopoeítica; Andrzej Stasiuk; Drago Jančar; Robert Makłowicz.

DE LA GÉOPOLITIQUE ET DE
L'IDENTITÉ RÉGIONALE À LA
GÉOPOÉTIQUE ET À L'AUTO-
IDENTIFICATION – UNE
TRAJECTOIRE DE CON-
CEPTUALISATION DE
L'EUROPE CENTRALE ?

Cet article problématise le discours sur l'Europe centrale en suivant une trajectoire de la géopolitique du XXe siècle et des projets de construction de régions fondés sur des politiques identitaires à la géopoétique contemporaine et aux auto-identifications littéraires façonnées en fonction du lieu et du temps. Les différentes circonstances historiques qui ont ouvert et fermé le «court vingtième siècle» ont donné lieu à diverses expériences et compréhensions de l'Europe centrale. La *Mitteleuropa* allemande et la renaissance de l'idée d'Europe centrale à la fin de la guerre froide sont les deux moments de l'héritage géopolitique du concept. Cette contribution met toutefois l'accent sur le second pôle géopoétique et littéraire de la trajectoire conceptuelle du discours sur l'Europe centrale, qui se nourrit de catégories négatives et est composé d'articulations particulières du fait d'être un Européen central façonné à une époque de discontinuités et de crises historiques. L'article aborde les auto-identifications de plusieurs écrivains contemporains fondées sur des «sites autobiographiques» qui donnent un aperçu de certaines articulations partagées de certains éléments du mythe de l'Europe centrale (identité problématique, entre-deux spatial et sentiment d'éphémère, mobilité des frontières, monarchie habsbourgeoise idéalisée).

Mots-clés : Europe centrale ; géopoétique ; Andrzej Stasiuk ; Drago Jančar ; Robert Makłowicz.

I. Introduction

“If I had to invent a coat of arms for Central Europe, I would put twilight in one of its fields and emptiness in some other. The former as a sign of the unobvious, the latter as a sign of the still untamed space. A very beautiful coat of arms with somewhat blurred contours that can be filled in with imagination. Or a dream” (Andruxhovich & Stasiuk, 2007, p. 114).¹ The Central European coat of arms invented by the Polish writer Andrzej Stasiuk implies the impossibility of a clear definition of this region. Twilight, meaning ambiguity, is accompanied by the emptiness of undefined space due to shifting borders. Both elements are given a more precise shape and form by individual experience and imagination, which is also in search of territorial anchorage. In this quest, the same questions about the area’s coordinates keep coming up: Where exactly is Central Europe? Where are its borders?

The Yugoslav novelist Danilo Kiš opened his “Variations on the theme of Central Europe” by problematizing the region’s location and its resultant ambiguous status. “With no precise borders, with no centre or rather with several centres, ‘Central Europe’ today looks more and more like the dragon of Alca in the second book of Anatole France’s *Penguin Island*, to which the Symbolist movement was compared: no one who claimed to have seen it could say what it looked like” (Kiš, 1987). Central Europe as an area-specter, devoid of precise frontiers, without a centre or rich in its multiplications, becomes an apparition that defies comprehensive articulation or definition. According to Milan Kundera, “the geographic boundaries of Central Europe are vague, changeable, and debatable. [...] Central Europe is polycentral and looks different from different vantage points: Warsaw or Vienna, Budapest, or Ljubljana [...]” (Kundera, 1993, p. 12).

Central Europe is not unidimensional and thus takes on different meanings depending on national perspectives. How is it shaped by the divergent historical traditions and heritages of the Habsburg Empire and the Polish-Lithuanian Commonwealth? As the French scholars Jacques Rupnik and Jacques Le Rider rightly pointed out, there are many Central Europes, depending on the different historical experiences of the states that make up this region. On the one hand, both Czech and Hungarian collective imaginaries trace the genealogy of Central Europe to the territory of the Habsburg Empire. Hence, the region is referred to as “the Danube area”. On the other hand, in the Polish historical imagination, Central Europe denotes a space between the two great powers of Russia and Germany. The Central European area excludes Germany, but includes Ukraine and the Baltic states (Rupnik, 1990, p. 21, cited by Le Rider, 2000, pp. 100-101).

There are thus multiple Central Europes, and the relative nature of the concept becomes even more apparent in the interdisciplinary field of research that has sought to deconstruct both national and regional identities, such as the Orient or the Balkans. The historicization of these identities, which reveals the changeability of their meanings, allows them to be presented as “cultural artifacts” and “imagined communities”. Moreover, as Benedict Anderson noted, the opposition of genuineness/falseness is to be replaced by the plurality of ways in which particular communities are imagined (Anderson, 2006, pp. 4-6). The scholarship that critically reevaluates the essentialized

¹ Unless otherwise indicated, all quotations from Polish and other languages are in my own translation.

approach to spatial distinctions foregrounds “imaginative geography”, which, as Edward W. Said remarked, draws on Gaston Bachelard’s “poetics of space”. According to the French philosopher, the objective side of a given space is foreshadowed by its poetically ascribed qualitative dimension, composed of values and feelings. The “poetics of space” is closely linked with two interrelated processes of othering and self-identification because “imaginative geography and history help the mind to intensify its own sense of itself by dramatizing the distance and difference between what is close to it and what is far away” (Said, 2003, pp. 54-55).

The meaning of Central Europe depends on the “poetic process” (Said, 2003, p. 55) in the same way as the meaning of Orient, which has been ascribed with different connotations by the French, the British and the Americans (Said, 2003, pp. 1-4, 17-19). Similarly to the Orient, the idea of Central Europe lacks “ontological stability” (Stobiecki, 2020, p. 275)² and thus refers to the intertextual and abstract reality, in contrast to the concept of the Balkans “with its powerful historical and geographic basis” (Todorova, 2009, pp. 11, 160). What Central Europe and the Balkans have in common, however, is their identification with a transitory space between the two poles: the West and the Orient. Consequently, reflection on Central Europe could also be part of what Maria Todorova identified with the Balkans, namely “a discourse about an imputed ambiguity” as opposed to “a discourse about an imputed opposition” which is Orientalism (Todorova, 2009, pp. 15-17).

The concept of Central Europe, as Otilia Dhand emphasized, refers to an idea, a myth, or a project of change that conveys specific desires and hopes for the future (Dhand, 2018, pp. 1, 3). Thus, it is a concept with little correspondence to reality, but with a decisive influence on imagination and identity, which consequently gives this idea a strong potential to change reality and self-identification. The region’s borders are more hypothetical than real, so the concept of Central Europe pertains more to the realm of imagined geography than to cartography and history. It refers more to the metaphorical place, the “autobiographical site” (Czermińska, 2014, pp. 55-74) understood as a basis of self-identification, a particular condition of being in history, than to an external reality enclosed within imposed borders, whose constant redraw undermines any fixed definition of the region.

Methodologically, the article is inspired by the spatial turn, which focuses on the relationship between the individual and a particular place. This seems to be an appropriate theoretical approach in the research on literary manifestations of escape from the fatalism of history (unable to give meaning) towards imagined geography, expressed by many Central European writers and the protagonists of the article. The paper also refers to the interdisciplinary field of sensory studies, comprising anthropology of the senses, geography of the senses, history, sociology, and literary studies, *inter alia*. The olfactory landscape of Central Europe (smell-scape) was emphasized by the Czech

² The author refers here to the concept of (East-) Central Europe. He analyzes it from the perspective of “imagined history”, defined as “the ways of speaking about a certain phenomenon which was/is Central Europe/East-Central Europe rooted in the public discourse comprising various texts of culture”. He is interested in the “look from inside” (central in the context of this article), that is, in the experience of Central Europeans, rather than in the ways in which this region was conceptualized from the outside, in the Western literature.

art historian Josef Kroutvor (Kroutvor, 1990), as well as Andrzej Stasiuk and Yuri Andrukhovych. The role of sounds in defining some Central European places and evoking images from the past was mentioned by Stefan Zweig and Vladimir Bartol. Tastes describe Robert Makłowicz's (Makłowicz, 2021) culinary topography of Central Europe. Czesław Miłosz analyzed the direct experience of tangible materiality of the European landscape in contrast to the fleeting and distant American hyperreality. Some sensuous topographies reconfigure the imagined spatial coordinates of Central Europe, replacing the dichotomy of the desired Western culture and rejected Eastern politics with the southern and northern vectors (Labov, 2019, p. 8).³ Has Central Europe of the twenty-first century literary representations replaced the twentieth-century Cold War West-East geopolitical in-betweenness with the geopoetic meridian points of reference?

The paper will first present a brief genealogy of the concept of Central Europe, accompanied by a short outline of the divisions of Europe, focusing on the change of its coordinates from the horizontal East-West axis to the vertical one North-South axis. The concise introduction to the history of spatial distinctions, which forms the broader background of this study, is followed by its theoretical framework, focused on the shift from geopolitics to geopoetics. The main part of the article explores the latter geopoetic approach to Central Europe by addressing the "auto/bio/geo/graphies" (Rybicka, 2014, pp. 408, 420-422)⁴ of some Central European writers: Andrzej Stasiuk, Drago Jančar and Robert Makłowicz, with a particular emphasis on the first one. These authors were chosen not only because they can be characterized by a "topographic imagination" (Czermińska, 2014, pp. 61-65), but also because in their "autobiographical sites" it is possible to find some common articulations of certain elements of the Central European myth (problematic identity, marginality, spatial in-betweenness and the feeling of transience, the mobility of borders, the idealized Habsburg monarchy, the principle of "the maximum diversity in minimum space"). Moreover, their life-writings are instances of the reconfiguration of this myth enabled by the shift from the retrospective utopia (very much present in the texts of Stefan Zweig and Joseph Roth, for example) to heterotopia (Foucault, 2005, pp. 117-125; Dutka, 2014, p. 453), and the role of somatic experiences, which establish one's attachment to a place and shape the sensuous topographies of Central Europe.

II. From geopolitical Central Europe to geopoetic Central Europe being

The reflection on Central Europe has been nourished by the turbulent vicissitudes of the twentieth century. It is therefore a relatively young geopolitical entity. Only on the threshold of centuries did the idea of naming this area emerge, and then the twentieth

³ Jessie Labov, in her book on "Transatlantic Central Europe", also reflects on this change of paradigms in conceptualizing Central Europe, from "the Cold War East-West binary" to the contemporary "post-1989 period" in which "a new axis emerges: that of North-South".

⁴ As Rybicka stresses, "geo" in "auto/bio/geo/graphy" draws attention to the role of space (where am I?, where am I from?) in self-identification.

century witnessed its changing meanings (Cobel-Tokarska, 2013, p. 176). In the ancient times, the map of Europe was divided between the civilized Mediterranean South and the barbaric North. In the Middle Ages, the religious division introduced by the Great Schism redirected this map “horizontally” (Podraza, 2002, pp. 23-287 cited by Cobel-Tokarska, 2013, p. 175). In the eighteenth century, Eastern Europe was invented by the West and the Enlightenment as an intermediary zone abundant in contradictions, elements of both civilization and barbarism (Wolff, 1994, pp. 5, 25, 358). After the Second World War, the clear division of Europe between the East and the West, devised by the “Big Three” Allied leaders, defined the geopolitical order during the Cold War. This long tradition of the Old Continent’s dual order, which ignored its center, was undermined by the dissidents and intellectuals in exile coming from the middle part of Europe. They introduced a conceptual rupture by resurrecting the in-between element, namely Central Europe. What does it mean today, and how was it defined in the last century? Today, one of the first associations is the Visegrád Group of illiberal democracies. Thirty years ago, however, the Central European countries were synonymous with the struggle for values such as freedom and democracy, which were denied in the communist system.

This conceptual somersault in the course of just a few decades clearly manifests the changeability of meanings and definitions of Central Europe, which are contingent on a historical moment. The divergent historical circumstances of “the short twentieth century” produced different experiences and understandings of Central Europe. The attempt to define the region in positive terms, underpinned by geopolitics, was made by economists, politicians (*Mitteleuropa* by Friedrich List and Friedrich Naumann), geographers (Joseph Partsch), historians (Oskar Halecki, Piotr Stefan Wandycz, Jenő Szűcs), dissidents (Václav Havel, György Konrád, or Drago Jančar), and other intellectuals whose historical accounts were responses to particular political situations and thus had visions of the region’s future as their backgrounds. In this regard, their images of Central Europe, by underlining the distinctive nature of historical, economic and political processes (Central European *differentia specifica*, *Sonderweg*) shaping the regional identity, were supposed to bring about some changes in the geopolitical order.

Naumann’s *Mitteleuropa* from the times of the Great War and the renaissance of the idea of Central Europe in the dissident *milieu* at the end of the Cold War are the two important moments in the geopolitical legacy of the concept (Dhand, 2018, pp. 6-7).⁵ Opening and closing the twentieth century, these ideas were characterized by different functions and meanings. While German *Mitteleuropa* from the period of the First World War expressed Prussia’s imperialist agenda towards its eastern neighbors, which later took a radical form in the Third Reich’s *Lebensraum* project, the Central Europe of the 1980s, coined by dissidents in the Soviet Bloc, had an important emancipatory dimension. It was meant to undermine the bipolar geopolitical order of the world and justify the return of Central European countries to the West, because, as Kundera noted, although

⁵ The geopolitical tradition of the conceptualization of Central Europe was thoroughly explored by Dhand, who claims that the concept of Central Europe is underpinned with geopolitics from the very moment it was coined.

they were politically in the Eastern Bloc after the Second World War, culturally they had always belonged to the Western world (Kundera, 1984, pp. 14-31).

Beyond the plethora of different meanings of Central Europe that have emerged in the course of history (the changeability that paradoxically becomes their unchanging characteristic), one element seems to be stable, namely the concept's close link with geopolitics,⁶ which, however, has been recently re-evaluated in contemporary literature. These re-evaluations suggest a certain intellectual trajectory along which particular concepts of Central Europe could be grouped. The main aim of the paper is to attempt to rethink the discourse on Central Europe along this trajectory, which leads from the twentieth-century geopolitics and region-building projects based on identity politics to the contemporary geopoetics and literary self-identifications shaped in relation to place and time; from public debates that openly problematize the concept of Central Europe to private condition of being Central European, implicitly present in literary enunciations. There is a difference between geopolitical and geopoetic approaches to Central Europe, "whether one sees *Mittleuropa* as a territory to be used, or as a cultural network and repository of memory that needs to be preserved" (Zivkovic, 2015, p. x), or as a sphere of sensuous experience.

Instead of recognizing borders and defining Central Europe in positive terms of *longue durée* processes such as historical evolution, Western culture, or semi-periphery, it is worth turning to negative categories and particular articulations of being a Central European shaped at a time of historical discontinuities and crises. Literature provides an insight into the "disappearing Europe" (Raabe & Sznajderman, 2015), i.e. phenomenological Central Europe, understood as a certain apophatic space that is reflected in individual experiences and appears only as a lack of continuity, stability and other positive categories. The Slovenian literary scholar Simona Škrabec represents this literary (particularizing) approach to Central Europe, which avoids essentializing and generalizing ways of defining the region present in the historical (unifying) perspective (Škrabec, 2013, pp. 31-32). In place of the chronological time of great history and singular identity, the geopoetic perspective accentuates divergent individual perceptions of time, understood as the fourth dimension of space (Bakhtin, 1994, p. 184) (Central Europe), subject to various literary/diaristic reconfigurations and equivalent to memory or the passage of time. The second geopoetic pole of the conceptual trajectory in the discourse on Central Europe would focus on particular self-identifications, viewed as dynamic and reciprocal interactions between experiences of specific places and their artistic representations. While historical narratives can explain geopolitical, top-down projects of Central Europe, literary texts reveal "an unorthodox"⁷ and experienced side of this diversified borderland space in between.

⁶ As Dhand argues, Central Europe's "most consistent characteristic seems to have been its often unpredictable shape-shifting. Invoked by a whole spectrum of ideological streams, its only firm connection seems to be with classical geopolitics and its realist variants in international relations" (Dhand, 2018, p. 8).

⁷ The Bosnian writer Miljenko Jergović stresses this geopoetic, phenomenological way of defining Central Europe: "I believe that we could talk about it in an unorthodox fashion. What is common to all of the peoples living in Central Europe is primarily all the traumas of the 20th century, such as the concentration camps. We are also connected by historical experiences such as being a part of the Austro-Hungarian Empire, or the bloc of socialist countries after the Second World War. In one sense, we lived our lives in a border region" (Jergović, 2018).

In this paper, geopoetics is understood as a critical approach to the Western civilization and the cult of reason, similar to that developed by the philosophers of the Frankfurt School. This is why I refer to the geopoetics here not as an international movement (only recently founded in the last decade of the twentieth century), but as a worldview shared by many writers (Arthur Rimbaud, Friedrich Nietzsche, Patrick Geddes, Henry Thoreau). The geopoetics promotes holistic thinking centered on the relationship of human beings with the universe and advocates a new way of perceiving the world, a space approached not only intellectually but also emotionally (White, s.d.).

The research on the second geopoetic side of Central Europe becomes crucial, as it has not been thoroughly conducted yet. Scholars tend to analyze the geopoetics (space in literary works) of selected authors, but their results are not subsumed under a broader regional framework. The geopoetic approach, as opposed to geopolitics, seems particularly important today because it can be seen as a theoretical response to the new historical challenges. While the modern period of the nineteenth and twentieth centuries, obsessed with history, was characterized by ideologies, massive movements, collectivities (Márai, 2001, p. 137),⁸ the geopolitics of totalitarian states; the twenty-first century of individuals could be defined by its focus on geography, manifested in a spatial turn and a shift of accents from time to place. In contrast to self-contained and self-fulfilling ideological “hermetic” worldviews rooted in dialectics and framed by geopolitics, the hermeneutic perspective of this research emphasizes geopoetics. It is understood as a critical undermining of dominant, politicized collective perceptions (Central European identity) in the form of individual questioning present in the texts of selected writers who problematized their relationship with particular Central European places.

The Hungarian writer Sándor Márai, describing one of his first trips to the West, to France in the 1920s, manifests this bottom-up perspective on Central Europe, which, instead of regional identity, emphasizes individual self-identification in relation to a territory that cannot be grasped within borders but only through experience. This perspective also implies the need for a literary and anthropological approach. “The train crossed this invisible line which is marked neither by a semaphore nor by border signs, crossed the border which name is ‘Central Europe’ in which anthropological and cultural radiation we were born and grew up and which organically links and merges into one with this second Europe, and yet it is so mystically different ...” (Márai, 2005, p. 250).

Imagined and “mystically different” Central Europe, identified with a state of mind or “anthropological and cultural radiation”, also includes mythical representations. The Slovene sociologist Mitja Velikonja lists the Habsburg myth (the idealized period of Franz Joseph’s reign), the myth of the cultural nation, and the myth of spatial and temporal transience among the myths that have shaped the collective imaginaries of Central European nations (Velikonja, 1995, p. 29). Many Central European authors expressed these myths in their works. The first one, for example, is very much in evidence in the *oeuvres* of Stefan Zweig and Joseph Roth. Many contemporary Central European writers also focus on the myth of both spatial and temporal fleetingness. The location in the

⁸ “It really rises above individual. I am a witness of the collective unhappiness which is caused by a collective delusion”. In another diaristic note Márai remarked that “the eighteenth century liquidated Religion. The nineteenth century liquidated God. The twentieth century liquidates Human” (Márai, 2019, p. 151).

center of Europe has more than once determined the role of the area as a transitional sphere both for military troops embodying the march of great history and for cultural ideas. As the literary scholar, Csaba G. Kiss noted, referring to the Hungarian writer Árpád Tőzsér, the people in Central Europe were living “in the waist of a sand-timer”, where “it has not been easy to remain upright in Europe’s waist and to hold on tight, while innovations, armies, cultural goods, infections and messianic ideals rushed from one bulb of the timer to the other” (Kiss, 1989, p. 129). A literary and geopoetic approach to Central Europe reveals the extent to which the region’s “in-betweenness” has been internalized and existentially imprinted in individual fates.

III. Sensuous topographies of Central Europe

Anecdote, irony and escape from history (turned into parody) *versus* moralism as an active response to the immoral course of events? (Dziamski, 2007, p. 169) The polemic between two Czech intellectuals, Josef Kroutvor and Milan Kundera, whose writings were instrumental in reopening the debate on Central Europe at the end of the Cold War, illustrates well this bifurcation of attitudes toward history in the central part of the Old Continent. Whereas Kroutvor represents the less heroic intellectual tradition that focuses on witty anecdotes, small episodes from everyday life, and sensuous experiences such as smell as indicators of Central European community; the second strand of reflection emphasizes the role of great history and the fateful tragedy of small nations in the region, as problematized by Kundera in his essays and literature. Central European identity could therefore be condensed both in anecdotes, diaristic notes that allow one to distance oneself from the threat of history, and in essays, manifestos written in a pathetic tone in response to a pressing historical moment and political situation. The discussion seems to involve Švejk’s followers as well as those who identify themselves more with Kafka’s legacy (Rybicka, 2014, pp. 395-398). Kroutvor was followed by many contemporary Central European writers who focus on everyday life, concrete materiality and its fragmentary sensuous experience, which at the same time allows for transcendence in search of meaning.

Intellectualism *versus* sensualism? The Polish literary anthropologist, Elżbieta Rybicka signaled the turn from theoretical categories to somatic experiences in the definition of Central European identity in her interpretation of the book *Café Museum* by the contemporary Polish journalist and writer Robert Makłowicz. Makłowicz’s main goal of traveling through Central Europe is not to search for some essence of cultural identity, but to gain empirical experiences. His wanderings have no other purpose than “just to hear another language, eat another kind of soup, try another alcohol, see a different landscape”, or to sleep under a feather duvet, which is common in German-speaking countries, and is more important than to reflect on the concept of time as a significant component of Central European identity (Makłowicz, 2021, pp. 20, 71-72).⁹ His guides

⁹ Referring to Claudio Magris’ reflection on the concept of time in German culture, which is part of Central Europe, Makłowicz stated: “I share the Germanic-chronographic insights of the great Triestine Magris, but for purely selfish reasons, I am closer to another all-Germanic passion, namely the love of quilts”.

are his senses of sight, smell, touch, and hearing. As Rybicka argues, by delineating a culinary, sensual topography of the region in his book, Makłowicz confirms but also reformulates the Central European myth within sensory studies. Thus, it is not only an abstract sphere of spiritual culture that defines a Central European community, but also the sensual experiences, such as the smell or taste of both common gastronomic specialties and their local varieties (Rybicka, 2014, p. 394), as well as, for example, the touch of a feather quilt.

Rybicka briefly presented a change of “ingredients” that can be found in a “recipe for a Central European myth”. In the 1980s, it was defined by the regional cultural heritage (part of the Western culture), the common historical fate (totalitarian regimes), and values (humanism, freedom, democracy, liberalism). The role (purpose and meaning) of the concept was shaped by the historical circumstances that witnessed its emergence. The designation of Central Europe in this period emphasized the shared cultural heritage and values in order to approach the idealized West and to distance oneself from the demonized East. The discourse on Central Europe was highly politicized and implied the parallel acts of distancing oneself from the Eastern politics and economics, and an attempt to return to the West as an integral part thereof from a cultural perspective. The main ingredient of the “recipe for a Central European myth” at that time was the shared spiritual culture. Today, however, as the globalized, open world has replaced the bipolar tensions of the Cold War, the Central European myth is also being reformulated. As Rybicka notes, the previously dominant feature of the Central European myth, namely the spiritual culture, seems to have recently given way to a culture of everyday life and the sensuous experience of a landscape, a change that is visible and traceable in literature (Rybicka, 2014, pp. 392-407).

The shift from intellectual cognizance to existential experience in the conceptualization of the Central European myth is accompanied by a journey, its two dimensions: practical (being on a path) and theoretical (new narrative frameworks and genres). While a few decades ago the essay was the dominant and privileged genre in the discourse on the idea of Central Europe, today it has been replaced by the hybrid travel narrative (Rybicka, 2014, p. 398). Not only does travel contribute to the redefinition of the myth of Central Europe, but it can also take on different meanings in this liminal space when compared to other places. In the central part of the Old Continent, “caught in the tongues of History” (Trávníček, 2009) and thus inundated by historical waves coming either from the East or the West, travel, as Stasiuk remarked, was mostly forced, imposed on people who “left for a foreign war, escaped from armies or from poverty and hunger”. As the author continues, while in the Central European context there was always some external (political or economic) reason for traveling, in other western parts of Europe, in colonial countries such as Portugal or Spain, there was, in addition to socio-economic factors, the important internal motivation – a curiosity about foreign, far-off lands expressed by numerous intrepid explorers. According to Stasiuk, this inner incentive, underpinned by a sense of stability, would be absent in the minds of the inhabitants of Central Europe, who, due to the turbulent course of history, could not feel safe and certain that they would find the *status quo*, their homes, upon their return.¹⁰

¹⁰ Stasiuk, “Dziennik okrętowy” [Logbook] in *Moja Europa*, pp. 112-113.

The importance of travel and sensuous experience in the re-evaluation of the Central European myth characterizes Stasiuk's writings. The writer compares his traveling, which lacks linearity and clear destinations, to Švejk's aimless wandering.¹¹ Instead of linear movement, he would rather make circles and get lost. In an attempt "to reconcile his own biography with the space", he used a pair of compasses to delineate his existential topography within a circle from the center where he now lives in the Beskid Mountains in the southeastern borderland part of Poland (village Wołowiec) to Warsaw, where he was born. Both Germany and Russia remain beyond this personal Central Europe, which includes some parts of Belarus, Ukraine, Romania, Hungary, a fragment of the Czech Republic, almost all of Slovakia, and a third of Poland.¹² Stasiuk's geopoetics consists of travels and sensualist texts that evoke colors, tastes, feelings, sounds, and smells (Kanasz, 2021, pp. 1-28). Geography and the senses are tightly interwoven in his writings, just as "the cartographic net coincides perfectly with the retina".¹³ Stasiuk recalls his identification of European cities with colors: "Paris was grey-blue, London slightly greenish, Madrid brown with the olive tint. Vienna probably reddish pink. Berlin certainly dun". He saw Europe through "a dispersed stained-glass window".¹⁴ The senses indicate his routes and shape his existential topography. Thus, the map of Europe resembles "a plate with a failed dish" or a woman for whom Stasiuk has tender feelings. Reading such a map becomes "a very erotic vision".¹⁵ His narrative is thus imbued with sensual, bodily experiences.

Unlike Kundera and the dissidents, Stasiuk embodies the "Central European spirit"¹⁶ by underlining the role of geography rather than history, and of everyday life rather than shared historical fate or cultural heritage in defining Central Europe. His "obsession was always geography, and never history".¹⁷ It is a geography devoid of any label such as political or economic, which would imply geopolitics. Far from the latter, based on "bastard" political and economic geography, Stasiuk is obsessed with a personal "true geography" equivalent to an "escape which always leads towards south, because east and

¹¹ Stasiuk, "Dziennik okrętowy", p. 157.

¹² Stasiuk, "Dziennik okrętowy", pp. 85-86.

¹³ Stasiuk, "Dziennik okrętowy", p. 157.

¹⁴ Stasiuk, "Dziennik okrętowy", p. 147.

¹⁵ Stasiuk, "Dziennik okrętowy", pp. 99, 118-119.

¹⁶ Stasiuk, "Dziennik okrętowy", p. 107. Stasiuk mentioned the mystery of the "Central European spirit", the existence of which he said has never been proven or refuted. He added that it sometimes reveals itself to him not only artistically or spiritually, but also physically.

¹⁷ Stasiuk, "Dziennik okrętowy", p. 134. For more information on the role of geography in Stasiuk's literature see: Magdalena Marszałek, Alternative Categories (Andrzej Stasiuk). In: *Being Poland: A New History of Polish Literature and Culture since 1918*. Edited by Tamara Trojanowska, Joanna Niżyńska, Przemysław Czapliński & Agnieszka Polakowska (pp. 423-427). Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press.

According to Marszałek that Stasiuk's passion about the geography "allows him to break free of history, which the author sees as the curse of the twentieth century. His topography of the East-Central European provinces presents a landscape of stillness and duration – the antithesis of modernity's historical thought, which is oriented to the future, towards development and progress." (p. 426). In this sense, as Marszałek underlines, Stasiuk's ways of writing, travelling and the nature of space of his wandering are closely interwoven. Non-linear mode of travelling reflects in the fragmented narration of his travelogues and corresponds with the Central European space marked with stagnation and disorder (pp. 425-426).

west are controlled by its bastard sisters”.¹⁸ Although, as he noted, he “should write about the Habsburgs, Hofburg, or at least the ‘Café Central’ and the wax figure of Schnitzler”, all the typical ingredients of the myth of Central Europe, what came to his mind were “only unimportant details and events that could happen anywhere else. At most, they would have a slightly different tempo or color”. On his travels through Central Europe, Stasiuk is accompanied by nostalgia and utopia, provoked not by history or memory, but by geography, by space. It is a nostalgia that longs for a constantly receding horizon, and a utopia that longs for a view that embraces and contains everything.¹⁹

Although the book *Moja Europa: Dwa eseje o Europie zwanej Środkową* (*My Europe: Two Essays on So-called Central Europe*) (2000), co-authored by Stasiuk and Andrukhovych, was published on the eve of Poland’s accession to the EU, it is not underpinned by the ubiquitous fascination and attempt to catch up with the West by “returning to Europe” (Kato, s.d., pp. 91-93). Consequently, Stasiuk distances himself from Kundera’s Central Europe and its geopolitical implications. As the Polish literary critic Przemysław Czapliński noted, “Stasiuk is an anti-Kundera. While the Czech author occidentalizes Central Europe, Stasiuk orientalizes it. Kundera argues that the West has betrayed *Mitteleuropa*, while for Stasiuk it is its elegant conceptualization that has undermined Central Europe. Kundera [...] sees Central Europe as a reservoir of beautiful historical treasures, while Stasiuk sees it as a rusty storehouse of socialist industry and as a market stall stocked with imitations of Western products. While György Konrád, Czesław Miłosz, and Danilo Kiš consider it primarily a bourgeois product, for Stasiuk it is a plebeian map” (Czapliński, 2018, p. 380). The very title of the essays by Stasiuk and his Ukrainian colleague Andrukhovych – *My Europe* – indicates their distance from the geopolitical debates of the Cold War period over the proper mapping of this region, replaced by a focus on their experiences of particular borderlands. These two texts are about the “so-called Central Europe”, which not only implies the relativity of the concept, but also points to the authors’ main goal, which is to go beyond the narrow, politicized understanding of Central Europe as defined by intellectuals and dissidents, and to describe their own experienced part of the Old Continent. It is a borderland region of Galicia where both Stasiuk and Andrukhovych live (Kato, s.d., pp. 91-92).

The title also points to the imposed character of some concepts, imagined divisions of space that do not always correspond to the ways in which the inhabitants of the named places define themselves. If the spatialized identity of Central Europe is necessarily normative and geopolitically underpinned, applied by those in power to change reality, the question arises as to whether the same concept could be equally desirable among those who, instead of shaping and imposing political borders, are forced to experience their shifts in everyday life. According to Kundera “[...] Central Europe never was an intentional, desired unit. With the exception of the Hapsburg emperor, his court, and a few isolated intellectuals, no Central European desired a Central Europe” (Kundera, 1993, p. 12). The concept is imposed either by other more powerful political actors or

¹⁸ Stasiuk, “Dziennik okrętowy”, p. 134.

¹⁹ Stasiuk, “Dziennik okrętowy”, p. 102. His Europe is composed “of details, trifles, a few second-long events, reminiscent of film etudes, of flickering snippets that swirl in his head like leaves in the wind, and through these swirls of episodes shines the map and shines the landscape” (Stasiuk, “Dziennik okrętowy”, p. 134).

by the Central European nations themselves in the situations of threat and uncertainty in transitive periods such as the transition from socialism to Western liberalism (Dhand, 2018, pp. 3-4, 8-9, 11). The Polish philosopher Krzysztof Pomian emphasized the negative feature inherent in the Central European identity, understood as a community of fate born in transitive moments of crisis (immediately after the Second World War or at the beginning of the 1980s). In this respect, he referred to a short-term “identity produced by a threat” (German or Russian) and thus dependent on historical circumstances (Pomian, 1994, pp. 16-17). Le Rider also mentioned the *ex negativo* way of defining Central Europe in terms of “a community of fate in times of crisis”. He pointed to two critical historical moments when the idea of Central Europe re-emerged: the aftermath of the Second World War, when the central part of Europe came under the control of the Soviet Union, and several decades later, the 1980s, when the discussion of Central Europe was taken up by dissidents and exile writers, who in this respect followed earlier debates on this idea (1933-1945) among emigrants from the region. Consequently, the Central European identity is ephemeral because it depends on a sense of threat. When insecurity and threat disappear, so does this identity (Le Rider, 2000, p. 15).

The above-mentioned unwanted and imposed dimension of the geopolitical legacy of the concept of Central Europe was rejected by Stasiuk, who remarked that “Mitteleuropa” did not correspond to his Central Europe, because “it was only the envoy of the hyperreal West”.²⁰ This rejection sheds some light on another dimension of the term; its geopoetic, experienced side, expressed in the literary images of Stasiuk, Andrukhovych and other contemporary Central European writers. They are not interested in the regional identity, but in their self-identifications with particular places imbued with different layers of time. The peripheral character of Central Europe is embraced and cherished by Stasiuk, who claims that instead of catching up with the West – a goal that has dominated geopolitical debates on this region and is related to its identification with the periphery as a complex – Central Europe should become a distorted mirror of the West reflecting its image as a parody (Stasiuk, 2021, p. 65).²¹ Central Europe identified with the South and the Balkans as a subconscious of the Old Continent – its ‘id’ can remind the Western countries of their suppressed fears, if only their inhabitants dare to look into the depths of Central European “dark well”. This gaze could be very disconcerting, because uprooting from the conceptual and existential old tracks taken for granted (Stasiuk, 2004, p. 119).

In Stasiuk’s writings, there is a clear shift from the desirable images of the region’s future (integration into the EU) to the echoes of the past reverberating during his travels; from the will to assimilate to a sense of “double-distinctiveness” (from both Germany and Russia); from the westward orientation to the southeast and the moving of the centre downward – closer to the Balkans (Czapliński, 2018, pp. 379-380; Tomaszewska, 2014, pp. 61-67).²² Stasiuk’s preferred southward direction becomes an escape from the political geography that imposes on the individual the horizontal confinement between

²⁰ Stasiuk, “Dziennik okrętowy”, p. 152.

²¹ As Marszałek remarked: “From the standpoint of postcolonial theories, Stasiuk effectuates a specific self-orientation of East-Central Europe as a post-imperial (post-Soviet) province subjected to the dominance of a Western European centre.” Marszałek, *Alternative Cartographies* (Andrzej Stasiuk), p. 427.

²² Stasiuk’s “private map brought a significant correction in transferring the centre downward” (Czapliński, *Shifting Sands*, p. 379).

the West and the East.²³ This state of in-betweenness resembles a life on “a floating island” or on a “ship subject to the currents and winds of the East-West and *vice versa*”. To be a Central European, then, is “to live between the East, which never existed, and the West, which existed excessively”.²⁴ The East, identified with the abundance of space, is in fact “the antipode” of the West, characterized by the abundance of time; one is “a mirror” of the other.²⁵ In response to this confining situation, in which geography becomes “more often a trap than a shelter”,²⁶ Stasiuk’s gaze follows “the twenty-first meridian east to Greenwich and falls into the Ionian Sea somewhere near Epitallo on Peloponnese”.²⁷ The border crossing, which takes him to the southern side of the mountains, brings a certain relief to his imagination “bored with west, east, and north”.²⁸

Stasiuk’s southward travels, as Polish literary scholar Jagoda Wierzejska argues, contribute to his “myth of the South as the basis of the myth of Central Europe”, which is part of a vertical, meridional paradigm in reflecting about Europe initiated in the interwar period, in the 1930s, by other Polish writers fascinated by the Balkans. They set out southward in an attempt to re-evaluate the dominant horizontal, parallel paradigm that ‘trapped’ the Slavic nations in an unfavorable position of in-betweenness, imposing the complex of inferiority in the face of the ‘more civilized’ West and the ‘more imperial’ East. This change of paradigms, from horizontal to vertical, made it possible to create “a new version of the Slavic or, more precisely, of the Central European myth, because it was extended by the Finno-Ugric and Romance nations, and in some variants even by the Baltic nations”. First and foremost, this shift in frameworks of self-perception allowed the small nations of the central part of the Old Continent to recover from the complex of inferiority by emphasizing the uniqueness of their historical experiences.²⁹ Wierzejska claims that Stasiuk continues and rewrites this vertical tradition of defining Central Europe. His South is made up of lesser known and more peripheral small towns, villages in countries overlooked by his predecessors-travellers, namely Bosnia, Romania or Albania. He brings the Mediterranean myth closer to the Black Sea and the Danube. Moreover, in his writings, a certain idealization is always overshadowed by the dark side of the conflictual character of the Balkans. Another important component of his idea of South/Central Europe is “a specific vision of the destruction of the creations of civilization and culture. According to the writer, this destruction is a distinctive feature of Central Europe, full of traces and ruins” (Wierzejska, 2012, pp. 73-77, 79-80).

²³ Stasiuk, “Dziennik okrętowy”, p. 134.

²⁴ Stasiuk, “Dziennik okrętowy”, p. 153.

²⁵ Stasiuk, “Dziennik okrętowy”, pp. 134, 95.

²⁶ Stasiuk, “Dziennik okrętowy”, p. 85.

²⁷ Stasiuk, “Dziennik okrętowy”, p. 142.

²⁸ Stasiuk, “Dziennik okrętowy”, pp. 96, 143. According to the writer, Romani people live beyond history, “in pure time and space”.

²⁹ As Wierzejska rightly added, the complex which derives from the horizontal paradigm also gave way to recompensating acts in the form of messianic laic and religious ideas not devoid of martyrological elements and sacralisation of sacrifice. Messianism became a source of moral superiority in relation to both Western materiality, secularisation, spiritual degeneration and Russian tyranny. The Romani people came from these southern parts of Europe, idealized by Stasiuk for their nomadism, which reminds us of the transience and randomness of life (p. 145).

At the same time, as the Polish literary scholar Grażyna B. Tomaszewska argues, Stasiuk's image of Central Europe built upon the myth of the South can be understood as a reinterpretation of the romantic myth of the North. The latter is founded on the distinctions between barbarism and civilization, disorder and harmony, between ruins as traces of the burden of the discontinuous history and great monuments as evidence of long tradition, between authenticity nourished by feelings of instability, uncertainty and falsity accompanied by security. While the authentic side would define the northern part of Europe, falsehood would remain in the South (Tomaszewska, 2014, pp. 61-62). In this line of interpretation, an interesting shift in the coordinates of the region emerges. Central Europe, once understood "horizontally" as an intermediate sphere between the West and the East and identified with the cultural heritage of the West, is now framed "vertically" between the North and the South in the form of a sensuous landscape, lifeworld, or state of being. Southward journeys would move Central Europe in the northern direction. The South thus serves as a new mirror in which Central European writers can find a reflection that echoes a romantic myth of the North.

Another way of conceptualizing Central Europe, which hints at the perspective of geopoetics based on the individual sensual experience of everyday life, refers to the ephemeral meteorological phenomena. Stasiuk also reflects on this motif. Referring to Kroutvor, he mentions both "mythography and meteorology" (Stasiuk, 2021, p. 13) that could describe Central Europe. "When one day everything falls apart, when everything fails, there will still remain ties of temperature, community of meteorology".³⁰ Only meteorological statements describing this region seem to be neutral, impartial, and free of the normative, ambiguous meanings inherent in the geopolitical tradition of this concept. For the Austrian writer Peter Handke, Central Europe could only be defined by weather conditions. Meteorology instead of ideology? Far from the normative meanings, meteorological phenomena, which by their very nature transcend state borders and political divisions, could be for some Central European intellectuals and dissidents a form of compensation for an ideologically shaped life during the Cold War. Moreover, common meteorological phenomena transgress not only spatial borders but also temporal boundaries. Consequently, in addition to a certain sense of freedom from the Soviet confinement, they could also bring about a temporal displacement, diverting one's attention from the present moment to its overwhelming shadow of the past or desirable future.

The Slovenian writer Drago Jančar, in one of his essays, mentioned a moment when he experienced Central Europe in an "exclusively meteorological way", namely when he visited one of the Istrian villages, Opertalj, once inhabited by 500 people, although in the 1970s there were only 17 inhabitants. The mass exodus from the village, as from other places in Istria and in the multiethnic borderlands of Central Europe, was provoked by a change of the borders, which meant a sudden and brutal interference of politics in the everyday lives of the people. The life trajectories became entangled in the whirls of history or were cut short under its blast. However, what remained unchanged in this village and at that time was a strong and cold wind called 'bora', which comes from the north-east and is very often present in the karstic Istrian landscape. As it swept through

³⁰ Stasiuk, "Dziennik okrętowy", p. 114.

the empty streets of the village and embraced the abandoned houses, the bora in Jančar intensified a sense of melancholy (“bittersweet sadness”). The strong wind stimulated memories and hypothetical ways of thinking, rich in images of possible events that could have happened in everyday life in certain places and at certain times.

Meteorological phenomena can intensify not only melancholy but also hope. Thus, meteorological Central Europe is not only an immersion in the past, but also an orientation towards the future. In its negation of national borders, it can feed a utopian image of the borderless region, and consequently, increase the need to cross these artificial boundaries in search of a different, better life. Stasiuk described a storm crossing the Hungarian border as “a cosmopolitan utopia” (Stasiuk, 2021, p. 9), but one that very often becomes unrealizable on a human level. In this regard, Jančar tells the tragic story of a family’s failed attempt to cross the Mura River on the Yugoslav-Austrian border (Jančar, 1999, pp. 33, 35-37). Meteorological Central Europe during the Cold War was therefore very often only an illusion of relief from a political burden and an ideological confinement.

IV. Conclusion

Conceptual attempts to ‘map’ Central Europe have always provoked much debate and controversy. In the 1960s, Karel Kosík, the Czech philosopher, engaged in the dissident movement, defined this region as “a space in dispute and the space of a dispute – a dispute over what this space really is” (Kosik, 1995, p. 153). Dhand used the words like ‘fight’, ‘battle’, ‘argument’, ‘struggling’ and ‘competing schemes’ to describe the long discussion over what this region has meant to different political actors. Central Europe implies a struggle between political interests and intellectual ideas, between actors who forcefully project their visions of Central Europe (German *Mitteleuropa*) and oppose such imposed concepts (the cultural “kidnapped West” of the dissidents politically imprisoned in the East). Therefore, as Dhand rightly noted “Central Europe is as often forged with the sword as it is with the pen” (Dhand, 2018: preface, X, 7). However, the conflictual dimension of this idea provokes not only public debates among politicians and intellectuals, but also penetrates deeper into the individual experience and influences mechanisms of self-identification. Thus, “the battle for Central Europe” also denotes “a clash of various Selves and Others, which will fight for the definition of regional identity” (Dhand, 2018: preface, X, 12), but also for the reconfiguration of self-identification in relation to different forms of cultural otherness. In order to shed light on this individual, phenomenological side of Central Europe, a different non-geopolitical perspective is necessary, which can be found in literature.

The shift from un/desirable regional identity to individual self-identifications introduces a different model of mapping Central Europe, founded on the perception of time, historical experience, and thus also on individual, narrative reconfigurations of the self. On the one hand, there are concepts of Central Europe that emphasize continuities, linear time, and definitions in positive, very often normative terms (what Central Europe is or should be). On the other hand, the second model of conceptualizing the region underscores ruptures, relativity, polysemy and unintentionality, giving way to definitions

in negative terms such as absence or difference. Less normative and less explicitly linked with political circumstances, they emphasize the role of individual everyday experience in mapping Central Europe. Rather than cultural affinities and the identity of the region as a whole, geopoetics brings to the fore Central European ways of being and the sensual experiences of concrete places.

The geopoetic horizon of self-understanding stems from an undesirable *status quo* in the spatial sense of an imposed spatialized identity (Central Europe) and in the temporal sense of an ideologized historical context. Uninformed by a political, future-oriented agenda that entails an active engagement with the political reality of the here and now, geopoetics directs the self inward, both backward and forward in time (diaristic, Husserlian temporality). Interwoven with travel, exile, and life writing, geopoetics implies a certain transgression, changeability, and search for being elsewhere (a hypothetical way of being). The writers at the center of this paper, who follow the path of geopoetics, are not interested in the regional identity. They are first and foremost absorbed by their self-identifications, expressed in literary worlds and shaped in connection with changing places – destinations of their numerous travels.

In this context, the geopoetics functions as a counterpoint to modernity and the geopoetic Central European condition as an alternative to modern, twentieth-century Central Europe understood as a laboratory³¹ of ideologies in which history, idealized as an object of philosophical reflections ('isms'), was tested. Far from directly intervening in external affairs to transform them, the geopoetics would rather advocate an internal narrative reformulation of the self *vis-à-vis* the time of history and space (spatialized identity). The geopoetic response encourages retreat and the mitigation of possible dissonances between the world and the self through travel and artistic creation.

Bibliography

- Anderson, B. (2006). *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London, New York: Verso.
- Andruchovych, Y. & Stasiuk, A. (2007). *Moja Europa. Dwa eseje o Europie zwanej Środkową*. Wołowiec: Czarne.
- Bakhtin, M. M. (1994). *The Dialogic Imagination: Four Essays*. Translated by Michael Holquist & Caryl Emerson, edited by Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981, pp. 182-187. In *The Bakhtin Reader. Selected Writings of Bakhtin, Medvedev, Voloshinov*. Edited by Pam Morris. London: Arnold Publishers.

³¹ The metaphor of the laboratory seems to have permeated the historiography of East Central Europe. As Wandycz remarked: "At times East Central Europe has resembled a laboratory in which various systems are being tested. Adam Ulam called the region in the post-Second World War era a 'laboratory of neo-imperialism.' In the early 1980s, Poland was described as a laboratory for political change" (Wandycz, 2001, p. 9). Political scientist Barbara J. Falk makes a similar argument stating that "East-Central Europe was and remains a laboratory for all the political and economic experiments and disasters of the twentieth century" (Falk, 2003, p. 4. See also Stobiecki (2020, pp. 289-290).

- Cobel-Tokarska, M. (2013). Europa Środkowa – dawne i nowe znaczenia. In: *Krótkie wykłady z socjologii*. Edited by Tatiana Kanasz, Elżbieta Tarkowska & Anna Firkowska-Mankiewicz, pp. 172-192. Warszawa: APS.
- Czapliński, P. (2018). Shifting Sands: History of Polish Prose, 1945-2015. In: *Being Poland: A New History of Polish Literature and Culture since 1918*. Edited by Tamara Trojanowska, Joanna Niżyńska, Przemysław Czapliński & Agnieszka Polakowska (pp. 372-406). Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press.
- Czermińska, M. (2014). Autobiographical Sites. A Proposition Within Geopoetics. Translated by Jan Szelagiewicz, *Teksty Drugie: teoria literatury, krytyka, interpretacja*, 2, 55-74.
- Dhand, O. (2018). *The Idea of Central Europe. Geopolitics, Culture and Regional Identity*. London, New York: Bloomsbury Publishing.
- Dutka, E. (2014). Heterotopie: o twórczości Andrzeja Stasiuka. In *Skład osobowy: szkice o prozaikach współczesnych*, vol. 1 (pp. 437-466). Edited by Agnieszka Nęcka, Dariusz Nowacki & Jolanta Pastarska. Katowice: Wydawnictwo Uniwersytetu Śląskiego.
- Dziamiński, G. (2007). Hybrydyczna tożsamość Europy Środkowej po 1989 roku. In: *Dylematy wielokulturowości* (pp. 163-176), edited by Wojciech Kalaga. Kraków: Universitas.
- Falk, B. J. (2003). *The Dilemmas of Dissidence in East-Central Europe: Citizen Intellectuals and Philosopher-Kings*. Budapest, New York: Central European University Press.
- Foucault, M. (2005). *Inne przestrzenie*. Translated by A. Rejniak-Majewska. *Teksty Drugie*, 6, 117-125.
- Jančar, D. (1999). Srednja Evropa med meteorologijo in utopijo (1987). In: *Konec tisočletja, račun stoletja* (pp. 32-37), by D. Jančar. Ljubljana: Mladinska knjiga.
- Jergović, M. (2018). *On mythical identities of mythical countries*. A conversation with Miljenko Jergović, a Balkan writer. Interviewer: Aleksandra Wojtaszek. Retrieved 20 January 2023 from: <https://neweasterneurope.eu/2018/04/26/mythical-identities-mythical-countries/>
- Kanasz, T. (2021). Emocje w kontekście podróży literackich Andrzeja Stasiuka na Wschód: smutek, strach, nostalgia. *Zoon Politikon*, 12, 1-28.
- Kato, A. (s.d.). *Rewriting Europe: The Central Europe of Yuri Andrukhovych and Andrzej Stasiuk* (pp. 91-102). Retrieved 30 March 2023 from: https://srch.slav.hokudai.ac.jp/coe21/publish/no30_ses/p91-102.pdf; also available in: https://www.academia.edu/49043836/Rewriting_Europe_The_Central_Europe_of_Yuri_Andrukhovych_and_Andrzej_Stasiuk
- Kiss, C. G. (1989). Central European Writers on Central Europe. In: *In Search of Central Europe* (pp. 125-136). Edited by George Schöppflin & Nancy Wood. Cambridge: Polity in Association with Basil Blackwell.
- Kiš, D. (1987). Variations on the Theme of Central Europe. *Cross Currents: A Yearbook of Central European Culture*, 6. Retrieved 29 March 2023 from: <https://quod.lib.umich.edu/c/crossc/anw0935.1987.001/13:42?page=root;size=100;view=text;q1=Kis%2C+Danilo>
- Kosik, K. (1995). *The Crisis of Modernity. Essays and Observations from the 1968 Era*. Edited by James H. Satterwhite. Lanham Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Kroutvor, J. (1990). *Potíže s dějinami: eseje*. Prague: Prostor.
- Kundera, M. (1993). Three Contexts of Art: From Nation to World. Translated by Peter Kussi, *Cross Currents: A Yearbook of Central European Culture*, 12, 5-14.

- Kundera, M. (1984). Zachód porwany albo tragedia Europy Środkowej. *Zeszyty Literackie*, 5, 14-31.
- Labov, J. (2019). *Transatlantic Central Europe. Contesting Geography and Redefining Culture beyond the Nation*. Budapest-New York: Central European University Press.
- Le Rider, J. (2000). *Mitteleuropa: Posición histórica de Alemania en la Europa Central*. Barcelona: Idea Books.
- Makłowicz, R. (2021). *Café Museum*. Kraków: Wysoki Zamek, e-book.
- Márai, S. (2019). *Dziennik 1967-1976*, vol. 4. Translated, edited and annotated by Teresa Worowska, Warszawa: Czytelnik.
- Márai, S. (2001). *Tagebücher 1943-1944*. Translated by Christian Polzin. Berlin: Oberbaum.
- Márai, S. (2005) *Wyznania patrycjusza*. Translated by Teresa Worowska. Warszawa: Czytelnik.
- Marszałek, M. (2018). Alternative Categories (Andrzej Stasiuk). In: *Being Poland: A New History of Polish Literature and Culture since 1918*. Edited by Tamara Trojanowska, Joanna Niżyńska, Przemysław Czapliński & Agnieszka Polakowska (pp. 423-427). Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press.
- Podraza, A. (2002). Co należy rozumieć pod pojęciem Europa Środkowa na przełomie XX i XXI wieku. In: *Europa Środkowa – nowy wymiar dziedzictwa*. Materiały międzynarodowej konferencji zorganizowanej w dniach 1-2 czerwca 2001 (pp. 23-28). Edited by Jacek Purchla. Kraków: Międzynarodowe Centrum Kultury.
- Pomian, K. (1994). L'Europe centrale: essais de definition. Conversation avec Krzysztof Pomian (16 mars 1993). *Revue germanique internationale* [online], 1, 11-23. Retrieved 30 March 2023 from: <https://journals.openedition.org/rgi/420>
- Raabe, K. & Sznajderman, M. (editors) (2015). *Znikająca Europa*. Wołowiec: Czarne.
- Rupnik, J. (1990). *L'autre Europe. Crise et fin du communisme*. Paris: Odile Jacob.
- Rybicka, E. (2014). *Geopoetyka. Przestrzeń i miejsce we współczesnych teoriach i praktykach literackich*. Kraków: Universitas.
- Said, E. W. (2003). *Orientalism*. London: Penguin Books.
- Škrabec, S. (2013). *Geografia wyobrażona. Koncepcja Europy Środkowej w XX wieku*. Translated by Rozalya Sasor. Kraków: Międzynarodowe Centrum Kultury.
- Stasiuk, A. (2021). *Fado*, translated by Jana Unuk. Ljubljana: Cankarjeva založba.
- Stasiuk, A. (2004). *Jadąc do Babadag*. Wołowiec: Czarne.
- Stobiecki, R. (2020). "Europa Środkowa/Europa Środkowo-Wschodnia z perspektywy historii wyobrażonej. Między historią, geografią a literaturą", *Dzieje Najnowsze*, 1(52), pp. 273-300.
- Todorova, M. (2009). *Imagining the Balkans*. New York: Oxford University Press.
- Tomaszewska, G. B. (2014). Opukiwanie Niewiadomej. Reinterpretacje romantycznego mitu północy w 'Mojej Europie' Jurija Andruchowycza i Andrzeja Stasiuka. In: *Literary Process: Methodology, Names, Trends*, 4, 61-67.
- Trávníček, J. (2009). *V kleštích dějin. Střední Evropa jako pojem a problem*. Brno: Host.
- Velikonja, M. (1995). Mitologija Srednje Evrope, *Civilizacija Kultov. Časopis za kritiko znanosti, domišljijo in novo antropologijo*, 176(23), 27-43.
- Wandycz, P. S. (2001). *The Price of Freedom. A History of East Central Europe from the Middle Ages to the present*. London and New York: Routledge.

- White, K. (s.d.). "What is Geopoetics?" Retrieved 12 March 2023 from: <http://www.geopoetics.org.uk/what-is-geopoetics/>.
- White, K. (s.d.). "An Outline of Geopoetics". Retrieved 10 December 2023 from: <http://www.institut-geopoetique.org/en/articles-en/37-an-outline-of-geopoetics>
- White, K. (2010). *Poeta kosmograf*, translated by Kazimierz Brakoniecki. Olsztyn: Wydawnictwo Biblioteczka Centrum Polsko-Francuskiego.
- Wierzejska, J. (2012). Mit Południa jako kontrapunkt dla opozycji Wschód – Zachód i podstawa mitu Europy Środkowej. *Porównania. Czasopismo poświęcone zagadnieniom komparatystyki literackiej*, 11, 71-85.
- Wolff, L. (1994). *Inventing Eastern Europe. The Map of Civilization on the Mind of the Enlightenment*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Zivkovic, Y. (2015). Between Geopolitics and Geopoetics – 'Mitteleuropa' as a Transnational Memory Discourse in Austrian and Yugoslav Postwar Literature. Ph.D. thesis, Columbia University. Retrieved 31 March 2023 from: <https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8R49Q61>

DIÁLOGOS MULTIDISCIPLINARES

MULTIDISCIPLINARY DIALOGUES

(Página deixada propositadamente em branco)

O Brasil como potência emergente no Sul Global
no novo cenário internacional: ameaças e
possibilidades diante da mudança hegemônica

Brazil as a rising power in the Global South in
the new international scenario: threats and
opportunities facing hegemonic change

Ivan Filipe Fernandes

Ivan Filipe Fernandes
Universidade Federal do ABC
ORCID: 0000-0002-4236-4393

O BRASIL COMO POTÊNCIA
EMERGENTE NO SUL GLOBAL
NO NOVO CENÁRIO INTER-
NACIONAL: AMEAÇAS E
POSSIBILIDADES DIANTE DA
MUDANÇA HEGEMÔNICA

O objetivo deste estudo é discutir as opções na política externa brasileira face às transformações do sistema internacional. Diante de um ambiente mais tenso e a posição periférica, questiona-se: deve o país escolher lados ou manter sua autonomia? Argumentamos que a ação brasileira deve retomar as heranças da sua atuação estratégica frente a contestações hegemônicas anteriores. A situação atual reduz o espaço para a ação hegemônica e abre possibilidades de rupturas, colocando o Brasil diante de uma encruzilhada. O Brasil é um membro ativo dos BRICS, portanto, parte da zona de contestação da ordem liberal; faz também parte da zona de influência americana no Hemisfério Ocidental e possui um regime democrático vigoroso, colocando-o como parte da frente Ocidental. Damos especial atenção os riscos e oportunidades nas principais parcerias do Sul Global, que contrasta com a parceria secular do Brasil com os EUA e Europa. O BRICS permite uma aproximação institucionalizada e em temas fora do campo da segurança com as potências não ocidentais, sem colocar em risco a aproximação do Brasil com o Ocidente. O nosso estudo basear-se-á numa abordagem da histórica do tempo presente das relações do Brasil com as grandes potências e nas recentes transformações do sistema internacional.

Palavras-chave: política externa brasileira; equidistância pragmática; China; Estados Unidos; autonomia.

BRAZIL AS A RISING POWER
IN THE GLOBAL SOUTH IN
THE NEW INTERNATIONAL
SCENARIO: THREATS AND
OPPORTUNITIES FACING
HEGEMONIC CHANGE

This study aims to discuss Brazil's foreign policy options given the changes in the international system. Faced with a tense environment and a peripheral position, the question arises as to whether the country should choose sides or maintain its autonomy. We argue that Brazil should continue to build on the legacy of its strategic actions in the face of past challenges to hegemony. The current situation narrows the space for hegemonic action and opens up possibilities for rupture, placing Brazil at a crossroads. Brazil is an active member of the BRICS and therefore part of the zone where the liberal order is being contested; it is also part of the zone of American influence in the Western Hemisphere and has a strong democratic regime, which makes it part of the Western front. We pay particular attention to the risks and opportunities in the main partnerships of the Global South, which contrasts with Brazil's centuries-old partnership with the US and Europe. BRICS allows for an institutionalised rapprochement with non-Western powers on non-security issues without jeopardising Brazil's rapprochement with the West. Our study is based on a contemporary historical approach to Brazil's relations with the great powers and the recent transformations in the international system.

Keywords: brazilian foreign policy; pragmatic equidistance; China; United States; autonomy.

LE BRÉSIL, UNE PUISSANCE
ÉMERGENTE DU SUD GLOBAL
DANS LE NOUVEAU SCÉNA-
RIO INTERNATIONAL: MENA-
CES ET POSSIBILITÉS FACE AU
CHANGEMENT HÉGÉMONIQUE

L'objectif de cette étude est de discuter des options de politique étrangère du Brésil face aux transformations du système international. Face à un environnement plus tendu et à une position périphérique, la question se pose : le pays doit-il choisir son camp ou maintenir son autonomie? Nous soutenons que les actions du Brésil devraient reprendre l'héritage de ses actions stratégiques face aux défis hégémoniques précédents. La situation actuelle réduit l'espace d'action hégémonique et ouvre des possibilités de rupture, plaçant ainsi le Brésil à la croisée des chemins. Le Brésil est un membre actif des BRICS et fait donc partie de la zone de contestation de l'ordre libéral ; il fait également partie de la zone d'influence américaine dans l'hémisphère occidental et dispose d'un régime démocratique vigoureux, ce qui le place dans le front occidental. Nous accordons une attention particulière aux risques et aux opportunités des principaux partenariats du Sud Global, qui contrastent avec le partenariat séculaire du Brésil avec les États-Unis et l'Europe. Les BRICS permettent un rapprochement institutionnalisé avec des puissances non occidentales sur des questions ne relevant pas du domaine de la sécurité, sans compromettre le rapprochement du Brésil avec l'Occident. Notre étude se fondera sur une approche historique actuelle des relations du Brésil avec les grandes puissances et sur les récentes transformations du système international.

Mots-clés : politique étrangère brésilienne ; équidistance pragmatique ; Chine ; États-Unis ; autonomie.

Introdução¹

O objetivo deste estudo é discutir as opções estratégicas na política externa brasileira diante das mudanças contemporâneas no sistema internacional. Num ambiente internacional mais tenso, o que resta aos países das zonas periféricas como o Brasil e que estão longe das principais zonas de conflito? Escolher lados ou resguardar sua autonomia? Sugerimos que a ação brasileira deve retomar as heranças da sua atuação estratégica em momentos anteriores de contestação do líder hegemônico no sistema internacional.

Ao longo do século XX, o Brasil se postou de maneira distinta diante das três grandes tensões que marcaram importantes questionamento da liderança hegemônica no sistema internacional, com efeitos relevantes sobre o Hemisfério Americano. Cada uma destas tensões foi marcada por ações distintas dos contestadores da disputa hegemônica na região.

No início do século XX, a resposta do Brasil à tensão da transição hegemônica entre Estados Unidos e Reino Unido foi a opção pelo líder contestador que se consolidava como potência hegemônica hemisférica e cuja geografia lhe era mais favorável (Cervo e Bueno, 2015; Jaeger e Brites, 2020).

Durante a crise dos 1930 e a contestação da ordem internacional colocada pela Alemanha nazista, o Brasil adotou uma postura dúbia entre os projetos nazifascista e liberal democrático, apostando na alternativa norte-americana apenas quando os resultados da 2ª Guerra Mundial já indicavam uma provável vitória dos aliados, deixando em aberto a possibilidade de outras respostas enquanto a Alemanha nazista se apresentava como alternativa viável (Moura, 1980; Doval, 2013). A estratégia denominada pela literatura nacional como a busca da “equidistância pragmática” foi capaz de produzir resultados econômicos significativos para o projeto de desenvolvimento da indústria nacional, com contribuições significativas tanto dos EUA quanto da Alemanha (Lochery, 2015).

Durante a Guerra Fria a opção dos diferentes governos brasileiros foi se manter dentro da esfera de influência norte-americana, tendo relações apenas cordiais com a alternativa soviética após o degelo das relações entre as duas grandes potências. Houve períodos de alinhamento automático aos EUA durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e no primeiro ciclo do regime militar (1964-1968) e outros de busca de maior autonomia, mas sem aproximação com a URSS, sobretudo durante o quadriênio de Jânio e Jango Goulart (1961-1964) e durante o governo militar de Ernesto Geisel (1974-1979).

O atual momento do sistema internacional é, outra vez, de profunda transformação geopolítica (Allison, 2015). A ascensão chinesa coloca em xeque a relativa estabilidade do sistema internacional do Pós Guerra, que se tornou ainda mais sólido com a vitória americana na Guerra Fria e a criação de uma verdadeira *Pax Americana* a partir dos anos 1990 (Fukuyama, 1992).

A *Pax Americana* foi marcada por uma ausência de tensões de segurança entre as grandes potências e um foco central das preocupações internacionais na institucionalidade econômica, consolidada na criação e ampla extensão da agenda de negociações no âmbito da Organização Mundial de Comércio. No entanto, na última década essa agenda foi paralisada com o fracasso das negociações da Rodada de Doha, enquanto os temas de

¹ Este artigo traz resultados parciais do Projeto Temático Fapesp 2010/06356-3, 2013/00445-4 e 2018/00646-1.

segurança geopolítica na Eurásia voltaram ao centro do debate internacional a partir das tensões russo-ucranianas e da contestação chinesa à presença norte-americana no Mar da China (Mearsheimer, 2018; Allison, 2017).

Pretendemos discutir, desta forma, quais são as possibilidades e riscos a serem explorados pela política externa brasileira diante desse cenário de maior transformação no eixo estruturante do sistema internacional, que coloca as temáticas econômicas e do desenvolvimento em segundo plano e retorna ao centro das atenções geopolíticas as discussões sobre segurança. Para isto, daremos atenção especial as possibilidades e riscos nas parcerias no Sul Global, novidade recente da política externa brasileira, que se contrapõe a secular parceria do Brasil com os Estados Unidos e com as potências da Europa Ocidental (Stuenkel, 2020).

Entre as diversas transformações na política externa brasileira pós redemocratização, a ambição de expansão das fronteiras diplomáticas e diversificação de parcerias foi um dos grandes desafios enfrentados (Vigevani e Cepaluni, 2007, 2016). Colocamos ênfase na dimensão das relações de cooperação com os países emergentes do BRICS, grupo composto por Brasil, Índia, China e África do Sul, mais a Rússia, diante das tensões recentes que colocam em xeque a hegemonia norte-americana com a emergência da China e o recrudescimento da política externa russa para a Europa (Fernandes e outros, 2021).

A parceria do BRICS foi uma das principais construções da geopolítica do sistema internacional dos últimos vinte anos, afetando a geometria das relações internacionais de forma geral (Vazquez, 2021). Atualmente representa o principal trunfo brasileiro na nova dinâmica tensionada da competição sino-americana, uma vez que permite uma alternativa pacífica, institucionalizada e estabelecida ao tradicional eixo ocidental da política externa nacional (Fernandes e Cardoso, 2015).

Posto isto, analisamos como a política externa brasileira na ordem democrática se coloca diante destes novos desdobramentos do sistema internacional que estimulam o aumento das tensões econômicas e ganho de escopo nos cálculos de segurança, dando principal ênfase ao papel exercido pelo BRICS na política externa brasileira, assim como aos riscos e oportunidades que surgem das tensões diplomáticas entre Estados Unidos e China. Apresentamos o cenário e os principais desafios internacionais a serem enfrentados pelo Brasil.

Na próxima seção discutimos o aumento das tensões da ordem contemporânea. Na terceira seção apresentamos o peso do BRICS na política externa brasileira e seu significado nesse novo cenário internacional. Na quarta apresentamos os eixos que estruturaram a política externa brasileira durante a *pax americana*. E, em seguida, discutimos quais são as ações, riscos e oportunidades estão abertas ao Brasil nas próximas décadas, tendo como pano de fundo as respostas feitas pelo país em outros momentos de maior tensão no sistema internacional. Por fim, na quinta e última seção finalizamos nosso argumento com breves considerações finais.

Tensões na ordem contemporânea

O mundo pós Guerra Fria é marcado por dois grandes momentos. Em primeiro lugar temos a *Pax Americana*, cujo zênite se deu no otimismo na nova ordem mundial dos anos

1990s após a queda do Muro de Berlim e antes do ataque às Torres Gêmea em 11 de setembro de 2001. E em segundo lugar, o declínio e potencial ocaso da hegemonia americana após a Grande Crise Financeira de 2008 e a consequente ascensão chinesa na década de 2010s. A Grande Recessão colocou em alerta a mudança do eixo de produção de riqueza e do poder globais e suscitou dúvidas quanto à solidez dos fundamentos econômicos e financeiros da primazia norte-americana. (Layne, 2012)².

Nos anos 1990s assistimos a euforia da *Pax Americana* quando a ordem global liberal democrática tornara-se vencedora e o único padrão legítimo de organização das relações internacionais contemporâneas, após mostrar sua capacidade econômica e geopolítica ao derrotar as visões alternativas internacionais baseadas em uma ordem nazifascista, derrotada na 2ª Guerra Mundial, e comunista, derrotada na Guerra Fria (Mearsheimer, 2018).

O credo cruzadista da *Pax Americana* postulava que todos os países combinariam, de alguma forma, um arranjo democrático liberal, orientando as suas relações econômicas por meio da economia de mercado e políticas através de modelos democráticos ou, pelo menos, com movimentos no sentido de uma maior responsividade democrática. Os países que seguissem modelos diferentes tornar-se-iam periféricos ou párias no seio desta nova ordem. Três países representariam a derrota das alternativas históricas: Cuba, Coreia do Norte e Irã, todos empobrecidos, desacreditados e com pouco espaço para articulações políticas na cena internacional.

Houve uma convicção disseminada pela comunidade internacional da vitória inconteste do modelo liberal-democrático. Fukuyama (1992) enunciou esse advento no clássico – e rapidamente questionado por fatos posteriores – “*O Fim da História*”. Nesse período, os EUA por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) tornaram-se a polícia do mundo e o veículo legitimador das variações aceitas no modelo liberal democrático. A potência norte-americana atuou como grande *paymaster* do sistema internacional, sendo o principal provedor das instituições econômicas liberais e do regime de segurança pautado na vigilância do Conselho de Segurança da ONU, contando com o apoio da China de Deng Xiaoping e Jiang Zemin e a Rússia de Boris Yeltsin.

O cenário da supremacia americana foi sintetizado institucionalmente na celebração do tratado que criou a Organização Mundial de Comércio (OMC), voltada à promoção do livre comércio em escala global e do aprofundamento da globalização econômica internacional. A OMC é em si a síntese institucional da *Pax Americana* ao ser multilateral e orientada pelo credo liberal.

Houve, inclusive, no período o florescimento de uma sociedade civil global em defesa do cânone democrático liberal, cuja grande expressão em escala global foi dada pelas manifestações em Seattle, em 1999, na reunião da OMC (Taylor, 2004). A crítica à globalização econômica não estava na busca de uma alternativa sistêmica ao modelo democrático liberal, mas sim no seu aprofundamento por meio da superação de suas falhas para a incorporação das massas empobrecidas e da busca de novos modelos demo-

² Há uma considerável perda de espaço da nação norte-americana na atual conjuntura. Contudo, ainda não é possível garantir que este processo seja irreversível. Em outras conjunturas difíceis, o sistema político-econômico norte-americano foi capaz de se renovar e encontrar alternativas, se reposicionando como líder incontestado do sistema internacional, tal com o ocorrido na crise do capitalismo dos anos 1970s e a resposta americana à ascensão japonesa. No entanto, nenhuma das tensões anteriores se compara ao choque geopolítico representado pela ascensão chinesa, que, como Allison (2015) interpreta, é o maior *player* da história da humanidade.

cráticos que aprofundassem a capacidade de resposta às expectativas populares, bem como a ampliação dos limites institucionais contra a arbitrariedade dos governantes no poder (Murphy, 2004).

Não havia espaço para alternativas autoritárias relevantes ao modelo democrático liberal. Justo o contrário, as manifestações atacavam as falhas e contradições das democracias representativas reais e da globalização neoliberal em relação à responsividade à sociedade, buscando promover e garantir limites críveis aos governantes de plantão em prol da proteção de minorias e vulneráveis.

Três décadas após o fim da Guerra Fria, o cenário internacional é completamente diferente da previsão de Fukuyama (1992) e do otimismo dos 1990s. A economia americana perdeu espaço e dinamismo, enquanto a preponderância da Ásia tornou-se um fato concreto e inescapável da geoeconomia mundial (Narlikar e Kumar, 2004). Os EUA não são mais o motor industrial do sistema capitalista. O principal parceiro comercial da maioria dos países é a China, inclusive na América Latina, que por muito tempo foi considerada o quintal geopolítico norte-americano (Gallagher, 2016).

A Rússia voltou também a ser um ator importante, recuperando parte de seu prestígio de outrora, ainda que em um modo frágil e sem capacidade de ação além de sua fronteira imediata e boa parte deste capital político obtido no sistema internacional tenha sido desperdiçado com a problemática invasão do território ucraniano e o colapso de suas forças militares. Embora não mais seja um eixo estruturante do sistema, sua estratégia externa tem sido organizada no sentido de estabelecer um contraponto espiritual à estabilidade do eixo central do modelo democrático liberal no Atlântico Norte (Dugin, 2012). Além disto, há evidências que indicam capacidade de intervir de maneira subterrânea nos processos democráticos do Atlântico Norte e na América do Sul, afetando os processos eleitorais por meio da participação massiva nas campanhas digitais (Snyder, 2019).

A primeira década do século XXI foi assim marcada pelo início de uma ascensão econômica de potências do Sul Global, especificamente a China e, em parte, a Índia, com trajetórias de desenvolvimento econômico distintas do modelo liberal – democrático e com consequências políticas em escala global (Han e Paul, 2020). Com o exponencial crescimento chinês, a hegemonia estadunidense passou a ser fortemente questionada (Petras e Veltmeyer, 2009; Reich e Lebow, 2014).

Diferente da disputa com os soviéticos, o cenário da política internacional contemporânea apresenta uma rivalidade distinta. O contexto atual não enfrenta apenas superpotências com arsenais nucleares, mas sim atores com capacidades tecnológicas e competitivas que estão em pé de igualdade ou, em alguns casos, até em desvantagem em relação à principal potência liberal democrática (Kaska, Beckvard e Minarik, 2019). Na virada do século XXI, a China tornou-se a principal potência emergente e motor do desenvolvimento mundial. Um indicativo claro desse fenômeno foi o aumento exponencial da demanda chinesa por importações e insumos, impactando a economia global de maneira intensa e profunda (Callahan, 2005).

A ascensão econômica chinesa ao longo do século XXI trouxe à tona demandas por alterações significativas na arquitetura político-institucional do sistema internacional, mas sem a sua substituição ou eliminação. Ao contrário de momentos históricos em que foram instituídos novos arranjos globais, como no Congresso de Viena em 1815, o Tratado de Versailles em 1919, ou mesmo os Acordos de Bretton–Woods em 1941, o que

se percebe na atual estratégia chinesa é uma busca por adaptação incremental e não repactuação radical da institucionalidade internacional. Essa adaptação incremental é lenta e gradual à lógica econômica multi ou bipolar que emerge com sua ascensão.

Nas instituições de segurança, a China está bem posicionada no sistema internacional, pois tem poder de veto no Conselho de Segurança da ONU. Por motivos relacionados à estratégia americana frente à União Soviética, a China substituiu Taiwan como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU na década de 1970. Assim, ela foi colocada como uma grande potência nas instituições de segurança internacional antes de se tornar um meteoro econômico. O principal domínio substantivo que está sendo pressionado pelo surgimento da China é a joia da coroa da *Pax Americana*: a OMC. A China tem adotado e aceitado as regras da e decisões, mesmo quando contrárias aos seus interesses. O sistema da OMC está agora sendo fortemente desestabilizado devido à estratégia americana e não à chinesa.

Ao cooperar dentro dos regimes internacionais, a potência asiática demonstra sua capacidade de socialização e de adesão à institucionalidade estabelecida. O modelo de ação deixa claro que o país emergente compartilhar interesses com outras potências e se compromete a jogar conforme as regras, tornando-se uma potência responsável em ascensão (Carletti, 2013; Foot, 2010). Sua estratégia de ascensão pacífica implica na aceitação desta institucionalidade internacional, do uso dos instrumentos econômicos para alavancagem de poder e da lenta e paciente espera pela readaptação dos regimes ao novo marco de distribuição de poder econômico, sendo coloca-los em xeque (Glaser e Medeiros, 2007).

Dentro desta estratégia a adesão da China à OMC em 2001 evidencia parte do seu plano para ampliar sua capacidade de influenciar as diretrizes dos regimes econômicos. Adicionalmente, busca expandir sua atuação na Ásia, África e América Latina ao estabelecer laços econômicos renovados com o Sul Global. As corporações chinesas emergem como opções competitivas frente às grandes empresas estabelecidas no Atlântico Norte. Contudo a partir da crise da pandemia de COVID-19, as tensões voltaram a florescer no sistema internacional com a invasão russa à Ucrânia e ao aumento das tensões entre Estados Unidos e China no Estreito de Taiwan e no Mar da China³.

Os BRICS na política externa brasileira

A ascensão dos BRICS remete ao potencial ocaso da ordem liberal democrática com a mudança do eixo do sistema internacional do Atlântico Norte para o Pacífico. A crescente relevância do grupo foi consequência do acelerado desenvolvimento e crescimento econômico das potências emergentes, obviamente puxadas pelo extraordinário cresci-

³ Como postulado por Allison (2017), a ascensão chinesa representa o surgimento do maior player geopolítico da história das relações internacionais. Com seu peso populacional, é nítido o desequilíbrio entre a China e qualquer outro país do sistema internacional, salvo à potência demográfica indiana. Desta feita, com o aumento do dinamismo econômico chinês e a cada vez menos provável resolução pacífica das tensões no Mar da China entre EUA e China. O sistema internacional, portanto, entra em um estado de vigilância intensificado. O agravamento das tensões é palpável, especialmente com a mudança estratégica da China em querer exercer maior controle sobre o Mar da China e seu empenho em limitar a presença militar americana nas adjacências de seu território.

mento chinês, seguido de seu vizinho indiano. A transformação da sigla BRICS de um termo de investimento em um nome familiar da política internacional e, mais recentemente, em uma aliança política semi-institucionalizada (chamado BRICS, com um “S” maiúsculo após a inclusão da África do Sul), tornou-se um dos desenvolvimentos mais relevantes na política internacional nas duas primeiras décadas do século XXI (Stuenkel, 2017).

Dentro deste contexto, os países dos BRICS buscaram uma maior projeção internacional do grupo no âmbito ampliação da governança econômica global. O histórico da formação da coalizão e o grau de convergência no sistema internacional é analisado em detalhes por Fernandes e Cardoso (2015). A temática de reforma das instituições de governança econômica global ganhou força no grupo na cúpula de Ecaterimburgo (Rússia), 2009. A pauta principal e unificadora da agenda dos BRICS é uma demanda por maior participação nas instituições internacionais, com a inclusão dos países do Sul – liderados pelos próprios BRICS – nos principais fóruns de debate e reorganização da arquitetura das instituições econômicas internacionais.

A grande crise financeira de 2008 nos Estados Unidos foi um elemento-chave para fortalecer a narrativa da multipolarização. A diminuição do peso relativo das economias do G7 e ascensão dos emergentes demonstrou que a distribuição de poder dentro das instituições de governança econômica e financeira estava defasada e precisava de uma reforma (Ruppelt e outros, 2018). A crise financeira proporcionou uma oportunidade única dos emergentes unirem-se em defesa da reforma da ordem financeira internacional, demonstrando a insatisfação com o ordenamento dos poderes no sistema econômico internacional e a demanda por reformas. A demanda de revisão da estrutura econômica e política global que não era imaginável no imediato pós-Guerra Fria. O peso do G-20 financeiro como principal fórum econômico mundial reflete esta alteração (Stuenkel, 2017)⁴.

A ordem liberal democrática capitalista é ainda hoje baseada nas instituições de Bretton Woods. Entre estas instituições, apontamos o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a governança sobre o comércio internacional no sistema GATT/OMC. Nos três casos, a participação das potências emergentes do Sul Global é extremamente defasado em relação à nova ordem geoeconômica, sendo de interesse das potências emergentes a repactuação e revisão do modelo (Garcia, 2016).

A cooperação intra-BRICS continua sendo um processo impulsionado pela “socialização das elites dentro dos governos”. Embora a cooperação intra-BRICS esteja fortemente ligada à questão da crise financeira internacional, ela se expandiu para outras áreas devido aos efeitos de construção de confiança entre as burocracias governamentais dos BRICS. As estruturas de cooperação em educação, ciência e tecnologia e defesa. Essa institucionalização, entretanto, não altera a natureza jurídica do BRICS. Ele continua sendo um arranjo institucional informal (Bijos e Guilhon, 2014).

⁴ A ação de maior relevância internacional pelos membros do grupo foi a formação do G-20 global, com objetivo de alterar a governança com a ampliação do fórum de decisões sobre a arquitetura econômica global. Ao grupo interessaria constituir uma arquitetura que refletisse o maior crescimento e riqueza acumulada fora do mundo ocidental. A falta de coesão interna desafia agendas mais ambiciosas.

Surpreendentemente, os BRICS adotaram uma posição unificada durante uma reunião em março de 2014 à margem da Cúpula de Segurança Nuclear em Haia. Os ministros das relações exteriores do BRICS se opuseram às restrições à participação da Rússia na Cúpula do G20 na Austrália em novembro de 2014, contornando a pressão das potências ocidentais contra a anexação da Crimeia (Stuenkel, 2020).

Uma iniciativa que corrobora esse potencial de transformação é a criação do Banco do BRICS. Ela ilustra a capacidade de cooperação de seus membros para além do momento inicial. O Novo Banco de Desenvolvimento está configurado para promover maior cooperação financeira e de desenvolvimento entre os cinco parceiros emergentes e, no longo prazo, uma alternativa às instituições de Bretton Woods (Junior e Figueira, 2014). A criação do Banco do BRICS é um passo importante na tentativa do grupo de expandir seu poder e influência geopolíticos. O Banco assume ter como objetivo mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e a promoção do desenvolvimento nos países do grupo e em outros países emergentes para complementar o trabalho existente das instituições financeiras multilaterais, representadas principalmente pelo FMI e pelo Banco Mundial. Mais uma vez, a estratégia é orientada por uma transformação das instituições do sistema internacional por meio de uma abordagem incremental, sem defender uma ruptura radical.

Há também uma preocupação em fornecer recursos às economias emergentes para atender às próprias necessidades e condições do grupo, em oposição aos modelos definidos externamente pelas instituições de Bretton Woods. O foco no financiamento de infraestrutura, considerado um obstáculo ao crescimento dos BRICS e de outros países emergentes, demonstra um novo modelo de cooperação em potencial. Considerando a atenção às condições dos países emergentes e a ênfase nos investimentos em infra-estrutura sem fortes condicionalidades, fica claro como o Banco concentra seus esforços na criação de uma opção de financiamento alternativa ao FMI e ao Banco Mundial e, consequentemente, no aumento da influência dos BRICS em nível global (Deus e outros, 2019).

A ascensão de novas potências fora do eixo do Atlântico Norte, especialmente à China, representa uma mudança no paradigma geopolítico e à própria ordem democrática. A China é uma grande competidora e desafiadora da hegemonia norte-americana, ainda que sua ascensão tenha sido, até o momento pacífica e ordeira. Sua estratégia vislumbra ações dentro da ordem internacional estabelecida por meio da construção de parcerias com novos atores que possuem legitimidade na demanda por reformas no sistema internacional (Han e Paul, 2020).

O sucesso da alternativa BRICS só é possível graças a circunstância geopolítica especial de expansão ordeira e pacífica chinesa. O projeto BRICS reflete de maneira clara a opção chinesa de buscar dentro da ordem internacional os espaços para mudanças que deem maior proeminência ao país asiático nas decisões sobre a política internacional, sem produzir tensões militares que possam escalar em curto ou médio prazo.

Tal situação é facilitada por duas características da situação chinesa no cenário internacional. De um lado, a China já ocupa posição especial nos principais fóruns de discussão dos temas de Segurança Internacional na geopolítica global. Isto acontece pois

a China continental desde a década de 1970 é membro permanente e com poder de veto no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS-ONU). Por decisões políticas norte-americanas que remontam à competição russo-americana da Guerra Fria, o então presidente Richard Nixon aproximou-se da China maoísta para fraturar a alternativa socialista-soviética.

O processo contemporâneo de ascensão chinesa seria muito mais turbulento caso ocorresse em um ambiente institucional no qual a China não ocupasse um papel especial no cenário internacional e Taiwan, a China insular, ainda fosse o representante do país mais populoso do mundo na ONU. A potência asiática não precisa demandar de maneira urgente mudanças nas instituições no regime internacional de segurança. Ela já possui o mesmo *status* institucional das grandes potências, sendo necessário apenas a aplicação do seu poder de persuasão para garantir que as decisões do CS-ONU sejam mais favoráveis aos seus interesses (Wuthnow, 2012).

O principal campo de atuação dos BRICS, desta forma, remonta ao esforço chinês de construir uma agenda de mudanças nas instituições da ordem econômica, das quais a participação chinesa é menos privilegiada do que nas instituições de segurança. Nas primeiras duas décadas do século XXI, o BRICS atuou na defesa do fortalecimento do multilateralismo e a reforma das instituições de cooperação econômica. Até hoje as questões de segurança não são eixo relevante nas intermediações entre os países dos BRICS.

As cúpulas globais não podem mais reivindicar legitimidade e inclusão sem convidar o Brasil, a Rússia, a Índia e a China (Cooper e Flemes, 2013). A transição do G8 para o G20 é um dos símbolos mais poderosos dessa mudança em direção a uma ordem mais multipolar. Há um consenso crescente de que os países emergentes como o Brasil, a Índia e a China são indispensáveis para o desenvolvimento de soluções significativas (Liping, 2001).

Entretanto, apesar das enormes oportunidades, o BRICS apresenta desafios para a geopolítica global e para a política externa brasileira. Em primeiro lugar, o tema da democracia é um calcanhar de Aquiles. Enquanto a África do Sul, o Brasil e a Índia são democracias vibrantes do Sul Global, a Rússia é um regime autoritário eleitoral e o sistema chinês rejeita a organização democrática ocidental. Em segundo lugar, apesar de ser amplamente divulgada como a ação de política externa mais audaciosa do Brasil, a troca comercial com a China, o principal parceiro do BRICS, é uma troca qualitativamente semelhante com as trocas Norte-Sul. O Brasil exporta commodities agrícolas e minerais enquanto importa produtos manufaturados de tecnologia intensiva e de maior valor agregado.

A política externa brasileira na *Pax Americana*

Desde o processo de democratização, as mudanças internas afetaram a configuração da política externa. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a política externa tornou-se uma atividade com maior peso. Cardoso e seu sucessor, Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), buscaram ativar uma estratégia de maior participação do governo brasileiro em fóruns internacionais, aumentando o grau de interesse da sociedade brasileira em assuntos externos. No entanto, apesar de terem adotado um perfil mais ativo, com forte mobilização da diplomacia presidencial, a postura de cada

um apresentou especificidades importantes que retornam aos grandes debates da política externa brasileira – PEB (Fernandes, 2021).

Além das mudanças no sistema internacional, do fim da Guerra Fria e do avanço da globalização, a década de 1990 registrou duas grandes transformações na sociedade brasileira que alteraram profundamente o ambiente para a elaboração do PEB. A primeira é o próprio processo de democratização. A segunda é a superação do modelo de desenvolvimento cepalino, baseado em forte intervenção o Estado na criação de um sistema econômico relativamente autárquico, com a adoção de uma atitude mais aberta em relação à economia mundial.

A China se torna nesse período, especialmente após os anos 2000, um ativo importante para o sucesso da mudança do modelo econômico com a criação de uma década de bonança na América Latina com o boom chinês (Gallagher, 2016). Como resultado dessa concatenação de mudanças, o Brasil tem uma participação ativa como negociador e não só como ponto de veto no sistema de internacional de comércio com maior participação nas negociações multilaterais da OMC, regionais – Mercosul, Alca e acordo Mercosul – União Europeia, e negociações bilaterais (Cervo, 2010).

A busca por autonomia e diversificação no mundo globalizado

Durante os anos Cardoso, a estratégia externa do Brasil foi denominada pela literatura nacional como a busca de autonomia pela integração. Durante o governo Lula houve uma recuperação de elementos da política externa independente e do pragmatismo responsável em uma nova estratégia externa denominada como autonomia pela diversificação (Vigevani e Cepaulini, 2011). O governo FHC foi uma tentativa de readequar as mudanças radicais e liberalizantes do governo de Fernando Collor, contrárias às tradições econômicas e políticas brasileiras. Mesmo mantendo uma maior aproximação com o mundo exterior, a gestão de FHC não propôs um alinhamento automático com a política externa americana. Houve sim a defesa de uma política externa pró-ativa e participativa, mas ainda autônoma, o que levou Vigevani e outros (2003) a indicar que a lógica subjacente à ação externa brasileira era a busca da autonomia pela integração por meio da participação ativa na elaboração das normas e das pautas de conduta da ordem mundial.

A premissa fundamental do PEB de FHC baseava-se na mudança estrutural das relações internacionais com o fim da Guerra Fria: a secundarização das questões de segurança em relação à agenda econômica e à integração do mercado global e o contundente papel dos EUA como líder incontestado do novo sistema. O objetivo não era mais aceitar passivamente os parâmetros da globalização, mas conduzir um papel ativo do Brasil como parte dos definidores de um novo sistema internacional, especialmente em sua face econômica e financeira (Fernandes, 2021).

Ademais, a adesão ao mercado global se daria em dois passos: o aprofundamento das relações regionais a partir do Mercosul e o posterior adensamento da integração internacional. A opção por um regionalismo aberto decorreu da ampla rejeição do modelo autárquico de desenvolvimento herdado do Regime Militar. O Mercosul seria importante

para viabilizar, a partir de uma posição de maior poder econômico, a incorporação dos países do Cone Sul às tendências internacionais (Vigevani e outros, 2003).

Uma maior ênfase no regionalismo, a rápida criação do bloco regional MERCOSUL e a escolha da América do Sul como um espaço de ação e cooperação na região por meio de persuasão pacífica caracterizaram a década de 1990. A integração regional e a hegemonia consensual tornaram-se uma das diretrizes fundamentais da PEB, funcionando como uma ferramenta para aumentar o poder de barganha do subcontinente em esferas de negociação além do hemisfério ocidental (Burges, 2008).

O Brasil estava, assim, consolidando uma reinterpretação da ideia central de autonomia, presente de forma incipiente no governo de Getúlio Vargas e formulada de forma abrangente a partir da Política Externa Independente. A autonomia não seria mais alcançada por meio da desconexão do Brasil com o mundo, mas por meio de uma convergência crítica com as instituições internacionais, utilizando seu poder brando, conquistado nas últimas décadas como instrumento de influência sobre a agenda internacional (Fernandes, 2021).

Os governos Lula e Cardoso atualizaram tradições diplomáticas brasileiras distintas, revelando diferenças de ações, preferências e percepções do cenário internacional. No entanto, ambos sempre se pautaram pelo binômio autonomia e desenvolvimento. Enquanto o governo Cardoso foi uma atualização mais autonomista do paradigma de maior alinhamento com os EUA pensado pelo Barão do Rio Branco nas primeiras décadas do século XX, o governo Lula recuperou as estratégias autonomistas no auge do modelo de industrialização por substituição de importações por meio da diversificação de parcerias, mas sem uma rejeição autárquica do mundo globalizado (Cepaluni e Vigevani, 2009).

Mais uma vez, a busca pela diversificação de interesses foi baseada na redução da dependência do Brasil em relação às potências ocidentais. Desde o governo Lula, o Brasil adotou uma postura mais assertiva em busca de um assento permanente no CS-ONU, e os BRICS se tornaram um canal importante para transmitir essas demandas (Villa e Viana, 2010).

Entre os países do BRICS, a China e a Rússia têm uma posição mais consolidada no sistema de segurança internacional, enquanto o Brasil, a Índia e a África do Sul reivindicam maior participação. Não por acaso, essas três potências emergentes colaboram simultaneamente no fórum do IBAS, além da intermediação do BRICS. O IBAS foi um dos primeiros passos na ampliação da cooperação Sul-Sul. Somente no contexto da crise financeira internacional, o esforço de aproximação com as potências emergentes voltou-se para o BRICS (Lima, 2010).

Entre todos os atores do IBAS e do BRICS, apenas o Brasil e a África do Sul buscam a integração com base apenas no soft power. O caso brasileiro reflete as intenções de um país que articula a ambição global por prestígio e influência na governança global sem uma capacidade militar convencional significativa correspondente ou posse de armas nucleares. A dependência da estratégia do Brasil em relação ao fortalecimento das esferas multilaterais faz dos BRICS um alicerce fundamental de sua inserção e ascensão internacional (Flemes, 2010).

Alguns autores, como Cornetet (2014) e Almeida e Fernandes (2022), indicam que a integração brasileira nas instituições de cooperação Sul-Sul foi contida após o governo

Lula. As iniciativas do Brasil nos últimos anos têm sido mais reativas aos problemas globais e mais focadas no campo das ideias do que na ação prática.

Os desafios da Política Externa Brasileira na desordem internacional

A atual conjuntura internacional aponta para uma evidente contestação da liderança hegemônica norte-americana, país responsável e garantidor último da densa institucionalidade que pautam as relações internacionais desde o fim da 2ª Guerra Mundial.

Não obstante os EUA tenham enfrentado competidores em três momentos distintos do século XX – sendo a potência contestadora da hegemonia britânica na América no início do século XX e a contestada (parcialmente, uma vez que a principal desafiada era a potência naval britânica) com a ascensão da Alemanha nazifascista e, principalmente, durante a Guerra Fria com as tensões enfrentadas pelas ações da União Soviética – a China é o maior desafio internacional já enfrentado pelos EUA.

O desafio chinês é diferenciado por duas razões. Em primeiro lugar, o foco inicial das tensões ocorre no continente asiático, muito distante geograficamente dos EUA, colocando o país numa situação semelhante ao Reino Unido frente à América Latina nas duas primeiras décadas do século XX. Em segundo lugar, os EUA enfrentam pela primeira vez um competidor que apresenta uma maior capacidade de inovação tecnológica, assim como um contingente populacional bastante superior. Desta forma, os EUA se colocam na defensiva, não obstante o histórico criativo da econômica americana já tenha respondido de maneira eficaz a alternativa japonesa ao longo dos anos 1970 e 1980.

O Brasil, por sua vez, assim como a América do Sul, não está no centro sensível das novas tensões internacionais. O Hemisfério Ocidental ainda é a principal zona de influência norte-americana. Entretanto, como potência em ascensão e com forte capacidade econômica, o surgimento da China representou uma oportunidade para o desenvolvimento latino-americano que as alternativas oferecidas pelos EUA não conseguiram igualar. No entanto, as tensões no continente podem surgir apenas no campo econômico, e uma mudança para a esfera da segurança é muito improvável.

Ao longo da década de 2000-2010, o boom importador chinês representou um grande sopro de dinamismo econômico na América Latina que pode crescer por quase uma década reduzindo a desigualdade de renda em escala não vista em qualquer outra região do mundo em tempos de paz (Gallagher, 2016). Desta forma cria-se uma situação paradoxal, no qual a cooperação sulamericana-chinesa em termos econômicos ganha laços mais profundos, enquanto a dinâmica política ainda é mais incipiente.

Por outro lado, há de se apontar que a dinâmica econômica das relações sino-latino-americanas são pautada por uma balança comercial menos equilibrada no que toca à cesta de bens. Enquanto o intercâmbio entre Brasil e Estados Unidos contém uma pauta exportadora brasileira com uma quantidade razoável de bens manufaturados, sendo um sustentáculo da combalida indústria brasileira, o intercâmbio sino-brasileiro tem uma pauta que causaria temores no tradicional pensamento cepalino. O Brasil exporta commodities minerais e agropecuárias enquanto importa os bens de maior teor tecnológico.

Um terceiro traço que marca a atual tensão na América Latina é que diferentemente do ocorrido durante a Guerra Fria e propriamente assemelhado à competição interna-

cional imposta pelo projeto nazifascista, os chineses buscam construir mais conexões no subcontinente latino americano, ameaçando a fortaleza do distanciamento geográfico dos EUA às outras grandes potências.

Diferentemente da estratégia soviética que buscava apoio em movimentos subterrâneos e clandestinos, a agenda chinesa busca a construção de cooperação institucional direta com os governos sulamericanos. A China é hoje um player ativo na economia da América do Sul e mesmo de toda América Latina, sendo um grande financiador de investimentos infra-estruturais, sobretudo no âmbito da IIRSA, e também de cooperação econômica para o desenvolvimento.

O cenário, portanto, coloca o Brasil em uma situação próxima aquela enfrentada pelo primeiro governo Getúlio Vargas (1930-1945) durante o ciclo da década de 1930. O Brasil buscou ao longo daquela conturbada quadra histórica quando angaria apoio e financiamentos ao projeto de industrialização nacional com recursos alemães e americanos. Alemanha, assim como a China de Xi Jinping, também buscava criar conexões econômicas e políticas com os países da América do Sul, ainda que maior atenção tenha sido dada à Bacia do Prata. Ainda que em menor escala e com menor capacidade, os alemães celebraram diversos acordos com os países latino americanos, assim como os chineses vem realizando atualmente.

A pandemia de COVID-19 é um grande marco deste novo cenário. A vacina desenvolvida no Brasil durante os anos mais agudos da crise foi realizada em parceria com laboratório chinês e não com parceiros americanos ou europeus (Meyers, 2022). Dessa forma, o cenário se aproxima das operações diplomáticas do Brasil durante a década de 1930. O governo de Getúlio Vargas procurou arbitrar as parcerias brasileiras com os EUA e a Alemanha nazista a fim de garantir benefícios para o Brasil a partir do esforço de barganhar a participação brasileira em suas respectivas zonas de influência.

Não é esperado nesse momento que haja uma adesão unilateral brasileira à frente ocidental liderada pelos Estados Unidos e nem também uma virada pró-China que indique uma ruptura com a cooperação de longa data com seu parceiro hemisférico. Inclusive, dados recentes coletados sobre a opinião pública brasileira sobre seus principais parceiros internacionais indicam um apoio semelhante dos brasileiros à cooperação com a China e com os EUA (Fernandes e outros, 2021)

A estratégia de cooperação pendular torna-se ainda mais sólida com o pedido de adesão do Brasil à OCDE e também a celebração do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Européia, que foi celebrado conjuntamente com a densificação da cooperação no âmbito dos BRICS. O Brasil possui desta forma característica *sui generis* de soft power que o permitiram atuar de uma maneira relativamente autônoma frente à armadilha de Tucídides que se arma sobre o sistema internacional. De um lado, faz parte de uma das mais arrojadas organizações que buscam questionar e transformar as instituições internacionais cujo predomínio ocidental é incontestável. Por outro lado, as vinculações brasileiras com o mundo ocidental são um elemento estruturante da formação do país, fruto da herança colonial portuguesa, tendo sido inclusive sede da capital de um Império Europeu entre 1808 e 1822, no Rio de Janeiro;

A estratégia pendular somente será possível porque, na atual configuração de poder global, o Brasil é um dos poucos países que pode exercer um papel pivotal em meio à bipolarização. Isto é, o Brasil é ao mesmo tempo membro fundador dos BRICS e busca

se tornar membro efetivo da OCDE. Ambas as potências veem o Brasil como aliado importante na disputa com o rival e buscam atrair o país para sua esfera de influência. Assim, o Brasil pode exercer uma estratégia que extraia o máximo de benefícios políticos e econômicos desta configuração.

A posição do Brasil na atual configuração de poder global permite uma reedição atualizada da política externa pendular de Getúlio Vargas, buscando alcançar ganhos políticos e econômicos com a competição entre as potências, assim como evitar e postergar os custos excessivos ao exercer uma ação comedida em meio à bipolarização. A postura diplomática equilibrada da diplomacia brasileira pode criar salvaguardas por meio de compromissos cruzados que aumentariam os custos para a China e os EUA de tentativas de isolar ou penalizar o país. Esta política reduziria riscos de sanções econômicas, manipulações comerciais, e restrições em investimentos e tecnologia militar. Estrategicamente, tal postura fortalece o efeito dissuasório e restringe ações internacionais contrárias aos interesses brasileiros, complicando as decisões de retaliação das grandes potências em choque.

Referências

- Allison, G. (2015). The Thucydides trap: are the US and China headed for war? *The Atlantic*, 24(9), 2015.
- Allison, G. (2017). *Destined For War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?* Mariner Books.
- Almaie, M. H., & Fernandes, I. (2022). O Brasil e a América do Sul: notas sobre um passado recente. *Revista Cebri*, 1, p. 131.
- Bijos, L., & Guilhon, E. P. (2014). BRICS, uma alternativa de poder?. *Revista do Direito Público*, 9(1), 9-54.
- Callahan, W. A. (2005). How to understand China: the dangers and opportunities of being a rising power. *Review of International Studies*, [s.l.], 31(4), 701-714.
- Carletti, A. (2013). A China, os BRICS e os países em desenvolvimento. *Carta Internacional*, [s.l.], 8(2), 20-37.
- Cepaluni, G., & Vigevani, T. (2009). *Brazilian foreign policy in changing times: the quest for autonomy from Sarney to Lula*. Lexington Books.
- Cervo, A. L., & Bueno, C. (2015). *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UNB. 2.^a edição.
- Cervo, A. L. (2010). "Brazil's rise on the international scene: Brazil and the World." *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53, 7-32.
- Cooper, A., & Flesmes, D. (2013). Foreign policy strategies of emerging powers in a multipolar world: An introductory review. *Third World Quarterly*, 34(6), 943-962.
- Cornetet, J. M. C. (2014). A política externa de Dilma Rousseff: Contenção na Continuidade. *Revista Conjuntural Austral*, 5(24).
- Deus, L., Terra, F., & De Conti, B. (2019). O Banco dos BRICS e sua potencial influência sobre as assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional. *Geosul*, 34(70), 13-33.

- Doval, G. P. (2013). La Autonomía como eje rector de la política exterior: El caso brasileño. *Temas y Debates*, 25, 109-125.
- Dugin, A. (2012). *The fourth political theory*. Arktos.
- Fukuyama, F. (1992). *O Fim da História e o Último Homem*. Editora Rocco.
- Fernandes, I. (2021). Política Externa e Política Externa Brasileira. In: Rodrigo Gallo (Org.). *Relações Internacionais – Temas Clássicos* (pp. 75-126), 1.^a ed., Boa Vista: IOLE Editora.
- Fernandes, I., Freitas, V. A., & Onuki, J. (2021). The BRICS and Brazilian public opinion: soft balancing or economic strategy? *Revista Brasileira de Política Internacional* (online), 64, 1-22.
- Fernandes, I., & Cardoso, L. F. (2015). A Política Externa Brasileira e o Grupo dos Brics. *Leviathan* (São Paulo), 11, 121-144.
- Flemes, D. (2010). A visão brasileira da futura ordem global. *Contexto Internacional*, 32(2), julho/dezembro.
- Foot, R. (2010). O poder chinês e a ideia de um país responsável. In: *O Que a China Quer? Entenda o Mundo*, 1.^a ed., São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
- Gallagher, K. P. (2016). *The China triangle: Latin America's China boom and the fate of the Washington consensus*. Oxford University Press.
- Garcia, G. (2016). The rise of the global South, the IMF and the future of Law and Development. *Third World Quarterly*, 37(2), 191-208.
- Glaser, B. S., & Medeiros, E. S. (2007). The changing ecology of foreign policy-making in China: the ascension and demise of the theory of 'peaceful rise'. *The China Quarterly*, 190, 291-310.
- Jaeger, B. C., & Brites, P. V. (2020). O Brasil e a Grande Estratégia dos EUA: aspectos históricos conjunturais. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 6(1). <https://doi.org/10.26792/rbed.v6n1.2019.75080>
- Junior, H. M., & Figueira, M. S. (2014). BRICS Bank's role on remaking of international order / O banco dos BRICS e os cenários de recomposição da ordem internacional. *Meridiano*, 47(142), 54-63.
- Han, Z., & Paul, T. V. (2020). China's rise and balance of power politics. *The Chinese Journal of International Politics*, 13(1), 1-26.
- Kaska, K., Beckvard, H., & Minárik, T. (2019). *Huawei, 5G and China as a Security Threat*. NATO Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence (CCDCOE).
- Layne, C. (2012). This time it's real: the end of unipolarity and the Pax Americana. *International studies quarterly*, 56(1), 203-213.
- Lima, M. R. S. (2010). Brasil e Polos Emergentes de Poder Mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. In: R. Baumann (Org.). *O Brasil e os demais BRICS: Comércio e Política* (pp. 155-179). Brasília: CEPAL.
- Liping, X. (2001). China: a responsible great power. *Journal of Contemporary China*, 10(26), 17-25.
- Lochery, N. (2015). *Brasil. Os frutos da guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Mearsheimer, J. J. (2018). *The great delusion: Liberal dreams and international realities*. Yale University Press.

- Moura, G. (1980). *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. RJ: Nova Fronteira.
- Murphy, G. H. (2004). The Seattle WTO Protests: Building a Global Movement. *Creating a Better World: Interpreting Global Civil Society*, 27-42.
- Myers, M. (2022). China's Covid-19 Diplomacy in Latin America and the Caribbean: Motivations and Methods. *Global Security Review*, 2, Article 4.
- Narlikar, A., & Kumar, R. (2012). From Pax Americana to Pax Mosaica? Bargaining over a New Economic Order. *The Political Quarterly*, 83(2), 384-394.
- Petras, J., & Veltmeyer, H. (2009). *Hegemonia dos Estados Unidos no Novo Milênio*. 1.^a edição, Petrópolis: Vozes.
- Reich, S., & Lebow, R. N. (2014). *Good-Bye Hegemony!: Power and Influence in the Global System*. [s.l.]: Princeton University Press.
- Ruppelt, M., Missaggia, A. B., Santos, B. M., & Silveira, F. (2018). Análise da crise do Subprime e os derivativos de crédito nos Estados Unidos da América. *Espaço e Economia. Revista Brasileira de Geografia Econômica*, [s.l.], 13.
- Snyder, T. (2019). *Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas*. Editora Companhia das Letras.
- Stuenkel, O. (2020). *The BRICS and the future of global order*. Lexington books.
- Stuenkel, O. (2017). *Post-Western world: How emerging powers are remaking global order*. John Wiley & Sons.
- Taylor, R. (Ed.) (2004). *Creating a better world: Interpreting global civil society*. Kumarian Press.
- Vazquez, K. C. (2021). Brazil and BRICS multilateralism à la Carte: From bilateralism to community interest. *Global Policy*, 12(4), 534-538.
- Vigevani, T., & Cepaluni, G. (2007). Lula's foreign policy and the quest for autonomy through diversification. *Third World Quarterly*, 28(7), 1309-1326.
- Vigevani, T., & Cepaluni, G. (2016). *A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula*. Editora UNESP, 2.^a edição.
- Vigevani, T., Oliveira, M., & Cintra, R. (2003). Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Revista Tempo Social*, 15(2), 31-61.
- Villa, R., & Viana, M. T. (2010). Security issues during Lula's administration: from the reactive to the assertive approach. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53, 91-114.
- Wuthnow, J. (2012). *Chinese Diplomacy and the UN Security Council: Beyond the Veto* (1st ed.). Routledge.



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



CENTRE FOR
INTERDISCIPLINARY STUDIES

CEIS20 | University of Coimbra